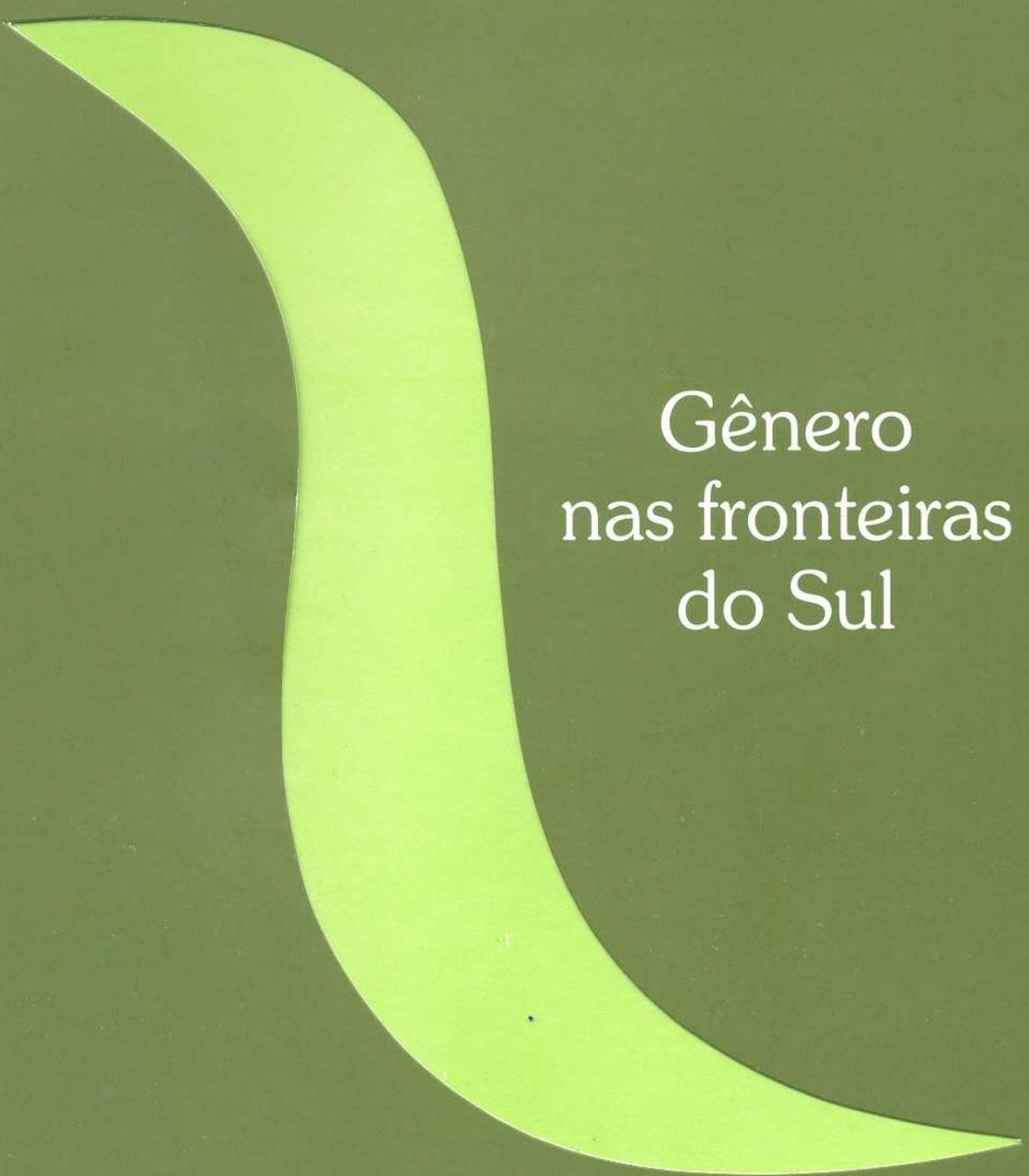


Pagu/Núcleo de Estudos de Gênero - UNICAMP



Gênero  
nas fronteiras  
do Sul

Maria Lygia Quartim de Moraes  
organizadora

Coleção Encontros

**Gênero** nas fronteiras do Sul

Maria Lygia Quartim de Moraes,  
organizadora

Coleção Encontros

Pagu / Núcleo de Estudos de Gênero  
Unicamp  
2005

*copyright@ pagu/núcleo de estudos de gênero - unicamp 2005*

Ficha Catalográfica  
Quartim de Moraes, Maria Lygia *et alii*  
Gênero nas fronteiras do sul. Campinas, Pagu/Núcleo de Estudos  
de Gênero - Unicamp, 2005

ISBN 85-88035-02-3

Palavras-Chave: Gênero, Universidade, Feminismo, Mulheres,  
Teoria Feminista, Mercosul.

2005

A total ou parcial reprodução deve indicar a fonte.  
Todos os direitos desta edição reservados ao Pagu/– Núcleo  
de Estudos de Gênero/Unicamp  
[www.unicamp.br/pagu](http://www.unicamp.br/pagu)

## Sumário

Apresentação	5
MARIA LYGIA QUARTIM DE MORAES	
Por qué y para qué un doctorado de estudios de género en el mercosur?	11
DORA BARRANCOS	
Desde los espacios alternativos a la academia: los estudios de género en Uruguay	35
GRACIELA SAPRIZA	
El aporte de la antropología a los estudios de género: reflexionando desde la experiencia	57
MONICA TARDUCCI	
Os estudos de gênero na UNICAMP	63
GUITA GRIN DEBERT	
Problematizando ausências: mulheres, gênero e indicadores na História das Ciências	75
MARIA MARGARET LOPES E MARIA CONCEIÇÃO DA COSTA	
Gênero nos estudos do trabalho (Para lembrar Elizabeth de Souza Lobo)	85
ANGELA MARIA CARNEIRO ARAÚJO	
Estudios de género: los dilemas de la representación	97
NORA DOMINGUEZ	
Apuntes sobre sujeto, identidad y sexualidad	111
KEMY OYARZUN	
As viagens das teorias no embate entre práticas acadêmicas, feminismos globais e ativismos locais	143
ADRIANA PISCITELLI	

## Apresentação

O workshop *Pós graduação em gênero em uma perspectiva internacional: articulação das experiências do Brasil, Argentina, Uruguai e Chile*, realizado em junho de 2004 na UNICAMP, teve como pauta a realização das primeiras discussões sobre a criação de um doutorado internacional de gênero com o objetivo de estimular, ampliar e refinar o conhecimento científico produzido na área, bem como consolidar as relações e intercâmbios acadêmicos entre os países do cone sul. Dele participaram pesquisadoras e docentes de universidades públicas e institutos de pesquisas - Universidade Estadual de Campinas, Universidad de Buenos Aires, Universidad de la República de Montevideo, Universidad de Chile.

O projeto de um doutorado internacional de gênero constitui uma novidade em muitos sentidos. O primeiro deles é a própria consolidação do campo de estudos de gênero nos grandes centros acadêmicos, ressaltando a dimensão latino-americana de estreitamento de laços e fluxos entre diversas universidades e centros de pesquisas situados no Cone Sul<sup>1</sup>. Esse diálogo não implica virar as costas para os centros hegemônicos dos EUA e da Europa, mas privilegia a produção de conhecimentos regionais e locais. No Brasil, esta tem sido uma posição claramente assumida pelos organismos federais de financiamento de pesquisa e, graças ao apoio do CNPq, retomamos essa conversa sobre os saberes regionais, uma iniciativa do Núcleo de Estudos de Gênero - Pagu apoiada pelo

---

<sup>1</sup> Duas iniciativas anteriores merecem ser citadas: o pioneiro I Encontro Latino-Americano sobre Gênero e Raça, promovido pelo Centro Brasileiro de Estudos da América Latina, da Fundação Memorial da América Latina e pelo CIEC da UFRJ, coordenado por Heloisa Buarque de Holanda, em 1992; em 2001 coordenei o seminário América Latina em perspectiva, realizado na UNICAMP.

Doutorado em Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, ambos da Unicamp<sup>2</sup>.

O Pagu, instituição ímpar na universidade brasileira, é um centro produtor de pesquisas e edita uma revista – cadernos *pagu* – que se tornou referência nacional e internacional no campo de estudos de gênero. Grande parte de suas pesquisadoras são também professoras da área de Estudos de Gênero do Doutorado de Ciências Sociais (considerado de excelência pela classificação CAPES-Proex), composta por cientistas sociais, demógrafas e historiadoras preocupadas em analisar os modos como a problemática de gênero perpassa as, e se inscreve nas, relações sociais, culturais e políticas.

A densidade teórica das apresentações e dos *papers* justifica a publicação de *Gênero nas fronteiras do Sul* – título sugerido por Iara Beleli, competente editora desse volume. Os artigos que compõem este livro colocam em discussão uma questão central: **Por que e para que um doutorado de gênero no âmbito do Mercosul?** As autoras direta ou indiretamente abordam a temática, retomando o estado da arte da produção de gênero nos distintos países e as perspectivas epistemológicas e políticas.

A resposta a esta pergunta, certamente, remete aos movimentos feministas dos anos 70/80 e à progressiva institucionalização dos estudos sobre mulheres que originaram os estudos de gênero em contextos específicos. Entre os pontos em comum, Argentina, Brasil, Chile e Uruguai conheceram o terrorismo de Estado na forma de ditaduras militares. As diferenças são, antes de mais nada, de ordem cronológica. O Brasil tem a primazia com o golpe militar de 1964, que derrubou o presidente em João Goulart. Também é no Brasil que se observa primeiramente a radicalização do movimento

---

<sup>2</sup> PROSUL – Programa Sul-Americano, Assessoria de Cooperação Internacional do CNPq, realizado entre 2003 e 2004.

estudantil e a passagem para a luta armada em 1968/69. Basta lembrar que o primeiro seqüestro político foi realizado em setembro de 1969, com o intuito de salvar a vida de militantes presos, vítimas do complexo sistema repressivo. Sobreviventes da esquerda armada brasileira foram acolhidos no Chile, um país que, naquele momento, era governado sob a égide de forças socialistas e comunistas e, portanto, defendiam a legalidade civil.

Familiares dos presos e desaparecidos políticos, inconformados, impulsionaram importantes movimentos de direitos humanos, nos quais as mulheres tiveram um papel fundamental. Nem todos os movimentos de mulheres na América Latina são feministas, mas em todos os países houve uma forte coesão. A presença de mulheres intelectuais de classe média, as afinidades entre militância política e feminismo e a própria barreira constituída pelo puritanismo das ditaduras militares reforçou a dimensão política do feminismo latino-americano.

As afinidades entre feminismo e estudos de gênero não causam estranhamentos, na medida em que a maioria das pesquisadoras acadêmicas da área é originária e/ou militante dos movimentos feministas em seus países de origem.

Em "Por qué y para qué un doctorado de estudios de género en el mercosur?" Dora Barrancos questiona, como feminista, os parâmetros universais da Ciência, especialmente os supostos de neutralidade e objetividade. A autora analisa a importância da inscrição de gênero na Carta Social do Mercosul a partir de 1997, bem como o processo de constituição de áreas temáticas, centros de estudos, revistas e pesquisas acadêmicas no Mercosul e Chile. Dora relembra as políticas deliberadas de desmonte das universidades públicas, que se processou na Argentina, Chile e Uruguai, possível causa do traumático êxodo de intelectuais, docentes e pesquisadores. Nesse sentido, seus comentários aludem a uma importante diferença com a

ditadura militar brasileira que, não obstante as perseguições e aposentadorias forçadas de professores considerados de esquerda, preservou o ensino universitário, modernizando o sistema de pós-graduação. Isso permitiu que intelectuais e acadêmicos de vários países da América do Sul se refugassem no Brasil. Outras/os, como a própria Dora Barrancos, se doutoraram em universidades brasileiras e criaram bases de relacionamentos futuros.

"Desde los espacios alternativos a la academia: los estudios de género en Uruguay", de Graciela Sapriza, oferece uma interessante análise dos caminhos seguidos pelos estudos de gênero no Uruguai e as relações entre lutas feministas e resistência às ditaduras militares, experiência compartilhada pelos demais países latino-americanos. O texto traz, ainda, um resumo do estado atual dos estudos de gênero em grupos de investigação na Universidad de la Republica.

Monica Tarducci - em "El aporte de la antropología a los estudios de género: reflexionando desde la experiencia" - equaciona com propriedade a importância dos métodos etnográficos de pesquisa próprios da antropologia e a pertinência dessa ciência para o feminismo. Como feminista, a autora se inclui em algo mais amplo do que os estreitos limites disciplinares e, ao mesmo tempo, acentua a importância dos laços dos estudos de gênero acadêmicos com o feminismo.

"Os estudos de gênero na UNICAMP", de Guita Debert, traz uma importante contribuição no sentido de pensar como os estudos de gênero podem oferecer caminhos para as práticas políticas, particularmente o feminismo, mas vai além quando coloca os estudos de gênero como parte da teoria social.

Margaret Lopes e Conceição Costa questionam a invisibilidade das mulheres nas ciências em "Problematizando ausências: mulheres, gênero e indicadores na História das Ciências", alertando que esta ausência também faz parte de uma construção historiográfica. Num emblemático jogo, as

autoras colocam em discussão, de um lado, a tardia incorporação da Ciência nos estudos de gênero, de outro, se perguntam como a História da Ciência deixou tanto tempo de lado questões de gênero.

Em "Gênero nos estudos do trabalho (Para lembrar Elizabeth de Souza Lobo)", Angela Carneiro Araújo mapeia o estado da arte na temática do trabalho, indicando toda uma produção que discute como a categoria gênero revolucionou esses estudos, antes centrados nos conflitos de classe.

Nora Dominguez, com erudição, coloca em cena o jogo entre representações e auto-representações dos sujeitos feministas e de suas articulações em "Estudios de género: los dilemas de la representación". Ao propor um questionando das narrativas hegemônicas de gênero, a autora reivindica a flexibilização dos olhares que podem levar, de fato, a renovações.

O texto de Kemy Orizum, "Apuntes sobre sujeto, identidad y sexualidad", parte da crítica aos efeitos da "modernización conservadora" ocorrida tanto no Chile como no resto do Cone Sul, a partir das ditaduras militares. Influenciada por Deleuze, Guatari e Foucault, a autora afirma que os sujeitos são efeitos da cultura, mas alerta que as práticas discursivas culturais afetam, por sua vez, as dimensões psico-sociais e econômico-políticas da vida humana.

Por fim, mas não por último, "As viagens das teorias no embate entre práticas acadêmicas, feminismos globais e ativismos locais", texto de Adriana Piscitelli - a grande inspiradora de nosso doutorado em gênero do Cone Sul - resume a importância dos conhecimentos parciais no tocante às diferentes realidades latino-americanas e os riscos de um "feminismo global", vale dizer dos organismos financia dores internacionais que imponham suas noções sobre o feminismo. Daí a importância do respeito à produção latino-americana e as

*Gênero nas fronteiras do sul*

perspectivas abertas com a criação de um doutorado de estudos de gênero no Cone Sul.

Maria Lygia Quartim de Moraes

## Por qué y para qué un doctorado de estudios de género en el mercosur?

Dora Barrancos\*

¿Hay, acaso, otro mundo invisible para la ciencia y con respecto a la cual esta es indiferente, o quizás incluso, hostil, en el que existan valores particularistas? ¿Por qué hemos de estar de acuerdo en que los valores científicos no son también particularistas? ¿Qué ocurre si los impulsos y deseos internos ejercen ciertas influencias sobre el mundo de la ciencia, desde su localización en otro mundo invisible para la ciencia? En ese caso, ¿cómo puede ser global y coherente la visión monouniversal?

Sandra Harding

Los estudios de género, como cuestión académica en sentido estricto, apenas se han anticipado a la creación del Mercosur. En efecto, la mayoría de los centros de enseñanza superior de la región adoptaron en fecha reciente los estudios sistemáticos de la condición humana sexuada, casi en paralelo a la aceptación común de los acuerdos del Mercosur. Si en marzo de 1991 se firmaron los compromisos inaugurales que vinculaban a los países del área, data también de ese inicio de década la introducción de programas, áreas y centros universitarios dedicados a analizar la condición femenina en casi todos los países miembros.

---

\* CONICET /Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Buenos Aires.

Proponer la creación del que seguramente deba ser el primer programa de posgrado amparado por este trascendental compromiso multilateral, bajo el paraguas óptico y epistémico de *género*, habla con claridad de los agenciamientos y de la voluntad transformadora dirigidos a incrementar un conocimiento especializado, clave para la sustentación democrática de nuestras sociedades.

Me gustaría comenzar entonces por incorporar el cuadro axial de la sustentabilidad democrática antes de ingresar a cualquier otro significado de nuestra propuesta común de Doctorado, para lo que visitaré rápidamente al desarrollo que siguió la agenda del tratado y los valores en juego, dedicando luego algunas consideraciones a la situación de nuestras Universidades y los estudios especializados, para finalmente demorarme en las expectativas en torno a la propuesta de un Doctorado específico de Género como desafío al propósito de la integración cultural, científica y educativa de nuestros países.

### **Mercosur y género**

El Mercosur tiene una evolución que no puede sorprender: del inicial estrecho cefiimiento al plano económico, pasó más tarde a incorporar la dimensión del trabajo y sus gravitantes cuestiones laborales/sociales conexas - el problema de la seguridad social vino a tono en 1992 -, para dar lugar a una expansión de estas problemáticas hacia 1996<sup>1</sup>, momento en que se arribó a la redacción de la Carta Social del Mercosur. Para entonces, ya se había hecho un lugar al problema de las mujeres trabajadoras y a las circunstancias que caracterizan su discriminación en el mercado laboral. Se trataba de un paso importante en la visibilidad de la condición femenina.

---

<sup>1</sup> Deben reconocerse los esfuerzos realizados por el denominado Sub grupo de Trabajo n° 11.

En 1997, en la cumbre de presidentes de los países miembros del tratado, se aludió de modo explícito a la peculiar condición de las mujeres de la región como un aspecto crucial que debe atender la empresa común. Se trató de una enunciación de corte "universal" ya que la declaración aludió a "La importancia de tener en cuenta la temática de la mujer", y "su inserción en los procesos de integración". Sin duda frente a la suscripción que realizaban nuestros países relacionadas con las declaraciones internacionales que favorecían el reconocimiento de los derechos femeninos, el Mercosur - se aseguró entonces -, debía "definir políticas de igualdad de oportunidades entre mujeres y hombres, recogiendo de este modo un nuevo estado de la cuestión", esto es los compromisos asumidos por los gobiernos cifrados en "La Convención sobre la Eliminación de toda forma de discriminación contra la mujer y la Plataforma de acción, emanada de la Cuarta Conferencia Mundial sobre la Mujer" - así se introdujo un ángulo clave en la nueva declaración. La cláusula propositiva empleada en 1997 determinó que se implementaran "los mecanismos necesarios para asegurar la igualdad de oportunidades entre hombres y mujeres en el desarrollo de los trabajos de los diferentes ámbitos de negociación que integran el Mercosur". Entre sus recomendaciones inmediatas figuró que debía auspiciarse una reunión de las más altas autoridades con competencia en la cuestión de los derechos femeninos, por una parte y la necesidad de convocar a la participación de las organizaciones de la sociedad civil interesadas en la cuestión, por otra.

A partir de entonces la agenda del Mercosur incorporó con rango de prioridad el problema de la condición femenina y se produjeron iniciativas para abordar, con diversos enfoques, la subalternancia de las mujeres, la discriminación y la falta de reconocimiento que caracterizan su posición en nuestras sociedades.

Las principales iniciativas - y creo no equivocarme - se centraron en dos dimensiones que, aunque exhiben marcas expresivas de la efectiva inferioridad que padecen las mujeres, no deberían quedar aislados de otros problemas significativos. Las dos cuestiones gravitantes asumidas en el curso de las negociaciones por la integración se refieren al problema del empleo y los mercados laborales de una parte, y a la participación política, de otra. Así, lo atinente al trabajo extradoméstico y a los derechos cívicos se han situado entre los más convocantes a la hora de los encuentros para confirmar que *género* es una cuestión angular de las políticas compartidas. Y esto ha significado un avance que debe ser consignado, sobre todo porque es un segmento testigo de las transformaciones sufridas por las concepciones iniciales, totalmente orientadas hacia los enunciados económicos con visiones estrictamente tecnocráticas y funcionales a los intercambios comerciales, de espaldas a las demandas sociales, a la promoción educativa, a la integración cultural.

Sin embargo, la corrección política con que se agendó la noción no debe agotarse en el enunciado mismo. Los gestos de validación no deberían interpretarse como un *aggiornamento*, como señal de modernización o como gesto comedido frente a una serie de interlocutores "externos" - sobre todo los organismos de crédito multilateral - que abogan desde hace algunos años porque se incorpore la perspectiva en el diseño de las políticas gubernamentales. Para nuestras sociedades se trata de asegurar, antes que nada, el plexo central de los derechos humanos y franquear un camino menos incierto, más indicativo y en todo caso más decidido, hacia la democratización de los vínculos, igualando en derechos a varones, mujeres y a quienes deciden identificarse transgénero o transexualmente. Haber consagrado la noción de *género* como guía de las acciones comunes de nuestros países debe constituir un compromiso con el objetivo de hacer más justos, solidarios y distributivos

nuestros órdenes sociales. Se trata, esencialmente, de profundizar el sistema democrático que ya no puede omitir la más plena participación femenina. Deseo traer las palabras de Rosiska de Oliveira, cuando se preguntaba "Qual é o rosto da democracia?" :

Creio que as democracias (...) son inacabadas. A invisibilidade das mulheres faz parte desse lado inacabado da democracia. Portanto reconstruir a democracia brasileira y a democracia no pleno do MERCOSUL, significa indiscutivelmente retirar, através de medidas concretas, as mulheres da invisibilidade (...) no so no universo do trabalho, mas sobretudo na da representação política, no Judiciário e mesmo no Executivo. Trata-se, portanto, de uma vez por todas, de identificar aquilo que chamamos ha anos, entre nós, de causa das mulheres, nao como causa das mulheres, mas como causa da democracia<sup>2</sup>.

Por lo tanto, nos reúne aquí la convicción de que la inscripción género en nuestro tratado mayor contiene el compromiso de superar las ominosas desigualdades sociales que produce la diferencia de los sexos en una perspectiva integral, ya que esa adopción a título exponencial no puede desconocer otras orientaciones de la sexualidad, las identidades multiplicadas que se subsumen bajo el rótulo de "minorías sexuales". Para quienes compartimos valores sustantivos engarzados al principio "ex ante" de la igualdad de derechos, esta inscripción es un signo de que los países miembros trazan un horizonte común hacia una genuina formulación democrática, una renuncia explícita a cualquier modo de

---

<sup>2</sup> Discurso de Rosiska Darcy de Oliveira - Presidenta del Conselho Nacional dos Direitos da Mulher- *Apertura II Seminário Mulher y MERCOSUL - en "Mulher e Mercosul - Mujer y Mercosur"*, FLACSO-BID-UNIFEM, Fortaleza, 1999.

discriminación y de no reconocimiento, una apuesta, en fin, a nuevas configuraciones sociales igualitarias que deben procurarse en cada una de las intervenciones pragmáticas del tratado. Por lo tanto, la propuesta de un Doctorado común de Género encuentra un primer anclaje justificador en la adopción angular de esa perspectiva en el Mercosur y retiene el pleno sentido de honrar los derechos humanos e incidir en la profundización de la convivencia democrática.

Se trata asimismo, de promover reformas fundamentales en la educación, que si bien ha visto progresos incontestables desde mediados del siglo pasado produciendo una impactante feminización de la matrícula en nuestros países, todavía hay retrasos en la paridad del reconocimiento profesional y obturaciones al desempeño de las mujeres.

Y se trata también de provocar en nuestra región impulsos para la transformación de la Ciencia. Como feministas nos interesa que el conocimiento sistemático que constituye la Ciencia abandone los atributos falaciosos en que ha basado sus estándares, sobre todo la *neutralidad y universalidad* con que ha revestido sus principios androcéntricos. Tal como Sandra Harding<sup>3</sup> lo ha manifestado, deseamos un nuevo estatuto de nuestros saberes basado en un nuevo tipo de objetividad, que se apreste a ser la "ciencia del sucesor" y que se haga cargo antes que cualquier otro postulado, de la constitutividad generizada del conocimiento.

### **Universidad y género**

He planteado al inicio que sólo recientemente, en la mayoría de los casos, nuestras Universidades hicieron lugar a los saberes concernientes a *género*. La excepción probablemente sea Brasil, país en el que el feminismo ascensional de fines de la

---

<sup>3</sup> HARDING, Sandra. Ciencia y feminismo. Madrid, Morata, 1996.

década de 1970 e inicios de los ochenta, demoró menos que en los restantes países en conseguir una plaza en algunas Universidades para desarrollar enseñanza e investigación relacionada con la condición de las mujeres. En el mismo período, Uruguay, Chile y Argentina vivían sofocados por dictaduras que habían arrasado las casas de enseñanza superior provocando una dramática diáspora de docentes e investigadores/as la mayoría de los cuales debió exiliarse en el exterior. A diferencia de Brasil, cuya dictadura seguramente de modo selectivo impidió que un cierto número de profesores prosiguiera al frente de la enseñanza, los gobiernos dictatoriales de los restantes países intervinieron de cuajolas altas casas de estudio sostenidas por el estado, extinguieron la autonomía de las Universidades y dejaron cesantes en forma masiva a los planteles académicos, agregando fórmulas más brutales de represión. Brasil, en todo caso, se constituyó en un receptor de esa diáspora, y permítaseme una referencia personal ya que me encuentro entre quienes encontraron solidaridad, refugio y reparación en este querido país. A pesar del régimen autoritario imperante, no fuimos pocos quienes encontramos en Brasil las condiciones para una reacomodación existencial que en buena medida estuvo ligada al desempeño académico o al menos al desarrollo profesional.

Argentina, Uruguay y Chile debieron aguardar a que se extinguieran las dictaduras para asistir el salto de los estudios feministas desde las vías paralelas - en donde por cierto y pese a todo no faltaron militantes y estudiosas -, al circuito propiamente universitario. Estamos pues frente a una características que no sólo es propia de nuestros tres países - en América Latina ha sido la regla - y es la existencia de estudios feministas o dedicados a las mujeres en un andarivel inicial extra universitario y que sólo durante la transición democrática fueron incorporados a las casas de enseñanza superior. Diversos trabajos han dado cuenta de esta circunstancia, de

modo que me eximo de mayores desarrollos<sup>4</sup>. En todos los casos los análisis muestran que el ingreso de los estudios concernientes a la condición femenina y de género a los espacios académicos estuvieron contextuados por atmósferas no sólo negligentes, sino hasta cierto punto adversas o cuando menos poco auspiciantes, renuentes a concederles legitimidad.

En efecto, nuestros tópicos de indagación (nuestros sujetos) no parecieron merecer una recepción a la altura de la problemática de inequidad, injusticia y autoritarismo que caracterizaba el abordaje prodigado por las Ciencias Sociales a la experiencia dictatorial que acababa de dejarse atrás. La condición femenina se planteaba en esos primeros años de la recuperación democrática como una cuestión paralela, una "otra cuestión", que difícilmente podía parangonarse con los quebrantos de la subordinación política e ideológica que acababa de dejarse atrás. El marco general de implantación del proceso de redemocratización era francamente patriarcal,

---

<sup>4</sup> La cuestión ha sido ampliamente abordada en el *VI Encuentro de Centros y Programas de Estudios de la Mujer y de Género en Instituciones de Educación Superior en América Latina y el Caribe*, 20-22 de octubre de 2003, Cuernavaca, México. Sobre la situación de los países del Cono Sur remito a mi ponencia en este encuentro - Los estudios de las mujeres y de género en la educación superior de los países del Cono Sur. En relación a Argentina, ver especialmente: HABICHAIM, Hilda. La experiencia del CEIM y la Maestría sobre problemática del género de Rosario, Argentina; MELER, Irene. Los estudios de Mujer/género en la formación superior. Reflexionando acerca de la experiencia; MARCALAIN, María Gabriela y NARI, Marcellí.a. Los estudios de la Mujer y de Género en la Universidad de Buenos Aires, aparecidos en un dossier especial de *Zona Franca*, año V, n° 6, 1997. MAFFÍA, Diana. Aventuras y desventuras del encuentro entre Género y la academia. *Revista Feminaria*, año XI, n° 21, 1998; BARRANCOS, Dora. Los estudios de género en la Argentina y la globalidad. *Encuentro Universidad Di Tella/Duke University, The Humanities and the Globalization*, Buenos Aires, (*mimeo*), agosto 2001; BONDER, Gloria. Los estudios de la mujer en la Argentina. Reflexiones sobre su institucionalización y el cambio social, [www.iacd.oas.org/Interamer/bonder.htm](http://www.iacd.oas.org/Interamer/bonder.htm)

pródigo en actitudes misóginas y tales condiciones todavía enmarcaron las tentativas por erigir las áreas, centros, núcleos de estudios feministas en nuestras casas de estudio en torno de 1990.

Con algunas diferencias, pues, podría decirse que hace tan sólo una década que hemos constituido líneas especializadas en el interior de la enseñanza superior y que, más allá de la inaugural instalación insular, del retaceo de reconocimiento y de las dificultades de visibilidad, lo cierto es que en conjunto la vida universitaria de nuestros países no puede ya desconocer la importancia de nuestras investigaciones y su incontestable significado social. Tomaré desde luego el ejemplo de Argentina por razones obvias, aunque me constan las circunstancias - por lo menos a grandes trazos - que viven Uruguay, Chile y Brasil, de modo que confío en no equivocarme al afirmar que los estudios se han empujado notablemente en los últimos años, alcanzando mayor solvencia conceptual y metodológica en las disciplinas sociales y humanísticas que han sido centrales en la adopción de la perspectiva. Este avance en calidad y en cantidad ha comportado mayor reconocimiento, sobre todo en el último quinquenio, que el que se disponía al comienzo. No obstante la crisis por la que atraviesan las altas casas de estudio del sector público, el desarrollo de nuestros análisis ha permitido una nueva valoración de la producción dedicada a género que se ha evidenciado a la hora de decidir sobre ofertas de cursos y seminarios, especialmente - como se verá - en el área de posgraduación, tanto como la de aprobar proyectos de investigación. Desde luego estos cambios no son perceptibles en la totalidad de nuestras universidades, aunque en la mayoría se registra por lo menos un munón de actividades orientadas hacia nuestros objetivos.

En nuestro país, la enorme mayoría de las Universidades poseen un área/ centro/instituto especializado, o al menos

líneas de investigación que reúnen cátedras. Tal lo que ocurre con de Buenos Aires, La Plata, Rosario, Tucumán, Comahue, Salta, La Pampa, Santa Fe, Neuquén, Luján, Córdoba, Catamarca y Misiones. También en la enorme mayoría de las situaciones se trata de espacios multidisciplinarios, aunque resulta evidente que hay disciplinas en donde los estudios se han afianzado mucho más que en otras. La Universidad de Rosario dispone de una Maestría dedicada a nuestros conocimientos y recientemente la Universidad de Luján ha implantado una Especialización. No podría dejar de mencionar lo que ya constituye una tradición en nuestro país extendida en los últimos años al conjunto de América Latina. Se trata de las *Jornadas de Historia de las Mujeres e Estudios de Género* que se iniciaron hace casi quince años en la Universidad de Luján y que bianualmente convocan a los/las estudiosos de todas las disciplinas a presentar los productos de sus investigaciones y a debatir sobre nuestros saberes. Desde luego, es una oportunidad para confrontar, para reflexionar desde nuestras posiciones políticas feministas y también para acordar líneas de intervención sobre nuestra acuciante realidad.

En Uruguay<sup>5</sup>, el panorama actual muestra la existencia de una Red Temática de Estudios de Género que tiene su asiento en la Universidad de la República y que ha realizado una tarea de gran importancia al ofrecer una base casi censal de las investigaciones referidas a feminismo, estudios de mujeres y género. En este país, y otro tanto ocurre en Chile y Brasil, la perspectiva ha ingresado a otros conocimientos, como la Enfermería y, aunque todavía tangencialmente, también a cursos de Medicina.

---

<sup>5</sup> Remito a VILLAMIL, Silvia Rodríguez. Los estudios sobre la mujer en el Uruguay. Anuario "La Mujer Uruguaya". Nea Filgueira, Montevideo, Grecomu, 1990; Los estudios de Género en la Universidad de la República. Red Temática de Estudios de Género, Documento de Trabajo del Rectorado n° 18, Universidad de la República, Montevideo, 2003.

En Chile<sup>6</sup> la implantación de los estudios académicos que nos convocan alcanzan a las Universidades de Chile y a la de Santiago de Chile, a las Universidades privadas, ARCIS, Austral y Católica, y también a las Universidades de Concepción y Valparaíso. La primera de estos organismos sostiene una Maestría especializada que comparten las Facultades de Ciencias Sociales y de Humanidades dentro de una línea formativa muy exigente. Como en Uruguay, la perspectiva de género penetra algunos cursos de Medicina.

En Brasil una buena parte de las Universidades Federales presenta núcleos/programas/líneas destinados a nuestros tópicos. La cuestión ha ingresado a diversas Universidades Estaduales y hay una tradición de asunción de los tópicos inherentes a la condición femenina en las Universidades Católicas, de modo muy reconocido las PUCs de Sao Paulo, Río de Janeiro y Belo Horizonte. A riesgo de graves omisiones, desearía subrayar la calidad del emprendimiento del Núcleo de Estudos de Gênero - Pagu de la UNICAMP, al que se suman los esfuerzos de la USP, de la Universidade Federal de Santa Catarina, de la Universidade Federal de Bahía y también de la Estadual, de la Universidade Federal de Brasília, de UNISINOS.

No podría pasarse por alto el permanente estímulo al conocimiento específico que nos convoca proveniente de FLACSO que en sus diferentes sedes ha mantenido programas de alto reconocimiento. En la actualidad se desarrolla, desde Buenos Aires, el Programa Regional de Género y Políticas Públicas que acaba de convertirse en una Maestría. Tampoco podría desconocerse la larga devoción con que CLACSO prohijó

---

<sup>6</sup> Ver especialmente OYARZUM, Kemy. Los malestares del "género"; institucionalización de las diferencias y crisis de la Res/Pública. *Revista de Crítica Cultural*, n° 25, noviembre de 2002, pp.12-22; MONTECINO, Sonia y REBOLLEDO, Loreto. Los estudios de mujer o de género en la realidad universitaria chilena en [www.iacd.oas.org/Interamer/bonder.htm](http://www.iacd.oas.org/Interamer/bonder.htm)

el desenvolvimiento de proyectos concemientes a la condición femenina en la región.

Aunque carecemos de mapas exhaustivos, un panorama general de los estudios en Uruguay, Chile, Argentina y Brasil arroja las siguientes predominancia disciplinarias: historia, literatura, antropología, filosofía y sociología; en psicología, se destacan algunos desarrollos de gran nivel con foco en psicoanálisis; las menos transitadas parecen ser educación, derecho, y con más raras expresiones aparece el resto de las disciplinas. Tampoco contamos con relevamientos completos que muestren en cada país, cuáles son las cuestiones más abordadas, las que reconocen mayor número de trabajos según disciplinas. Aunque hay suficiente evidencia empírica acerca de que ha crecido el trabajo transversal que reúne varias canteras disciplinarias, tampoco es posible apreciar con precisión los logros de esos cometidos. Sin embargo, la pluridisciplina constituye un vector organizador de nuestros centros, áreas, núcleos y programas, atendiendo tanto a la diversidad del conocimiento, que se define según campos y reglas de producción ad hoc, como a la vinculación que ilumina los múltiples sentidos de los objetos analizados. Aunque sin duda, no escapan a nuestro quehacer preocupaciones sobre las más adecuadas formas de convergencia y de convivencia de las teorías provenientes de diferentes disciplinas y también de sus respectivas estrategias de método.

No hay dudas de que los recientes balances muestran algunas distorsiones en todos nuestros países: la acumulación del esfuerzo se percibe de manera más nítida en el ciclo de los posgrados más que en la formación de pregrado. En efecto, salvo en el caso de Uruguay - que todavía no ha efectuado un desarrollo agresivo de cursos de posgrado -, nuestras Universidades han debido incorporar la enseñanza especializada en seminarios que componen la oferta de los cursos de especialización, maestrías y doctorados. ¿ Qué

explicación dar a esta elección preferencial? Creo que la respuesta es bastante sencilla: es más fácil innovar en la currícula especializada que en la formación de grado, generalmente atada a perspectivas más conservadoras habida cuenta la fijación de estructuras de pensamiento y de expectativas actitudinales moldeadas según visiones muy poco porosas a los cambios. Una vez que se han fijado las funciones esperadas de una carrera y las atribuciones y expectativas del perfil de sus egresados/as, es muy difícil realizar transformaciones. En general nuestros medios universitarios no comparten la idea de revisar periódicamente los fundamentos de la formación de grado y en esto no están solos, basta volver sobre las reflexiones de la Comisión Gulbenkian<sup>7</sup> para la reestructuración de las Ciencias Sociales que presidió Immanuel Wallerstein - y que integró entre otros, Evelyn Fox Keller - cuando constataba el retraso tópico de la mayoría de las universidades occidentales. La crítica del conocimiento no es precisamente una moneda corriente en las estructuras de la formación superior que, por el contrario, se abroquelan en concepciones cuya momificación es un dato tan naturalizado como la supuesta irremediable asimetría de los sexos. Nada más resistente a la renovación del conocimiento que la configuración de los saberes en la formación de pregrado. Frente a tales circunstancias no puede admirarse que la penetración de nuestros objetos de conocimiento haya privilegiado las zonas menos fortificadas. Así, Argentina, Chile y Brasil han abierto las indagaciones de *género* a los circuitos más altos del sistema de titulaciones. Allí ha podido contarse con ofertas innovadoras, a menudo con presencia de especialistas extranjeras/os y la misma producción investigativa suscita mudanzas de ópticas, lo que ha facilitado

---

<sup>7</sup> Ver WALLERSTEIN, Immanuel. (coord.) *Abrir las Ciencias Sociales*. México, Siglo XXI, 1998.

que nuestra problemática haya alcanzado entonces una mayor visibilidad y una acogida con menor prevención que en otros segmentos de nuestra educación superior.

Esta sumaria descripción de las relaciones entre Universidad y género no puede dejar de depararse con algunos logros que marcan diferencias también con el inicio de la década 1990. Uno de ellos es el hecho de disponer de publicaciones especializadas de muy buen nivel en el Cono Sur. Contamos en nuestras altas casas de estudio<sup>8</sup> con publicaciones periódicas que no dudo en caracterizar como de muy buena calidad. Mencionaré apenas las de mayor circulación. Tal es el caso de *Cadernos Pagu*, sostenida por el Núcleo correspondiente de la UNICAMP, *Mora* a cargo del IIEGE - Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Buenos Aires -, *Zona Franca* del Centro de Investigaciones de la Mujer de la Universidad de Rosario, *La Aljaba* (2da. Época) - emprendimiento conjunto de las áreas dedicadas a los estudios de género de las Universidades de Luján, La Pampa y Comahue -, *Nomadías* de la Universidad de Chile, y *Estudos Feministas* de la Universidade de Santa Catarina. Otras publicaciones feministas aunque no producidas en el circuito académico, se han consolidado en la región, y a título de ejemplo citaré la revista *Feminaria* que se edita en la Argentina. Sin duda todas se proyectan a un circuito más amplio latinoamericano y cada vez más se incrementa el reconocimiento a la labor de difusión del pensamiento feminista basado en el ensayo erudito y en la investigación original en nuestras comunidades.

Otro aspecto es el número y variedad de proyectos de investigación que han encontrado el apoyo de las Universidades y de otros organismos integrantes de nuestros

---

<sup>8</sup> Hay un significativo número de publicaciones referidas a la condición femenina en nuestros países, pero a efectos de esta comunicación sólo me centraré en aquellas que tienen sede en instituciones universitarias.

correspondientes sistemas científicos. Lamentablemente tampoco aquí contamos con información fehaciente y en este caso permítaseme referirme muy sucintamente al caso de Argentina, y de modo más restricto aún, a la situación de la Universidad de Buenos Aires (UBA), y del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET). Me referiré rápidamente a los cambios habidos en las dos instituciones a propósito de la ampliación de los estudios dedicados a nuestros tópicos. La UBA ha aprobado un mayor número de proyectos de investigación concernientes a nuestros tópicos y distinguió, en la grilla evaluativa correspondiente a los últimos concursos de proyectos, la dimensión género. El CONICET, por su parte, tiene la estructura y función de un organismo hegemónico en materia de producción científica y tecnológica<sup>9</sup>, y aunque es difícil ponderar la evolución de nuestra problemática, hay evidencia de que se ha incrementado el número de becarios e investigadoras/ es de carrera que analizan tópicos atinentes en los últimos cinco años. Actualmente, 1,2% de los proyectos a cargo de los/las investigadores de carrera en el área de las Ciencias Sociales y Humanas trabaja centralmente con género o condición femenina y 1,6% de los proyectos presentados por becarios/ as también está dirigido a su análisis. Las estadísticas son aún magras, pero debe pensarse que hace una década eran casi inexistentes los programas de investigación que abordaran nuestros tópicos.

---

<sup>9</sup> El CONICET se asimila al CNRS de Francia, y por lo tanto es un organismo que de modo directo recluta y sostiene a la masa de investigadores/as científicos nacionales de todas las ramas del conocimiento. Reconoce una muy estricta modalidad de ingreso y normas rigurosas para la calificación y progresión jerárquica.

### **Por qué y para qué un doctorado de género en el mercosur?**

Permítaseme alterar el orden de las cuestiones, e indicar el horizonte prospectivo, *el hacia donde antes del por qué*. En las argumentaciones precedentes se ha delineado que, antes que otra cosa, los estudios con unes de pograduación reunidos bajo el concepto *género* se fundan en la necesidad de ampliar y hacer sustentables nuestros respectivos sistemas democráticos. Se podrá imputar que un valor extraacadémico constituya la piedra angular de nuestros propósitos, pero conviene recordar a otros y a nosotras mismas que resulta imprescindible ancorar éticamente nuestros presupuestos gnoseológicos. El feminismo, en todo caso, no puede prescindir de orientaciones de sentido y entre sus contribuciones inmarcescibles creo, se ubica la noción de que no hay gratuidad en las relaciones entre ciencia y sociedad, entre conocimiento y sujeto, entre funciones formativas y responsabilidad de las/los agentes. Tal como situaba Graciela Hierro la cuestión desde una perspectiva feminista, estamos impelidas hacia una *ética del interés*, que

surge de la toma de conciencia por parte de las mujeres de su condición de opresión (...), [y agregaba más adelante] La situación opresiva se opone al ideal moral del interés, en primer lugar porque no permite el desarrollo de las capacidades humana íntegras, puesto que polariza dos dimensiones del ser humano: el de la creación cultural y el de la maternidad<sup>10</sup>.

Es que justamente la "naturaleza de la maternidad" y el enorme haz de funciones que le son concomitantes han sido el parámetro para obturar significados culturales trascendentes a las manifestaciones femeninas.

---

<sup>10</sup> HIERRO, Graciela. *Ética y feminismo*. México, UNAM/Pueg, 1985.

La creación de un Doctorado de Género en la región responde a supuestos argumentales que podrían reposar en los siguientes puntos de inferencia, a saber:

### **1) Existencia de una masa crítica común**

En todos nuestros países, tal como ha sido expuesto, hay evidencias de un desarrollo riguroso especializado gracias a un apreciable conjunto de académicas/os que en número y calidad comportan una "masa crítica" expresiva. Resulta imposible desconocer el significado de sus contribuciones en las diferentes ramas del conocimiento, sobre todo en las Ciencias Sociales y Humanas. Una gran parte de este grupo académico ha realizado estudios de posgrado o posee méritos equivalentes, investiga con solvencia, erudición y rigor, comunica los resultados de sus abordajes en medios nacionales e internacionales, y tiene a su cargo la formación de discípulas/os de manera continuada. Estas dimensiones de su actuación pueden potenciarse enormemente si se establecen vasos comunicantes reglados y consistentes que objetiven el fortalecimiento de nuestros estudios. Nada mejor que una *comunidad regional de intereses* en torno de un área de conocimiento que, como he venido expresando, es inescindible del cuadro de valores que encuentra su fundamento en los derechos humanos de la región.

### **2) Supuestos gnoseológicos y epistémicos, convocan a estudios localizados, transversales y comparativos en materia de género**

Los estudios que focalizan la condición humana sexualizada, las diferencias de género y las diversidades originadas socioculturalmente adquieren una perspectiva analíticamente mejor sustentable cuando se hacen intervenir realidades societales variadas. Nuestro conocimiento es *situado*

- tal como ha subrayado Donna Haraway<sup>11</sup> - y por lo tanto es un tipo de saber que procura establecer comparaciones, dialogar con disimilitudes, exponerse al régimen de los contrapuntos, relativizar sin caer en las tentaciones de una (imposible) "totalización de lo relativo". Amenazado a menudo de tendencias esencialistas, cercado por las propiedades omnipresentes del patriarcado, sitiado por las atribuciones identitarias estereotipadas, requiere los retos del contraste y los desafíos de lo contrapuesto. Cualquier cultura ofrece un paisaje accidentado de divergencias, y es en este dato angular que un emprendimiento común puede indexar (en el sentido pierceano del término) significados a las interpretaciones que constituyen nuestras prácticas discursivas. Justamente, y retomando una vez más a Haraway, la riqueza de nuestra perspectiva feminista de conocimiento no se funda en un fundamentalismo relativista que acaba estancando a los sujetos y sus actos en contextos inapelables, sino que retoma las parcialidades como objetos centrales de interés en un cuadro dinámico que podríamos provisoriamente llamar *conectivo*. En palabras de nuestra autora:

La alternativa al relativismo no es totalización ni visión única (...) La alternativa al relativismo son los conocimientos parciales, localizables y críticos que admiten la posibilidad de conexiones llamadas solidaridad en lo político y conversaciones compartidas en lo epistemológico<sup>12</sup>.

Desde luego, género no debería ser la única matriz conceptual con aptitud para promover problematizaciones instigantes y renovadoras de nuestra vida colectiva, com

---

<sup>11</sup> Haraway, Donna. *Ciencia, cyborgs y mujeres. La reinención de la naturaleza*. Valencia, Cátedra, 1991.

<sup>12</sup> ID., IB., p.329.

capacidad de interrogar las "conexiones entrelazadas" de nuestras culturas, por lo tanto cualquier reclamo de exclusividad nos es ajena. Permítaseme sin embargo subrayar que el principal atributo de género se revela al mismo tiempo como articulador y móvil, orientado necesariamente al *nomadismo y la desterritorialización* - tal como Gilles Deleuze, Félix Guattari y Rosi Braidotti han solicitado - y por lo tanto proclive a las intervenciones cruzadas de espacios que confieren flujos de identidad, pero que también la desordenan, que diseñan alineamientos pero también líneas de fuga. Los estudios doctorales compartidos en materia de género en el ámbito del Mercosur pueden rendir una más plena comprensión óptica y epistémica de la diversidad de clase, étnicas, de opciones performativas sexuales, ecológicas, geográficas, etc., en perspectiva intra e inter países.

### **3) Maximización de los recursos**

Un encuadre decididamente pragmático en la propuesta de una comunidad de estudios doctorales debería reflexionar sobre la potenciación de los recursos disponibles en cada uno de nuestros países. El ciclo doctoral es oneroso y compromete esfuerzos ingentes por parte de nuestras sociedades, una alta cuota de recursos de nuestras instituciones universitarias, de modo que el agenciamiento común permite establecer nuevos rendimientos del cálculo de eficiencia.

Visitemos sucintamente los principales componentes:

- **Recursos humanos:** La reunión de nuestra masa crítica en una empresa común no puede sino constituir una decidida contribución para garantizar el más pleno y potente empleo del conocimiento disponible. Por otra parte se maximiza la participación de las/los especialistas de fuera de la región: su presencia en una de las unidades académicas genera una

absorción amplificada ya que actúa sobre las restantes sin que se altere el costo de disponibilidad.

- **Recursos financieros:** Resulta incontestable que hay una amplificación proporcional de las disponibilidades financieras una vez que se reúnen partidas presupuestarias para un emprendimiento que, si fuera costado por una sola de las unidades académicas convocadas, resultaría equivalente en magnitud. El empleo común de los recursos financieros significa una considerable economía.

- **Recursos de equipamiento e infraestructura:** Su utilización es plena, minimizándose el lucro cesante, y alcanza solidariamente a las unidades menos equipadas, especialmente en materia de acervos bibliotecológicos.

#### **4) Integración cultural y diversificación identitaria**

El Mercosur ha encontrado crecientes muestras de apoyo, en diferentes segmentos de opinión, toda vez que ha habido oportunidad de ampliar - por lo menos retoricamente - uno de sus trazos más destacados, la integración cultural de nuestros países. Se trata de una noción fuerte cuyo desentrañamiento escapa a los propósitos de esta comunicación. Deseo apenas puntualizar algunas cuestiones acerca del sentido de la integración:

a) Nuestras culturas son diversas y en el camino analítico de Raymond Williams<sup>13</sup>, poseen características tradicionales, residuales y emergentes notablemente variadas. Lo viejo y lo nuevo cohabitan, desmesuradamente tal vez, en nuestros territorios, la hibridez - como sostiene Nestor Carda Canclini<sup>14</sup> - parece ser su característica más connotada.

---

<sup>13</sup> WILLIAMS, Raymond. *Marxismo y literatura*. Barcelona, Península, 1980.

<sup>14</sup> CANCLINI, Nestor Carda. *Culturas híbridas. Estrategias para entrar y salir de la modernidad*. México, Crijalbo, 1990.

Pero la hibridez no subsume las diferencias, sino que las aquilata. Son diferentes las culturas que conviven en de cada una de nuestras sociedades y que exhiben los grupos sociales según jerarquías, las comunidades étnicas, los grupos religiosos, los alineamientos etéreos, a lo que se suma las variaciones culturales según regiones internas, y también según se trate de ciudades, campos o zonas mineras.

Nuestras sociedades están fuertemente influenciadas por vectores regionales, por la incidencia proveniente de nuestras propias realizaciones que atraviesan las fronteras. Pero sin duda, las marcas mayores provienen del largo efecto de la mundialización que ha provisto toda suerte de motivos para colorear nuestros repertorios culturales. Se ha dicho a menudo que la mundialización constituyó el "soporte material" de esa notable perturbación de las afecciones y el pensamiento denominada *posmodernidad*, cuyo nombre más preciso debería ser, creo, *posestructuralismo*. Como sea, no comparto francamente la reunión sacrílega entre ambas nociones, nexo que vuelve - una vez más - sobre los sentidos totalizadores de los acontecimientos. Y digo sacrílega, porque los efectos de la mundialización son, sin atenuantes, devastadores de nuestras economías y esencialmente destructores de nuestro trabajo, mientras que los influjos de la posmodernidad han sido - si hemos de ser justas - bastante decisivos para una alteración de los moldes más opresores del Sujeto moderno (varón, blanco, occidental) y para una recategorización de los sujetos subalternos. Culturólogos destacados como Bahba o Spivak han punzado los significados culturales de las márgenes, pero han preferido amparar sus diatribas contra las desbaratadoras maniobras propinadas por el centro exhibiendo sus permanentes deseos de dominio, más que mostrar las claudicaciones del pensamiento posmoderno, que por otra parte les ha dado diversas muestras de hospedaje.

b) Las feministas sostenemos que las experiencias que tienen de la cultura las mujeres y los varones - y desde luego sus contribuciones a la misma cultura -, son diferentes, y que más allá de las asimilaciones, de los rasgos comunes proclives a la borradura de esta diferencia en razón de la pertenencia a una clase, la asimilación de unos ritos y las adscripciones étnicas, el género impone su catadura, su *deconstrucción*. La operación analítica del género vuelve sobre estos contextos para escudriñar la inexorable disparidad que revela la condición femenina según clases, religiones, etnias, y mientras refuta cualquier mismidad esencial, calibra las sintonías que hacen equivalentes a las mujeres. Su equivalencia radical se origina en el unánime y universal dispositivo que la ordena en su segundo lugar y la determina como término "no marcado" en todas las lenguas.

c) La integración cultural no puede sostenerse sino mediante el reconocimiento de la diferencia y de la diversidad, gracias a la oportunidad de diálogo de los múltiples marcos identitarios en que se sitúan y adquieren significado las otredades en nuestros países. Al mismo tiempo, esas localizaciones y agenciamientos pueden encontrar oportunidades para los contrastes vivificantes, para la confrontación de las liturgias formulaicas que se ancoran en el carácter "tradicional" y repetitivo de ciertas formas de pensamiento francamente atezadores de la libertad. Un Doctorado en Género en nuestra región puede contribuir a desmontar las tentativas avasallantes de integración, tanto como a promover la auténtica autonomía con alcances que van mucho más allá del colectivo de mujeres.

d) Finalmente, el cambio cultural que avizoramos con la implantación de un Doctorado de Género en el Mercosur debe contribuir, en primer lugar, a conmover las prácticas discursivas de nuestras altas casas de estudio. La cultura universitaria se encuentra en crisis, una crisis profunda de

identidad una vez que, entre otras razones, la onda globalizadora y el credo neoliberal erosionaron su antigua articulación con la sociedad de la que fue principal proveedora de pensamiento crítico. Los estudios de género todavía son germinales y, estoy segura, fuente de enorme singularidad y potencia para el pensamiento contestatario o por lo menos incomodante. Tal como sostiene Evelyn Fox Keller, aspiramos a un quehacer de la ciencia liberado del principio de dominación<sup>15</sup> y como propone Diana Maffía, una ciencia que no se consterne por el conocimiento sensible y la afectividad<sup>16</sup>. Queremos que la producción doctoral sirva para alentar la insurgencia frente a la cuadrícula de los discursos científicos premoldeados y las instituciones que los sustentan, que contribuya a desarmar todo fundamento general que no reconozca las particularidades, a desautorizar la monovalencia y a potenciar la autodeterminación, que suscite en suma la creación de un nuevo estado de ciudadanía compartida por el que cualquier persona tenga derecho a ser reconocida, todo ser humano a participar con dignidad de los bienes materiales y simbólicos de nuestras sociedades.

---

<sup>15</sup> FOX KELLER, Evelyn. El feminismo y la ciencia. en NAVARRO, M. y STIMPSON, C. (compiladoras.) *Nuevas direcciones*. Buenos Aires, FCE, 2001.

<sup>16</sup> MAFFÍA, Diana. Género, Subjetividad y Conocimiento. Buenos Aires, FFyL, Tesis Doctoral, 1999.

Desde los espados alternativos a la  
academia:  
los estudios de género em Uruguay

Graciela Sapriza\*

Quiero recordar con agradecimiento a todas las compañeras feministas pioneras de los estudios de género en la región, en particular a la socióloga brasileña, Suzana Prates, fundadora dei Grecmu en Uruguay, a la historiadora Silvia Rodríguez Villamil que compartió la aventura de esos inicios y a la amiga Elizabeth Souza Lobo que nos enriqueció con sus aportes en cada visita ai Uruguay.

En Uruguay los estudios de género - o estudios de la mujer - dieron comienzo en el último tramo de la dictadura cívico-militar. Desde fines de los 70 y mediados de los 80, se desarrollaron investigaciones y estudios que permitieron configurar un cuerpo de conocimientos con identidad propia.

En los inicios de este período los investigadores e investigadoras expulsados dei ámbito universitario público se nuclearon en centros académicos privados, "La Universidad de extramuros", como la llamó la historiadora uruguaya, Blanca Paris.

La producción feminista comenzó en centros académicos privados. En 1979 se fundó el Grupo de Estudios sobre la Condición de la Mujer en Uruguay (GRECMU) ai que le siguió la creación de otro núcleo de estudios en el Centro

---

\* Docente e investigadora én el Centro de Estudios Interdisciplinarios Uruguayos (CEIU) de la Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación. Universidad de la República, Montevideo, Uruguay.

Interdisciplinario de Estudios sobre el Desarrollo (CIEDUR), ambos fundados en plena dictadura.

Se trabajó desde el comienzo sobre la base de que las funciones adjudicadas a las mujeres y la subvaloración de su experiencia eran una construcción social que no derivaba de sus diferencias sexuales. Superar las desigualdades se planteaba como una vía para democratizar la sociedad. Aunque se buscaba no sólo describir las desigualdades sino también desarrollar una perspectiva crítica predominaron los estudios descriptivos en los que la realidad social era presentada a través de las voces de las mujeres.

En este período la fuente de financiamiento de los centros privados de producción de conocimientos fue la cooperación internacional.

Se tejieron redes de relaciones con investigadoras de otros países (de Latinoamérica, de Europa), "el colegio invisible" del que habló alguna vez Jeanine Anderson. Fue un período muy fermental por los intercambios que han perdurado a través del tiempo con investigadoras de los distintos países de la región, de Europa y Estados Unidos.

Las principales áreas trabajadas fueron la historia de las mujeres y las discriminaciones en el mundo del trabajo. Las historiadoras estuvieron interesadas en la recuperación de la memoria de las mujeres líderes sindicales y políticas. Los estudios sobre el trabajo y el empleo en los primeros años del período fueron realizados, en su mayor parte, por profesionales de las ciencias sociales, interesadas en explicar los cambios que se estaban produciendo en la sociedad uruguaya.

En esta primera etapa la producción de conocimientos surgió íntimamente vinculada al activismo. Las organizaciones y el movimiento de mujeres que lucharon por la democracia aportaron a la construcción de nuevos problemas y a la formulación de temas de investigación. Participaron

activamente mujeres feministas, en su mayor parte vinculadas a las fuerzas políticas progresistas.

Y por otro lado los conocimientos alimentaron a las organizaciones en cuanto a la elaboración de agendas (así, por ejemplo, los documentos de la Mesa de la Mujer de la Concertación Nacional Programática (CONAPRO) preparados para la salida de la dictadura). En esta etapa los resultados de las investigaciones se volcaban inmediatamente en actividades de capacitación, esta fue una etapa muy estimulante para la creación de conocimientos por la íntima vinculación entre generación de conocimientos, capacitación y construcción de agendas.

Se abordaron temáticas nuevas y nuevas formas de pensar la realidad. La preocupación fundamental era mostrar la discriminación que sufrían las mujeres, rescatarlas de la invisibilidad, dar cuenta y denunciar las desigualdades entre hombres y mujeres.

La historiadora Silvia Rodríguez Villamil realizó una exhaustiva crónica del desarrollo de los diferentes estudios y actividades de difusión en esta etapa fundacional - entre los años 1978-1988 - que muestra como se fue configurando desde distintos enfoques un campo de estudio con un perfil propio<sup>1</sup>.

Resulta ilustrativo y a su vez resume la situación que describimos, que el Seminario organizado por Greemu en 1984 se llamara "Investigación sobre la mujer e investigación feminista. Balance y Perspectiva de la Década de la Mujer en América Latina". Era el paso preparatorio a la presentación en la Conferencia de Naciones Unidas de cierre de la Década de la Mujer que se desarrolló en Nairobi-Kenya. Uruguay vivía intensamente la salida de la dictadura. Y en pleno proceso de transición a la democracia emergía un nuevo actor político, el

---

<sup>1</sup> RODRÍGUEZ VILLAMIL, S. *Anuario de la Mujer en el Uruguay*. Montevideo, Greemu, 1989.

movimiento de mujeres, el feminismo, estrechamente relacionado con la producción de los centros académicos provados. Proliferaron en ese periodo organizaciones de mujeres de diversa índole que empiezan a llamarse Ong' S.

### **Los cambios en los noventa**

La década de los noventa está signada por grandes cambios en la sociedad uruguaya y en el contexto internacional que han influido en la producción de conocimientos en Ciencia Sociales:

1. Crisis de los centros privados de investigación como consecuencia del retraimiento del financiamiento externo y de las muy débiles posibilidades de trabajar con recursos nacionales;

2. El fortalecimiento del desarrollo institucional de las Ciencias Sociales, en el ámbito universitario público y privado. A fines de la pasada década se iniciaron los primeros programas nacionales de posgrado, con bastante retraso respecto a otros países de la región;

3. Mayor relación de la academia y el sector público que ha incorporado a algunos expertos universitarios en algunos sectores sociales sometidos a reforma, como por ejemplo en la educación. También desde el sector público, especialmente desde el Instituto Nacional de la Mujer y la Familia (1985, refundada en 1990 como de la Familia y la mujer) se contratan algunos estudiosos. Los requerimientos de los organismos internacionales han jugado un papel importante en este sentido.

Por otro lado se observa un proceso de masificación y feminización de la matrícula universitaria que incide en los desarrollos de este campo de estudiosos

El proceso de feminización de la matrícula se ha dado paralelamente a la ampliación sostenida de la matrícula durante las últimas tres décadas y la diversificación de la oferta

universitaria entre ámbitos público y privado. Sin embargo el crecimiento de la matrícula femenina supera largamente el de la masculina.

Si bien durante el mismo período la PEA femenina creció fuertemente (casi se duplica) el número de universitarias mujeres, tanto estudiantes como egresadas, creció en una proporción mucho mayor.

En el Uruguay las mujeres tienen un lugar importante en la matrícula universitaria que varía entre dos y tres cuartos de la misma, donde la universidad pública (Universidad de la República) concentra el mayor número de mujeres en la matrícula. Las universidades privadas (UDE, Universidad de Montevideo y ORT) tienen un menor peso relativo de las mujeres aunque igualmente se ubica en el entorno del 50%.

No obstante dichas tendencias, algunas carreras mantienen pautas consideradas más "masculinas" y otras más "femeninas". La matrícula femenina se concentra en algunos sectores específicos de la educación universitaria, donde duplican y triplican la presencia masculina. Esta situación se presenta claramente en el área humanística (Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, Ciencias Sociales, Derecho), y áreas médicas (Odontología, Enfermería y tecnologías médicas, también en menor medida Medicina), así como en forma menos generalizada, en algunas áreas científicas como Química. Asimismo, existe una tendencia de las mujeres a superar notoriamente la población masculina en las carreras "cortas", asociadas a las Escuelas Universitarias como ser: Enfermería, Bibliotecología, Administración, Nutrición, Tecnología Odontológica, Parteras, Psicología entre otras.

Las preferencias de las mujeres universitarias podrían asociarse a tareas y valores tradicionalmente consideradas "femeninas", tales como la atención y cuidados personales (enfermería, psicología), la reproducción social del hogar

(en cierto aspecto podría orientar la inserción a la Escuela de Parteras) así como la organización (bibliotecología, administración), entre otros. Las carreras podrían tener entonces, una cierta proyección de continuidad con el ámbito privado femenino y específicamente con las tareas domésticas y familiares desempeñadas por las mujeres.

La distribución del egreso por sexo denota que también existe una incidencia mayor de las mujeres en la culminación de los estudios universitarios. Ello se manifiesta tanto en la educación universitaria pública como en la privada, aunque en menor medida en esta última. Estos resultados plantean que las mujeres han feminizado la matrícula universitaria en una amplia mayoría de servicios y carreras. Asimismo, consiguen alcanzar el egreso en buena parte de la oferta universitaria de forma mayoritaria en comparación con los varones.

Este proceso de feminización se produjo a pesar de diferencias en las cargas de dependencia familiar y de inserción laboral entre sexos. Por ejemplo, en 10 que refiere a la tenencia de hijos las mujeres universitarias (Universidad de la República) alcanzan al 10% mientras los varones con hijos sólo representan el 12%. También hay diferencias en la inserción en el trabajo. Por una parte, los varones están mayormente empleados, aunque la diferencia entre los sexos no es muy alta, es apenas del 5% (62% los varones y 57% las mujeres), por otra parte, las mujeres están mayormente desempleadas. Ello podría motivar la culminación de los estudios universitarios como estrategias de mejorar sus competencias en la búsqueda de empleo. Además, se agregan diferencias en la relación entre trabajo y formación, dado que los varones alcanzan en mayor proporción ocupaciones más relacionadas a las carreras que cursan que las mujeres.

La diversificación de las preferencias electivas femeninas y masculinas en las carreras y estudios universitarios se

refuerza por procesos de segregación sexual en la inserción laboral.

Las mujeres con nivel terciario finalizado tienen mayor representación en ramas económicas de servicios personales y comunales, mientras los varones tienen mayor representación en ramas como la construcción y el transporte. La participación en las ramas de actividad de las personas con estudios terciarios finalizados por sexo es dispar entre uno y otro año.

El análisis por sexo muestra además que en prácticamente todas las carreras - salvo en el caso de Ciencias Económicas - las mujeres tienen una inserción relativa en términos porcentuales similar y en varios casos mayor que los varones en las ocupaciones profesionales. Las ocupaciones profesionales de las mujeres son relativamente similares a la proporción a las masculinas, aunque en números absolutos todavía hay más varones en ocupaciones profesionales.

A ello cabe agregar que según datos del Censo de Egresados Universitarios 1999, los egresados de la Universidad de la República en las carreras amparadas por la Caja de Profesionales (profesiones liberales clásicas) tienen una mayor representación masculina entre aquellos que se desempeñan como profesionales en tanto ocupación principal. Por el contrario, en las profesiones más nuevas, aquellas no amparadas por la Caja de Profesionales, la situación se invierte con creces, duplicando la proporción de varones en las ocupaciones profesionales.

La situación ocupacional de ambos sexos muestra diferencias significativas. Las mujeres tienen una posición minoritaria en empleos jerárquicos y acceden con mayor dificultad a cargos que impliquen poder (directivos, gerencias, cargos políticos de relevancia, etc.), representando entre la mitad y un tercio en relación a los varones. En contrapartida, las mujeres tienen una mayor presencia relativa en categorías de ocupación dependientes como empleadas y obreras. Con

respecto a la participación de ambos sexos en la categoría cuenta propia y patrón existe una diferencia no acentuada. Además, existe una brecha entre empleadores por sexo. Resulta que entre las mujeres con nivel terciario finalizado el número de empleadores alcanza el 31% Y es relativamente menor que el número de varones, que representan un 9% más.

Pese a las diferencias analizadas, puede señalarse que la inserción de las mujeres en el mercado de trabajo presenta condiciones desiguales menos acentuada que en otros niveles educativos con respecto a los varones. Mirada en perspectiva de largo plazo, en los últimos tiempos se han incorporado mujeres a trabajos y categorías ocupacionales que han sido considerados a lo largo de la historia como típicamente masculinos. Al parecer, los "espacios permitidos" para el desempeño laboral de las mujeres universitarias están menos condicionados socialmente con relación a las mujeres uruguayas en general, aunque todavía los varones mantienen porcentajes más altos comparativamente.

Esto se refuerza aún más al considerar, que las mujeres universitarias aún superando en número a los varones igualmente educados, son ampliamente superadas a la hora de proveerse los cargos con poder dentro de la estructura ocupacional. Sin embargo la fuerza de los números y de las mujeres se impone claramente cuando se trata de ocupar posiciones profesionales equivalentes a la formación profesional recibida.

Finalmente, en relación con el nivel de ingresos y el empleo, los universitarios son privilegiados en relación al resto de la población. No obstante la estratificación subsiste entre géneros de igual nivel de calificación profesional. Se mantienen brechas importantes en la distribución de salarios entre los sexos en los universitarios. Se constató una relación inversa entre varones y mujeres en cuanto al acceso a ingresos mayores: las mujeres tienen una representación mayor en las categorías

de menores ingresos. Estas diferencias en los tipos y categorías de ocupación ubica a las mujeres en una cierta desventaja en cuanto a la posibilidad de acceder a salarios altos y posiciones de poder.

La suma de estos cambios plantean nuevos desafíos a la producción de conocimientos al requerirse insumos más precisos capaces de conducir a propuestas. Se han incrementado en algunas disciplinas los recursos técnicos al alcance de los/as investigadore/as para la realización de estudios y diagnósticos. Los acuerdos interinstitucionales posibilitan el acceso a la información producida por la oficina estadística nacional, lo cual da la oportunidad de trabajar con un mayor nivel de profundidad con nuevos desarrollos metodológicos en la construcción y actualización de indicadores de género, tanto a nivel nacional como departamental.

Se incorporó una conceptualización más abarcativa, la de género, y las temáticas se ampliaron abarcando las transformaciones en las relaciones sociales en distintas esferas, el mercado de trabajo y la participación política y social fueron algunos de los ejes temáticos privilegiados por la investigación. Esta etapa requiere de un relevamiento más riguroso que de cuenta además de temas emergentes, como por ejemplo los nuevos desarrollos en torno a la masculinidad<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Todo este apartado sobre feminización de la matrícula universitaria y oportunidades laborales está tomado del trabajo de la socióloga RADA KOVICH, Rosario. Educación superior y género en Uruguay. Ponencia presentada al *Primer Seminario Internacional - Los Géneros en la Educación Superior en América Latina y el Caribe*, UDUAL-IESALC/UNESCO-ANUIES, México D.F., 6 y 7 de noviembre de 2003.

**¿Cuáles son los desafíos para los Estudios de Género en este contexto?**

- Los debates dentro de cada una de las disciplinas. La ubicación de los Estudios de Género en la Universidad pública nos desafía a respetar las exigencias de las distintas disciplinas para establecer puentes de comunicación con las principales corrientes del pensamiento social y político dominantes en cada una de ellas. Este es un desafío muy difícil de asumir pero parece ineludible para ubicar los Estudios de Género en la Universidad<sup>3</sup>.

- El desarrollo del diálogo interdisciplinario. Debemos recordar que partimos de un cierto desbalance disciplinario, han predominado desde los inicios las investigadoras con formación en historia, sociología y economía. El menor desarrollo de trabajos desde la perspectiva antropológica, lingüística o provenientes de la psicología y el psicoanálisis en la primera etapa tienen que ver con la diferente ubicación y desarrollo institucional de estas disciplinas en el país..

- Paralelamente se replantea el propio uso del concepto de género. En los proyectos de la primera etapa el foco del interés estaba en el sujeto mujer y a veces en la relación hombre/mujer a los efectos de servir al diseño, instrumentación y evaluación de proyectos de desarrollo vinculados a la cooperación internacional. Hoy día se ha complejizado el concepto de género en tanto sistema de desigualdades sociales y de diferenciaciones culturales. Tenemos más autonomía para realizar un trabajo teórico no tan atado a los condicionamientos del financiamiento y a proyectos de desarrollo predeterminados.

---

<sup>3</sup> BATHYMYÁNY, K. Los estudios de género en la universidad: caminos recorridos y desafíos pendientes. Ponencia presentada al *VI Encuentro de Centros y Programas de Estudios de la Mujer y de Género en Instituciones de Educación Superior de América Latina y el Caribe*, México, octubre 2003.

- Surge una preocupación importante en cuanto a aportar al diseño y formulación de políticas públicas. Por otra parte, el conocimiento aparece como instrumento que otorga mayor legitimidad a las propuestas de las organizaciones sociales.

- Parece importante destacar que el incremento de los intercambios académicos a nivel internacional en esta última década ha jugado un papel fundamental en el desarrollo de este campo. La participación en eventos internacionales y la realización de pasantías se ha visto facilitada por la creación de Programas específicos para su financiamiento. Este apoyo es fundamental para incentivar el intercambio y la inserción en las discusiones de la comunidad académica internacional.

- La participación en redes académicas y proyectos regionales y subregionales potencian el trabajo al posibilitar el desarrollo de una perspectiva comparada, lo cual significa un avance muy importante en cualquier campo del conocimiento.

#### **La introducción de los estudios de género en las curricula de grado y posgrado: nuevas oportunidades y diferentes opciones**

Han pasado casi quince años desde que Susana Prates en un artículo pionero publicado en la *Revista de Ciencias Sociales* (1986) que edita el Departamento de Sociología, propugnaba la incorporación de este debate en la discusión de la reorganización y fijación de políticas de investigación y docencia. Ella misma recuerda en su artículo que en los países del norte se han dado dos tendencias principales: la tendencia integracionista versus la tendencia separatista<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> En nuestro ámbito universitario no se produjo una polémica - como las acontecidas en EEUU y Europa ya hace más de dos décadas - sobre la conveniencia de establecer a nivel de estudios superiores cátedras, carreras, departamentos o programas centrados en los Estudios de Género. El centro del argumento integracionista está en el peligro de que la institucionalización de los Estudios de Género como área separada favorezca la ghetización, la falta de diálogo con toda la producción existente en las Ciencias Sociales, el

El problema no está tanto en el desarrollo de estructuras formales, una cátedra u otro espacio específico, dedicado a estos estudios, sino en **la necesidad de promover la existencia de una masa crítica de académicas que estén colocadas en cargos de decisión**, como para poder impulsar iniciativas que permitan el desarrollo de investigaciones y que tengan reconocimiento como para hacer propuestas que puedan ser incluidas en los planes de estudio y en las agendas de investigación. La feminización de la población universitaria docente y estudiantil, sobre todo en las Ciencias Sociales, favorece la emergencia de esa masa crítica.

Anotar estos avances no significa desconocer que este es un campo que provoca resistencias tanto a nivel de la sociedad como en el académico, y en particular en nuestro país. El país ha sido sensible al contexto internacional ratificando los principales Convenios internacionales para la promoción de la igualdad de género en el trabajo así como los tratados de Derechos Humanos de mayor importancia para la igualdad de género.

Posee una ley que prohíbe toda discriminación que viole el principio de igualdad de trato y oportunidades para ambos sexos en cualquier sector o rama de actividad laboral (art. 1), aprobada en 1989 y reglamentada en 1997.

Aunque resulta llamativo que el organismo estatal especializado en la mujer, el Instituto Nacional de la Familia y la Mujer, ubicado en la órbita del Ministerio de Educación y

---

aislamiento de un discurso feminista que excluye a los hombres impidiendo su participación en la construcción de estos conocimientos. Varios estudios norteamericanos han mostrado que debido al sistema valórico (sexista y androcéntrico) imperante en los centros universitarios surgen grandes dificultades para que los estudiantes hombres participen académicamente en ámbitos exclusivos de mujeres. Esta argumentación para nada invalida la existencia de grupos de investigación integrados por mujeres que trabajen temas con la meta de la integración.

Cultura, no haya podido lograr aún una mayor jerarquía y un presupuesto acorde a sus responsabilidades.

Un indicador muy elocuente de la falta de voluntad política para transformar positivamente las relaciones de género, es que Uruguay es el único país de la región que no ha aprobado un Plan Nacional de Igualdad y que recién el 8 de marzo de 2003 se anunció la puesta en marcha de la redacción de un Plan de Equidad, se cuenta con el antecedente del Plan de Igualdad del departamento de Montevideo.

En una reciente intervención la socióloga Rosario Aguirre<sup>5</sup> señaló algunos factores - que a su entender - podían explicar las dificultades para incorporar los conocimientos sobre las discriminaciones de género y la promoción de políticas de igualdad.

Las características del modelo socioeconómico vigente y las escasas demandas de conocimientos. Hay poca apertura para la elaboración e implementación de agendas sociales que busquen reestructurar los derechos sociales y la provisión del bienestar. Las políticas socioeconómicas enfatizan la promoción del crecimiento y en lo social políticas mínimas y focalizadas.

En el caso de Uruguay las relaciones entre intelectuales y políticos han sido desde hace décadas difíciles y esto explica la escasez de demandas.

El debilitamiento de las organizaciones sociales. La conexión entre la esfera de producción de conocimientos y el activismo es más débil que en la etapa fundacional. En el caso del movimiento sindical además de las dificultades propias de la participación de las mujeres en este movimiento tienen un papel importante las transformaciones del mundo del trabajo y

---

<sup>5</sup> Aguirre,R. Los estudios de género en Uruguay: recuperar la memoria para construir el presente. Ponencia presentada al seminario *Hacia la construcción de estrategias pedagógicas para la incorporación de los estudios de género en la enseñanza universitaria*, 29 de noviembre de 2001.

sus repercusiones en la capacidad de acción del movimiento sindical.

Por lo tanto la producción y difusión de conocimientos sobre las desigualdades y las discriminaciones en el trabajo han permeado poco al conjunto de la sociedad, salvo en sus aspectos más salientes. Los conocimientos han circulado sobre todo entre las organizaciones de mujeres, en especial respecto al trabajo, y la violencia doméstica.

Uruguay ha sido un caso excepcional en América Latina. en materia de desarrollo social promoviendo la consolidación de una sociedad "hiperintegrada"<sup>6</sup> y con relativos bajos niveles de desigualdad respecto a otros países de la región. A pesar que las sucesivas crisis económicas contribuyeron a la pérdida de esos rasgos en las últimas décadas, persiste un imaginario colectivo que niega la existencia de desigualdades sexuales y étnicas, al punto que se puede sostener que amplios sectores de la sociedad uruguaya siguen impregnados de una cultura política que las considera superadas o irrelevantes.

Aún cuando esta afirmación no pueda tomarse en términos absolutos ya que se han producido cambios en esta percepción sobre todo de parte de sectores jóvenes y más educados, el argumento de que ya todo (o casi todo) está conquistado sigue manteniendo centralidad en el discurso de importantes líderes políticos.

La Universidad de la República no fue ajena a este "desacompañamiento" o desfazaje entre los grandes ejes del debate contemporáneo y el diseño de sus prioridades estratégicas así como en la asignación de recursos para la investigación, docencia y extensión en este campo. Con un atraso de dos décadas en relación a la región, a fines de la década de 1980, comienzan a despuntar - no sin resistencias al

---

<sup>6</sup> Rama, Germán. *La democracia en Uruguay*. Buenos Aires, Grupo Editor Latinoamericano, 1987.

interior de la misma -, núcleos de estudios sobre la mujer y/o de género en algunos servicios universitarios. Muchos de ellos emergieron gracias al empeno de equipos de académicas comprometidas con una temática que ya venían desarrollando en ámbitos extra universitarios, lo que les permitió aportar un importante bagaje de experiencias y conocimientos a la gestión de esos núcleos. Cabe agregar que la mayor parte de esos núcleos se han mantenido gracias al trabajo casi voluntario de muchas/os de sus integrantes, como tendremos ocasión de analizar en el estudio que presentamos a continuación.

Actualmente parece haber relativo consenso sobre la importancia de tomar en cuenta el tema de la mujer y el enfoque de género en el debate de las grandes cuestiones nacionales. Este consenso comenzó a traducirse en el ámbito universitario - no sin resistencias -, en la década del 90, en la creación de cátedras y núcleos de estudios sobre la mujer y/o de género. Pero fue recién en 2001 cuando se concretó la iniciativa de creación de una Red de Estudios de Género. (bajo solicitud externa, de la Comisión parlamentaria de Equidad y Género)<sup>7</sup>.

La Red Temática de Género quedó constituida por las delegadas de los siguientes servicios: Psicología, Humanidades y Ciencias de la Educación Enfermería Medicina Ciencias sociales, Derecho, Arquitectura, Bibliotecología, Ciencias de la Comunicación, Agronomía, Bellas Artes, lo que no obsta a la

---

<sup>7</sup> El Consejo Directivo Central en reunión del día 25 de setiembre de 2001 aprobó la creación de la Red Temática de Estudios de Género en el marco de la ordenanza sobre el funcionamiento de áreas y unidades académicas de la Universidad de la República. Fueron especialmente invitadas las diputadas integrantes de la Comisión de Equidad y Género del Parlamento. Al agradecer la invitación, la diputada Margarita Percovich destacó la celeridad con la que se había puesto en marcha esta Red, lo que denotaba, según su opinión, el trabajo acumulado por investigadoras y docentes en sus distintos ámbitos y que la Red permitía poner a luz.

integración de cuantos servicios esten interesados en participar en ella.

Las Redes temáticas - espacio relativamente nuevo en la Universidad de la República - están destinadas a fortalecer la interdisciplinaredad, facilitar el contacto entre los diferentes servicios de la Universidad y dar continuidad y coherencia al campo temático. Promueven la incorporación de nuevos docentes e investigadores y estimula la investigación científica, así como la extensión universitaria como cuestión esencialmente formadora.

En síntesis, hoy día se dan mejores condiciones para desarrollar este campo en el interior de las disciplinas y en espacios interdisciplinarios, como el recientemente creado a través de la Red temática de Estudios de Género.

La existencia de la Red Universitaria sobre Estudios de Género permite crear condiciones para el diálogo interdisciplinario en cuestiones sustantivas y en estrategias para la enseñanza, la investigación y las relaciones con el medio y que puede acelerar el proceso al contribuir a "presionar" hacia adentro. Pero para que fuera posible ha sido necesario recorrer un camino de reconocimiento de afinidades y de diferencias que permitiera identificar las zonas de posibles intercambios.

Una de las iniciativas promovida por la Red ha sido la elaboración de un repertorio de actividades en torno a la temática de género en la UDELAR en los últimos 10 años.

La iniciativa de realizar un repertorio de la producción de género en la Universidad de la República responde a la intención de identificar esas zonas, de producir un diagnóstico de 10 hecho hasta ahora, visualizar las dificultades en el avance desde adentro y los principales escollos que se presentan en la interlocución de las líneas de investigación, docencia y extensión.

### Principales resultados del relevamiento realizado

En lo que refiere a las actividades docentes, del estudio realizado, surge que existen un total de 6 facultades que cuentan actualmente con actividades de docencia en materia de género.

El comienzo de las actividades docentes en esta temática, como se observa en el siguiente cuadro, se marca en 1991 con la Facultad de Ciencias Sociales, sumándose luego hacia fines de la década del 90 otros servicios: Humanidades en 1996, Psicología y Enfermería en 1997 y Ciencias de la Educación y Ciencias de la Comunicación en 2001.

Actividades de docencia en la temática de género en los servicios de la Universidad de la República según año de inicio de las actividades:

Servicio	Año de inicio
Facultad de Ciencias Sociales	1991
Facultad de Humanidades	1996
Facultad de Psicología	1997
Instituto de Enfermería	1997
Ciencias de la Educación	2001
Facultad de Ciencias de la Comunicación	2001

Las características de los cursos son diversas, siendo en algunos casos actividades permanentes y en otros discontinuas en el tiempo. También las cargas horarias son variadas, encontrando promedios anuales de 10 horas en servicios como Ciencias Sociales y Psicología, y de 25 horas en Ciencias de la Comunicación. Todas las ofertas docentes existentes están insertas en los programas de las disciplinas, pero su cursado en la mayoría de los casos es de carácter optativo. Una de las preguntas a formularse cuando nos enfrentamos a estos datos es si la docencia en materia de género está realmente inserta en las distintas facultades o servicios, institucionalizada, o si

responde a esfuerzos e impulsos individuales y a su vez como mejorar esta situación.

Las áreas temáticas abordadas se relacionan claramente con las disciplinas sociales y humanas, a saber: relaciones sociales de género, familia, trabajo, participación social y económica, salud, violencia, psicoanálisis, nuevos sujetos sociales, educación, comunicación, etc. La pregunta que surge aquí se relaciona con la ausencia de las 11 ciencias" clásicas en el trabajo en torno a las cuestiones de género o será que ¿el género es significativo solamente para las disciplinas sociales?

En lo que refiere a las actividades de investigación encontramos dos realidades diferenciadas al interior de la Universidad.

Por un lado la existencia de grupos y/o equipos de investigación de distintas facultades y servicios de la UDELAR que como tales han llevado a cabo investigaciones formalizadas. La información relevada nos muestra que son 6 las Facultades que cuentan con equipos formalizados de investigación en el campo de los estudios de género, encontrando al interior de estos servicios un total de 11 equipos trabajando. Cuatro de estos equipos surgieron a comienzos de la década del 90 y las siete restantes 10 hicieron hacia fines de los 90 y / o comienzos del 2000, como se aprecia en el siguiente cuadro. Las áreas temáticas que trabajan estos equipos cubren áreas temáticas diversas vinculadas a las ciencias humanas y sociales y se corresponden con las mencionadas en las actividades de docencia.

Servicios de la Universidad de la República que cuentan con grupos de investigación en género, según año de inicio de actividades y núcleos temáticos de investigación.

<b>Nombre del Equipo</b>	<b>Facultad o Servicio</b>	<b>Año creación</b>	<b>Núcleos temáticos de investigación</b>
Área de Psicología Evolutiva	Facultad de Psicología	1988	Adolescencia
Área de Sociología de las Relaciones de Género	Facultad de Ciencias Sociales	1991	Ciudadanía social y política. Familia. Trabajo Maternidad y paternidad Indicadores de género
Mujer en Psicoanálisis	Facultad de Psicología	1991	Mujer en psicoanálisis. vida cotidiana
Grupo Multidisciplinario de Estudios de Género (GMEG)	Facultad de Humanidades	1993	Sexualidad. Familia Fuerza de trabajo. Mundo público, mundo privado. Prostitución
Unidad Permanente de Vivienda	Facultad de Arquitectura	1995	Vivienda. Hábitat. Adultas mayores
Cátedra libre en Salud Reproductiva, Sexualidad y Género	Facultad de Psicología	1999	Salud sexual y reproductiva. Reforma del sector salud y salud reproductiva. Masculinidad
Género, ciencia y tecnología	CSIC	1999	Género, ciencia y tecnología
Área de Sociología	Facultad de Psicología	2000	Repercusiones sicosociales de las nuevas formas de exclusión social y desempleo
Género y Política	Facultad de Ciencias Sociales	2000	Política. Participación, representación y actuación política de las mujeres en Uruguay.
Grupo Derecho y Género	Facultad de Derecho	2001	El género en las disciplinas jurídicas y en la aplicación de las normas. Género y Sociología. Género e Historia de las Ideas.

En lo que respecta al financiamiento, las situaciones son diversas y varían a lo largo del período considerado en este estudio. Generalmente, se trata de equipos de investigación que cuentan con financiamientos presupuestales mínimos, que compensan sus actividades con recursos extra presupuestales (fondos concursables, convenios, proyectos específicos, etc.).

Por otro lado encontramos un gran número de investigadores desarrollando investigaciones en el tema a nivel individual, sin contar con una estructura de equipo institucionalizada o formalizada y que generalmente responden a financiamientos específicos.

Asimismo, al observar las áreas de investigación, resulta clara la articulación entre la docencia y la investigación en tanto se repiten las temáticas y las personas.

Con respecto a la producción académica del período, se observa una importante producción al interior de la Universidad, a modo de ejemplo, 15 libros, 80 capítulos en libros, numerosas revistas y artículos en revistas, así como numerosos documentos de trabajo.

El proceso de constitución de la Red Temática, así como el estudio realizado, han permitido identificar y dar visibilidad a las actividades realizadas en el marco de la Universidad en el campo de los Estudios de Género, así como también a los equipos y / o docentes involucrados. Se puede afirmar que se asiste a un incipiente reconocimiento de la importancia de los Estudios de Género al interior de la Universidad, en la medida que la mayoría de las actividades surgen fundamentalmente hacia la segunda mitad de la década de 1990.

El proceso de instalación y desarrollo de los estudios de la mujer y de género al interior de la Universidad de la República, se desarrolla con un nivel de compromiso bajo por parte de la misma en lo que refiere a la asignación de recursos a estos programas. Estos funcionan la mayoría de las veces en base a subsidios específicos para la investigación o

financiamiento externo, lo que dificulta la continuidad del trabajo y el fortalecimiento de los equipos y grupos conformados. El estudio realizado muestra que la mayoría de las actividades relevadas son sostenidas por docentes y/o equipos excepcionalmente presupuestados a tales efectos.

Otro aspecto a resaltar, es la dispersión temática que registra el relevamiento, especialmente en el área de investigación. Esto podría ser un efecto de: por un lado, la no existencia de políticas institucionales claras en este campo que permitan definir prioridades de investigación; y por otro lado, de las dificultades de coordinación e intercambio entre los distintos servicios en lo que respecta a las actividades y difusión de la producción académica.

#### **Desafíos y oportunidades**

En primer lugar, el desafío de fomentar y desarrollar el diálogo y el trabajo interdisciplinario.

Tal como se evidencia en el relevamiento realizado, se parte de un desbalance disciplinario que tiene dos indicadores principales. El primero de ellos es la ausencia casi total de la incorporación de los estudios de género en las disciplinas relacionadas a las ciencias naturales y exactas. El segundo indicador, dentro del campo de las ciencias sociales y humanas, es un cierto predominio de algunas disciplinas como la historia, la sociología, la psicología, etc en las investigaciones realizadas. El desafío planteado entonces, es trabajar hacia la incorporación de otras disciplinas y fomentar el diálogo interdisciplinario que potencie el desarrollo de los estudios de género.

En segundo lugar, profundizar y complejizar las discusiones en torno a las definiciones y usos del concepto de género.

Claramente observamos en el estudio realizado que en las primeras investigaciones registradas, el foco del interés estaba

en el sujeto mujer y a veces en la relación hombre/mujer. Hoy día se ha complejizado el concepto de género en tanto sistema de desigualdades sociales y de diferenciaciones culturales. Esto nos lleva también a un debate en torno a las principales discusiones y conceptualizaciones recientes en torno al tema y al surgimiento de nuevos campos de investigación como, por ejemplo, el de las masculinidades.

En tercer lugar, el desafío y la oportunidad de aportar al diseño y formulación de políticas públicas.

Las condiciones institucionales y presupuestales en las cuales se ha promovido la integración de los Estudios de Género en la UDELAR, no han facilitado el desarrollo de una masa crítica con capacidad de incidencia política en la toma de decisiones político - institucionales, en la mayoría de los servicios. En tal sentido, la creación de la Red Temática es un paso fundamental para influenciar en las políticas académico-institucionales tendientes al logro de un desarrollo creciente, sostenido y legitimado de los Estudios de Género.

## El aporte de la antropología a los estudios de género: reflexionando desde la experiencia

Mónica Tarducci\*

En 1997 concurrí por última vez a un encuentro de características similares a éste; es decir un espacio donde reflexionar sobre los estudios sobre las mujeres y género en América Latina en general y sobre nuestra experiencia como Master en particular<sup>1</sup>.

Allí nos ocupábamos del estado del arte en nuestro país y advertíamos sobre ciertos errores y distorsionamientos que habían caracterizado a los Women's Studies en los lugares donde ellos se asentaron hace ya más de tres décadas: los Estados Unidos, Canadá y Europa, a la vez que nos lamentábamos de los numerosos escollos que debíamos enfrentar día a día, tanto sean burocráticos como económicos, de falta de reconocimiento y hasta de mala fe. Abogábamos por un feminismo académico que tuviera rigor intelectual y relaciones fluidas con el movimiento de mujeres, porque, como antes, seguimos creyendo en la modernista aseveración de que el conocimiento es la base para la acción<sup>2</sup>.

Cuando revisamos la bibliografía sobre el tema producida hoy, vemos que se mantienen la mayoría de las problemáticas,

---

\* Universidad Nacional de Rosario, Argentina.

<sup>1</sup> Me refiero a las *Jornadas Estudios de Género en Argentina y Latinoamérica*, organizadas por la Maestría en Género de la Facultad de Humanidades y Arte, Universidad Nacional de Rosario. 8 y 9 de mayo de 1997.

<sup>2</sup> Al respecto vease Tarducci, así como las diversas ponencias publicadas en ese número de *Zona Franca*. TARDUCCI, Mónica. Entre la militancia y el rigor académico: cómo ser feminista en la academia. *Zona Franca*, año V, n° 6, Rosario, 1999.

con el agravante de que ha habido un retroceso en muchos casos, lo que debería alertarnos sobre lo inestable de nuestros logros. Se sigue hablando acerca de las críticas sobre lo "poco académico" de los cursos, sobre las disciplinas, interdisciplinas y transdisciplinas; sobre la importancia de la multiculturalidad y contra el heterosexismo, con una reciente revalorización de volver a "las calles" o sea recordar que los estudios de las mujeres se autoproclamaron, en su nacimiento, como el brazo académico del movimiento feminista.

Siete años después del evento mencionado vemos que por suerte sigue funcionando, aunque con muchas dificultades la única maestría en género existente en Argentina y sólo se ha agregado muy recientemente, una especialización de posgrado en la Universidad Nacional de Luján, en la provincia de Buenos Aires. A su vez, el Estado de Bienestar se fue desmoronando de manera acelerada y la crisis económica que nos golpeó de manera tan brutal empeoró la situación en vez de mejorarla. A propósito, es bueno recordar la notoria disparidad que existe entre Brasil y Argentina respecto del presupuesto dedicado a la educación. En nuestro país es escasísima la cantidad de becas para estudiantes y profesores/as, así como de los recursos destinados a la investigación.

Entonces, en primer lugar para hablar de posgrados en el tema que nos convoca, tenemos que pensar que las instituciones académicas funcionan con dos tipos de dinámicas: la interna y aquella que se relaciona a factores externos, sean éstos gubernamentales y/o internacionales. En ese sentido es un espacio ideal para reflexionar sobre las estructuras de poder dentro de las instituciones, en la comunidad en general y dentro de nosotras mismas.

Por ejemplo, es interesante que mientras pensamos en la importancia de los posgrados en estudios de género, es muy fuerte, al menos en Argentina, la discusión respecto de los posgrados ya que, algunas voces previenen acerca de que éstos

son funcionales a las nuevas tendencias de autofinanciamiento de la universidades mas allá de que sean una necesidad curricular impostergable.

Muchas pensamos que irrumpir en el pregrado es mas cuestionador y radical y que habría que incidir en las investigaciones que se realizan en las universidades, comenzando por las tesis de licenciatura. Posición que ya aparece en las conclusiones del *Seminario Latinoamericano de Estudios e Investigación sobre Mujer y Género en América Latina y el Caribe*, llevado a cabo Managua en 1997, donde se afirmaba que

La introducción de los estudios sobre mujer y género en el pre-grado permitiría incursionar en la transformación de las bases del conocimiento disciplinario y las estructuras curriculares<sup>3</sup>.

Por otro lado, si los estudios de género se ven como efímeros, inestables y poco consolidados en la estructura curricular, lo mejor como docentes es tener segura una carrera dentro de las "disciplinas" de las que provenimos, ya que hemos sido formadas y somos parte de universidades organizadas de manera tradicional. No existen, al menos en mi país algo así como una "carrera" dentro de los estudios de género.

Doy clases, desde 1993 en la Maestría de Género de la Universidad Nacional de Rosario, que se define como interdisciplinaria y yo soy la única profesora que proviene de la antropología, ciencia que como decía Michelle Rosaldo

Las feministas [y yo me incluyo en este grupo] hemos buscado en el registro antropológico, y con razón, evidencias que parecen decirnos que la "naturaleza

---

<sup>3</sup> *Seminario Latinoamericano. Estudio e Investigación sobre Mujer y Género en América Latina y el Caribe*. Relataría. Managua, 29-31 de enero, 1997, p.5.

humana" es esa cosa sexista y represiva que a muchas nos enseñaron<sup>4</sup>.

Ahora bien, ¿cuál es la particularidad antropológica? ¿Soy antropóloga pero el feminismo me transforma en una profesora sin límites disciplinarios? Si y no. Por una parte ser feminista y formar parte de un movimiento que lucha por los derechos de las mujeres me incluye en algo más amplio que los estrechos límites disciplinares. Establece un nexo indispensable entre teoría y práctica y eso las alumnas lo perciben como algo positivo y a imitar. Pero por otra parte, la formación en antropología aporta una amplitud en la mirada de los fenómenos sociales, una "desnaturalización" de lo cotidiano, que es muy útil a la hora de poner en crisis categorías opresivas, que han servido históricamente para subordinar a las mujeres.

Además, soy docente en materias de antropología en general y de seminarios específicos en la carrera de grado. Estos últimos son de contenido variable y opcionales para quienes estudian la Licenciatura de Antropología: "La familia en contexto"; "Antropología y Feminismo"; "Pobreza, género y ciudadanía" y "Miradas feministas al cuerpo" son algunos de sus títulos. En ellos, las alumnas<sup>5</sup> fueron sorprendidas gratamente por la existencia de todo un mundo que desconocían: investigaciones, bibliografía, nuestra propia historia negada. Aparece la demanda para que dirija tesis de grado sobre temas que tienen que ver con la vida cotidiana, la sexualidad, la familia, los movimientos de mujeres y feminista.

---

<sup>4</sup> ROSALDO, Michelle. Uso y abuso de la antropología: reflexiones sobre el feminismo y la comprensión sociocultural. En *Un nuevo saber. Los estudios de mujeres*. Tomo III, Nuevas Direcciones, México, Fondo de Cultura Económica, 2001, p.164.

<sup>5</sup> Me expreso en femenino porque la gran mayoría son mujeres.

En cuanto a la composición del alumnado, la diferencia entre el grado y el posgrado está dada por la edad, obviamente son mas jóvenes en los cursos de grado y por la disparidad en el *background*.

En los cursos de posgrado existe una composición muy diversa: algunas se incorporan recién terminado su ciclo de grado, otras muchos años después, unas vienen de una experiencia extra-académica, como son las trabajadoras sociales, las psicólogas, o simplemente las activistas del movimiento amplio de mujeres con ganas de formarse intelectualmente. En mi experiencia en la Universidad de Rosario, he tenido alumnas que trabajan en la Municipalidad, que fueron becadas por el gobierno de la ciudad para que se formen en la Maestría.

No sólo tienen distintas edades sino también intereses, pertenencias de clase y opciones sexuales diferentes. Como se da con las profesoras, por otro lado.

En cuanto al clima en el aula, si no hay varones es semejante en posgrado y el grado, con la diferencia que en este último son mas jóvenes y se produce, por lo tanto, una relación con la profesora mas semejante a la de una madre con sus hijas.

Si comparamos los cursos "normales" con los de los Estudios de las Mujeres, vemos que en éstos se da una compleja relación entre conocimiento, experiencia y el proceso de enseñanza-aprendizaje. En ellos se realiza una verdadera transformación, casi una "conversión" en el sentido religioso, donde las alumnas confiesan cambios espectaculares en sus vidas, algo así como "nacer de nuevo" para los evangélicos.

Sin embargo no deja de haber diferencias, contradicciones y conflictos entre las alumnas y, en ocasiones de la profesora con alguna de ellas. En la dinámica de las clases nos encontramos con la presencia de un plus emocional. Además de las expectativas que se traen al curso, en ellos se permite expresar sentimientos y procesar las experiencias de una

manera que es desalentada en otros y eso puede llegar a ser conflictivo.

En mi caso particular, en esas clases recupero el placer de enseñar, de contactarme de otro modo, mas personal, con las alumnas. Los encuentros son mas participativos, se habla mas, y yo misma me involucro de otra manera, me siento partícipe del proceso de empoderamiento, de ayudarlas a encontrar su propio potencial. Las alumnas por otro lado, respetan a una profesora que es una activista feminista, que tiene "calle", es decir experiencia en la lucha, lo que le permite politizar la vida cotidiana, lo que hasta entonces ellas mismas consideraban un territorio "natural".

Proceso de autoconciencia? O ejercicio de quebrar saberes que se creían incontestables? Yo reivindico expresamente este espacio de reflexión feminista y de la profesora feminista como una figura maternal, en el sentido italiano del *affidamento*, si bien puede haber una sobrecarga de demandas por parte de las alumnas y que éstas no se comprometan intelectualmente al percibir un clima diferente al de las clases convencionales. Pero esos temores son recompensados con sucesos como el presenciado durante el *VIII Encuentro Feminista Latinoamericano y del Caribe* (República Dominicana, 1999), dentro del cual se llevó a cabo un taller de jóvenes feministas. En las conclusiones se reivindican expresamente los cursos en la universidades como el lugar que las hizo militantes. Para quienes ponemos nuestra pasión en los claustros, esa formación para la acción cuyos resultados eran valorados publicamente, nos hizo sentir orgullosas tributarias de nuestras hermanas de las décadas de los sesenta y setenta que hicieron de la antropología feminista un espacio de lucha política.

## Os estudos de gênero na UNICAMP

Guita Grin Debert\*

Apresentar a área de estudos de gênero não é uma tarefa fácil<sup>1</sup>. Nossa área congrega antropólogos, sociólogos, cientistas políticos e historiadores, num programa de doutorado em ciências sociais que tem como característica central sua organização em torno de dez áreas - entre elas os estudos de gênero - que requerem abordagens interdisciplinares.

O caráter dos espaços para a interlocução entre pesquisadores de diferentes disciplinas tem sido objeto de debates que levam a criação de expressões como "multidisciplinaridade" ou "transdisciplinaridade". Essas expressões vêm da convicção de que é preciso quebrar as fronteiras disciplinares e que essa quebra, para resultar em avanços efetivos, não pode correr o risco de se limitar à defesa aguerrida do interesse do enfoque próprio de cada uma das tradições disciplinares. Neste contexto, à área de gênero é, ainda, acrescentado um ingrediente especial, posto que dos debates que promovemos e das definições de temas para a pesquisa que escolhemos não está ausente uma interlocução com questões centrais do movimento feminista.

---

\* Professora do Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas e pesquisadora do Núcleo de Estudos de Gênero - Pagu, ambos na Unicamp; pesquisadora do CNPq.

<sup>1</sup> Essa área do doutorado na UNICAMP tem uma relação estreita com o Núcleo de Estudos de Gênero - PAGU e tem recebido financiamento de agências nacionais e do exterior para a realização de pesquisas e promoção de seminários e debates sobre o tema. A exposição que segue se beneficiou, especialmente, dos encontros promovidos pelo projeto temático "Gênero e Corporalidades" apoiado pela FAPESP e coordenado pela professora Mariza Corrêa.

Creio, no entanto, que não faria injustiça aos diferentes professores e pesquisadores dessa área se eu caracterizasse nosso interesse geral como sendo o de provocar uma espécie de retroalimentação positiva entre as teorias do social, os estudos de gênero e os movimentos feministas, cada um desses campos tratados com seus devidos plurais. Para ser justa, enfatizo que é como antropóloga que penso nos desafios que nos propomos enfrentar desafios que requerem esse duplo olhar: para os estudos e pesquisas de gênero e para a esfera das práticas políticas, particularmente o feminismo.

A caracterização de cada um desses campos e a definição da relação entre eles não se fazem sem problemas.

Sabemos que o feminismo não é um movimento unificado. As diferentes associações que o compõem têm visões distintas do caráter da luta a ser empreendida e das estratégias que devem ser postas em ação em cada contexto político<sup>2</sup>.

A defesa da igualdade ou a oposição às formas de hierarquia entre os sexos dá um substrato comum ao feminismo, seja na defesa do direito à igualdade ou do direito à diferença<sup>3</sup>.

---

<sup>2</sup> Para uma análise da dinâmica das dissidências no interior do movimento e das práticas feministas ver PONTES, Heloisa. *Do Palco aos Bastidores*. Dissertação de mestrado, Campinas, IFCH, UNICAMP, 1985.

<sup>3</sup> Na idéia do direito à diferença está embutida a idéia de que existem diferenças radicais entre homens e mulheres, mas essas diferenças não devem levar a uma hierarquia ou a inferiorização da mulher. Pelo contrário, a tendência é operar a valorização de certos sentimentos e atitudes tidas como femininas: a preocupação com o carinho, com a dádiva e a particularidade de cada situação, a generosidade e a recusa à competitividade desenfreada que caracterizaria a experiência dos homens. Sobre o tema ver GILLIGAN, C. *Uma Voz Diferente*. Rio de Janeiro, Editora Rosa dos Tempos, 1982; e é especialmente interessante a crítica que Pierucci e Gregori fazem a esse tipo de colocações. PIERUCCI, Flávio. *Ciladas da Diferença*. São Paulo, Editora 34, 1999; GREGORI, Maria Filomena. Resenha do livro *Ciladas da Diferença* de Pierucci. *Estudos CEBRAP*, n° 57, 2000.

O reconhecimento que a condição da mulher é socialmente construída e, portanto, possível de ser contestada e redefinida é um segundo elemento que unifica os movimentos feministas, apesar das diferentes tendências políticas que caracteriza cada um deles.

A identificação das mulheres como grupo social oprimido e a luta pela libertação da condição de opressão é o terceiro e talvez o último dos elementos capazes de unificar os diferentes feminismos. A transformação das mulheres em sujeito político exige o estabelecimento de um laço social capaz de uni-las, apesar das diferenças. O caráter desse laço abre, no entanto, um campo de debates e diferenças entre os movimentos. Em que medida há uma essência feminina que legitima o estabelecimento desse laço? Em que contextos esse laço pode minimizar outras clivagens entre mulheres como as diferenças econômicas, sócio-culturais, de idade e geração, étnicas e raciais? Qual é o sentido de falarmos em identidades políticas num momento em que o trabalho deixa de ser uma categoria chave na definição de sujeitos, em que o corpo é pura maleabilidade e pode ser formatado com o uso das tecnologias de rejuvenescimento e da indústria da beleza? Em que medida a idéia de um sujeito unificado por uma identidade que se sobrepõe a outras práticas identitárias se sustenta numa situação em que as identidades ganham fluidez e envolvem uma tomada de decisão biográfica por parte de cada indivíduo?

As mulheres negras e as mulheres lésbicas iniciaram o movimento de contestação do pressuposto de que as mulheres poderiam ser entendidas como um coletivo social. Com veemência, as mulheres negras demonstraram que a retórica das feministas brancas tendia a ser etnocêntrica na sua análise da experiência de gênero e de opressão. Do mesmo modo, as mulheres lésbicas argumentaram que essa retórica se baseava na experiência das mulheres heterossexuais. A teoria feminista, inspirada na desconstrução filosófica, alimentou a suspensão da

categoria mulher iniciada pela exigência de diferenciação política dos movimentos sociais. Essa suspensão é hoje uma das pedras de toque dos estudos de gênero.

A área de estudos de gênero é também um campo plural, não apenas por causa de seu caráter multidisciplinar, mas, sobretudo, em razão das polêmicas apresentadas nos encontros científicos, nas publicações e nos debates que marcam os programas de investigação que caracterizam os centros de pesquisa.

O que faz a diferença entre estudos de gênero e estudos da mulher? O que quer dizer gênero? Quais são os temas a serem pesquisados e os instrumentos conceituais a serem adotados na pesquisa? O que estes estudos podem dizer de novo para a história, para a antropologia, para a ciência política e para as outras disciplinas que compõem esse campo pluridisciplinar?

Essas são questões centrais que dão uma dinâmica muito específica aos nossos encontros e debates. Não faz muito tempo, Louise Tilly, historiadora norte-americana, contou que esteve num seminário internacional e ouviu uma apresentação belíssima a respeito de um material escrito por uma mulher durante a revolução francesa. Um historiador famoso, especialista na Revolução Francesa, levantou-se após a apresentação e disse com aspereza: "Muito bem, agora eu sei que as mulheres participaram da revolução francesa, mas que diferença isto faz?"<sup>4</sup>.

Arrogância a parte, o historiador, sem dúvida, pegou num ponto fundamental nos estudos de gênero que é o interesse de não se restringir a descrição do que as mulheres fazem ou faziam em outros períodos históricos. Contudo, vale a pena reiterar a importância destes estudos - história das

---

<sup>4</sup> Cf. Tilly, L. *Gênero, História das Mulheres e História Social. Cadernos Pagu* (3), Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero - Pagu, 1994, pp.29-62.

mulheres, antropologia da mulher - que, concentrados na experiência de mulheres, elaboraram um retrato muito mais rico e complexo de outros momentos do passado e de outras sociedades no presente.

Na antropologia, etnografias de sociedades tidas como igualitárias revelaram a distribuição de desigual de poder entre homens e mulheres. Os resultados das pesquisas foram muito diferentes quando a perspectiva da mulher orientava o enfoque. Por exemplo, etnografias que caracterizavam as mulheres aborígenas australianas com profanas, insignificantes do ponto de vista econômico e excluídas dos rituais, foram reescritas realçando o papel crucial desempenhado pelas mulheres nos trabalhos de subsistência, a importância dos rituais femininos e o respeito que os homens por elas demonstravam<sup>5</sup>.

Os trabalhos centrados nas mulheres, no que elas dizem, no que elas fazem ou dizem que fazem e no que os homens dizem e fazem em relação às mulheres marcaram a antropologia feminista da década de 70 e permitiram sofisticar as análises e rever distorções de etnografias em que o foco era direcionado, praticamente de maneira exclusiva, para as atividades e interpretações de homens sobre sua sociedade e cultura. Essa revisão do fazer etnográfico inspirou elementos centrais do que depois se convencionou chamar de a crítica pós-moderna à tradição etnográfica embora sua importância para a antropologia seja raramente reconhecida.

Com estudos minuciosos de diferentes sociedades, a antropologia da mulher ofereceu também um quadro extremamente rico da variedade de interpretações culturais e de situações sociais em que mulheres estão envolvidas.

---

<sup>5</sup> Sobre esse tema ver Moore H. *Feminism and Anthropology*. Londres, Basil Blackwell, 1996.

O primeiro problema colocado pelo acúmulo de material sobre mulheres em diferentes contextos sociais era o de como explicar essa enorme variedade.

Os antropólogos estudando mulheres na sua própria sociedade ou em outras culturas estavam, no início, envolvidos nas polêmicas sobre a origem e a universalidade da dominação masculina. Apesar da diversidade de posturas teóricas presentes na antropologia da mulher não seria exagero, seguindo Moore, resumir as polêmicas que se seguiram dizendo que o grande marco divisório no interior da antropologia estava na resposta à questão: a assimetria sexual é um fenômeno universal?

Na introdução ao livro *A mulher, a cultura e a sociedade*, Rosaldo e Lampere afirmam:

Em todos os lugares vemos a mulher ser excluída de certas atividades econômicas e políticas decisivas; seus papéis como esposas e mães são associados a poderes e prerrogativas inferiores aos dos homens. Pode-se dizer, então, que em todas as sociedades contemporâneas, de alguma forma, há o domínio masculino, e embora em grau e expressão a subordinação feminina varie muito, a desigualdade dos sexos, hoje em dia, é fato universal na vida social<sup>6</sup>.

Afirmar a universalidade da dominação masculina era cair nas armadilhas dos determinismos biológico ou sociológico que a antropologia sempre se empenhou em rever e criticar.

A categoria gênero foi promovida pelo feminismo precisamente para criticar e rejeitar a definição tradicional da natureza da mulher através do sexo biológico. As diferenças biológicas não proporcionam uma base universal para a elaboração de definições sociais, por isso "mulher" não é uma

---

<sup>6</sup> ROSALDO, Z. R. e LAMPERE, L. *A mulher, a cultura e a sociedade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979, p.19.

categoria analítica para a pesquisa antropológica. Não há mulheres que não sejam frutos de significados históricos e sociais. Do mesmo modo, não podem existir conotações analíticas em expressões tais como "situação da mulher", "subordinação da mulher", "dominação masculina".

Além disso, os estudos de gênero procuravam alargar os horizontes da antropologia da mulher, exigindo que se vá além do enriquecimento da investigação empírica e que os estudos procedam à redefinição no nível teórico e analítico da disciplina, remodelando a teoria antropológica.

Tratando das peculiaridades dos estudos feministas no Brasil, Heilborn e Sorj<sup>7</sup> mostram que a relação entre movimento feminista e a academia se deu num contexto muito diferente do norte-americano. O feminismo brasileiro teve uma orientação mais moderada no que diz respeito ao confronto entre os sexos e mais articulada ao discurso dominante nas esquerdas. O feminismo contou desde suas origens com um expressivo grupo de acadêmicas a tal ponto que algumas versões de sua história consideram que o feminismo apareceu primeiro na academia e, só mais tarde, teria se disseminado entre mulheres com outras inserções sociais. À diferença do que ocorreu nos Estados Unidos, as feministas da academia não desenvolveram estratégias de enfrentamento com as organizações científicas e com os departamentos a que estavam vinculadas e concentraram seus esforços, quase que exclusivamente, na área da pesquisa social. Ao longo do tempo foram criados núcleos de estudo em algumas universidades e centros de pesquisa como é o Núcleo de Estudos de Gênero - Pagu da UNICAMP. No Brasil, as acadêmicas, ao invés de constituírem espaços alternativos, procuraram integrar-se à dinâmica da comunidade

---

<sup>7</sup> HEILBORN, M. L. e SORJ, B. Estudos de Gênero no Brasil. In: MICELI, S. (org.) O que ler nas Ciências Sociais Brasileiras (1970 -1995). São Paulo, ANPOCS/ Editora Sumaré, 1999.

científica nacional mediante a obtenção do reconhecimento do valor científico de suas preocupações intelectuais pelos profissionais das ciências sociais. Na década de setenta, "estudos sobre a mulher" foi a denominação mais comum utilizada para caracterizar a área. A partir da década de oitenta, mostram essas autoras, há uma gradativa substituição do termo mulher,

uma categoria empírica/descritiva, pelo termo gênero, uma categoria analítica, como identificador de uma determinada área de estudos no país. Em termos cognitivos essa mudança favoreceu a rejeição do determinismo biológico implícito no uso dos termos sexo ou diferença sexual enfatizou os aspectos relacionais e culturais da construção social do feminino e masculino. Os homens passaram a ser incluídos como uma categoria empírica a ser investigada nesses estudos e uma abordagem que focaliza mais do que os indivíduos e seus papéis foi favorecida<sup>8</sup>.

Homens e mulheres sendo frutos de relações sociais exigem que as análises explorem as formas específicas que a dominação assume em diferentes contextos e as diferenças de poder no interior da totalidade denominada mulher.

Ou nas palavras de Corrêa, que de maneira mais ampla e com concisão argumenta:

...ao desessencializar a categoria mulher, isto é, ao torná-la plural, num primeiro momento, e justamente a partir do reconhecimento das fundas desigualdades entre branco e negros (...) passou-se a reivindicar a existência de maneiras distintas de ser mulher, reivindicação que não escapou de início, às armadilhas do dualismo - algo como, todas nós, mulheres de cor, contra todas elas

---

<sup>8</sup> ID., *IB.*, pp.187-188.

mulheres brancas. (...). O que Susan Friedman chama de "perspectiva relaciona!" seria então a superação desses dualismos em direção a uma visão mais sofisticada das "encruzilhadas de diferentes sistemas de estratificação", nas quais uma "identidade" seria constituída - a partir do "reconhecimento de como o privilégio e a opressão freqüentemente não são categorias absolutas, mas variam em relação a diferentes eixos de poder e de ausência de poder"<sup>9</sup>.

A noção de gênero tem, também, como objetivo sofisticar o campo conceitual das teorias sociais. Essa sofisticação teórica é, por um lado, uma forma de potencializar o impacto político dos movimentos feministas e, por outro, constitui-se no pressuposto que orienta o campo da antropologia feminista.

Em outras palavras, quando nos distanciamos da noção universal de mulher começamos a questionar um dos substratos políticos fundamentais dos movimentos feministas, mas também a coerência das teorias sociais.

A consideração de que as feministas devem abdicar da categoria geral de mulher ou de gênero feminino e suspeitar das propostas que tomam as mulheres como um grupo coerente, naturalmente constituído com interesses e desejos idênticos, independente da localização e das contradições de classe, étnicas ou raciais é colocar no debate questões centrais para a filosofia e para as ciências sociais como são as questões do sujeito e da formação das identidades sociais que marcam as discussões que temos empreendido.

---

<sup>9</sup> Cf. CORRÊA, Mariza. "Uma pequena voz pessoal". *Cadernos Pagu* (11), Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero - Pagu, 1998, p.52-53. As citações são do artigo Friedman: Beyond White and other: relationality and narratives of race in feminist discourse. *Signs* 21(10), 1995, p.7.

Temos alargado a nossa percepção das formas de controle disciplinar envolvidas na criação das práticas identitárias e do modo como elas impedem a proliferação das diferenças.

É possível pensar em movimentos políticos sem a criação de sujeitos? É opressivo e injusto conceitualizar as pessoas em grupos por raça, gênero, religião e sexualidade entre outros atributos e agir como se essas categorias dissessem algo significativo sobre a pessoa e suas experiências e possibilidades? A única abordagem emancipatória seria a de tratar as pessoas na sua singularidade individual? Como então pensar em processos sistemáticos, estruturais e institucionais de poder e dominação? Sabemos que é próprio do individualismo liberal responsabilizar os indivíduos pelas desvantagens e exclusões de que são vítimas. Sem uma concepção das mulheres enquanto coletivo social, a política feminista perderia consistência? A identidade de gênero como múltipla e não binária é uma resposta a essas questões e abre campos para novas reflexões e polêmicas.

A formulação inicial, ainda muito utilizada, do termo gênero propunha uma distinção entre atributos culturais alocados a homens e mulheres em oposição ao sexo como dimensão natural, dimensão anátomo-fisiológica dos seres humanos. Essa distinção fica sob fogo cerrado quando a naturalidade do sexo é posta em questão. A diferença entre os sexos é uma invenção historicamente datada dos finais do século XVIII, mostra Laquer<sup>10</sup>, ao inverter aquela formulação inicial, afirmando que o gênero cria o sexo.

O sexo como produção histórica e cultural lança nova luz nos debates em torno das oposições natureza/cultura e universalidade/particularidade que acompanham a história da antropologia.

---

<sup>10</sup> LAQUER, T. *Making Sex*. Cambridge, Harvard University Press, 1990.

É comum ouvirmos que as ciências sociais vivem uma crise de paradigmas, e que é necessário repensar nas bases tradicionais do nosso conhecimento, revendo as relações entre objetividade e subjetividade e propondo novos enfoques para explorar as relações entre pesquisador e sujeitos pesquisados.

Em meio às dúvidas em relação a procedimentos que até muito recentemente eram consagrados, tenho duas certezas que merecem ser lembradas.

A primeira é a certeza de que empreendemos avanços na nossa disciplina quando somos capazes de romper com o senso comum e, sobretudo, quando vemos e sentimos a força das convenções culturais no que acreditávamos serem noções e conceitos frutos de puro rigor científico. Nessa direção, os estudos de gênero têm criado momentos empolgantes ao tornarem evidente o caráter culturalmente construído do que pensávamos ser pura natureza. Ou ainda, ao exigirem uma renovação dos estudos de parentesco, demonstrando a força que o sangue e outros elementos da anatomia fisiológica humana passaram a ter no estabelecimento de laços sociais, nas sociedades ocidentais modernas. Tratar de homens e mulheres, problematizando a divisão da humanidade nestes termos, e sua implicação para a heterossexualidade compulsória é abalar uma das concepções centrais que nossa cultura tem sobre o que é a vida humana e o destino de cada indivíduo.

A segunda certeza é que a contribuição da antropologia feminista ao feminismo contemporâneo está na importância da comparação e no reconhecimento da centralidade do conceito de diferença. Talvez, como diz Henrietta Moore<sup>11</sup>, essa não seja uma contribuição enorme nem transcendente, mas é sem dúvida digna de menção. Dado o caráter das investigações que leva a cabo, a antropologia aprendeu a valorizar a diferença. O desmantelamento da categoria universal mulher e a dissolução

---

<sup>11</sup> MOORE H. *Feminism and Anthropology*. Op. cit.

de conceitos tais como a "universalidade da dominação masculina" não destrói o feminismo. Pelo contrário está intimamente ligada a tarefa de alargar o seu efeito político, teorizando sobre as relações de gênero de tal forma que a diferença possa fazer a diferença política.

É nessa direção, apresentada aqui de maneira muito resumida, que acredito que uma pós-graduação em gênero do Mercosul possa colaborar na abertura de novos horizontes teóricos e conceituais para nossas disciplinas e, ao mesmo tempo, contribuir, para a potencialização das nossas lutas políticas.

Problematizando ausências:  
mulheres, gênero e indicadores na História  
das Ciências

Maria Margaret Lopes\*  
Maria Conceição da Costa\*\*

Establishing niches for feminism in science  
has been difficult, but establishing science  
inside bulwarks of feminism has been  
equally arduous<sup>1</sup>.

Persistentemente atual para o caso dos Estudos de Gênero no Brasil e, em certa medida, também para os casos do Chile, Uruguai e Argentina, as análises feministas das ciências aparecem, ainda, de forma emergente e exploratória, começando a delinear sua abrangência e a consolidar seus referenciais analíticos. Embora os estudos tenham se ampliado e diversificado suas temáticas - particularmente se não delimitarmos precisamente suas fronteiras -, nesses países, a situação ainda não se alterou radicalmente<sup>2</sup>.

---

\* Professora do Instituto de Geociências e coordenadora do Núcleo de Estudos de Gênero - Pagu, ambos na Unicamp.

\*\* Professora do Instituto de Geociências e pesquisadora do Núcleo de Estudos de Gênero - Pagu, ambos na Unicamp.

<sup>1</sup> SCHIEBINGER, Londa. Introduction: Feminism inside Sciences. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, vol. 28: 9, Spring 2003, p.860.

<sup>2</sup> LOPES, Maria Margaret. "Aventureiras" nas ciências: refletindo sobre Gênero e História das Ciências Naturais no Brasil. *Cadernos Pagu* (10), Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero - Pagu/Unicamp, 1998, pp.345-368; e Gênero e ciências no país: exceções à regra? Reportagens. *Mulheres na*

Em 1986, em uma resenha das obras pioneiras de Evelyn Fox Keller e Ruth Bleier<sup>3</sup>, para a *Signs*, Anne Fausto-Sterling apontava três razões para explicar a defasagem que encontrava entre o conjunto dos Women's Studies e as análises feministas das ciências. Essas razões continuam atuais e desafiantes para retomar uma reflexão sobre a situação desse campo de estudos no país. De 1960 até 1986 os Women's Studies haviam se diversificado, aprofundado e frutificado de tal maneira que, em alguns campos disciplinares como na História, começavam a surgir sumários retrospectivos e análises do "estado da arte" do campo de pesquisas<sup>4</sup>. Os anos de 1980 marcaram o período em que autoras como Joan Scott sistematizavam suas produções e começariam a ser traduzidas parcialmente no Brasil nos anos de 1990<sup>5</sup>.

Nesse quadro, Anne Fausto-Sterling encontrou três razões para explicar porque as análises feministas da ciência não acompanhavam tais desdobramentos: 1) a predominância, tanto na academia como na sociedade mais ampla, da força e da hegemonia de uma ideologia da ciência - já ativamente contestada em alguns círculos -, mas que continuava sustentando a objetividade, a neutralidade e a racionalidade da

---

Ciência. *ComCiência*, Revista eletrônica de jornalismo científico <http://www.comciencia.br>. Atualizado em 10/12/2003, 4p.

<sup>3</sup> FOX-KELLER, Evelyn. *Reflections on Gender and Science*. New Haven and London, Yale Univ. Press, 1985; BLEIER, Ruth. *Science and gender: A Critique of Biology and Its Theories about Women*. Oxford. Pergamon, 1984

<sup>4</sup> FAUSTO-STERLING, A. Books Reviews: *Reflections on Gender and Science* by Evelyn Fox-Keller; *Science and gender: A Critique of Biology and Its Theories about Women* by Ruth Bleier. *Signs: journal of Women in Culture and Society*, vol. 11, n° 4, 1986, p.780.

<sup>5</sup> SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, vol.16, n° 2, jul-dez 1990; História das Mulheres. In: BURKE, Peter. (org.) *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo, UNESP, 1992, pp.63-95; Prefácio a *Gender and Politics of History. cadernos pagu* (3), 1994, pp.11-27.

ciência; 2) a existência de poucas mulheres - e menos ainda feministas - com treinamento necessário para escrever com autoridade sobre ciência e com disposição para escrever sobre gênero e ciência; 3) a experiência de isolamento intelectual, vivenciada nos círculos feministas, por mulheres competentes para escrever sobre ciência, já que a maioria das especialistas feministas sabe muito pouco sobre ciência<sup>6</sup>.

Não é possível, e também não se trata mais de fazer uma revisão da área de estudos, desde 1978, quando pela primeira vez Evelyn Fox-Keller relacionou os termos *gender and sciences*, ou desde os anos de 1980, quando esse campo de estudos efetivamente se consolidou, com os trabalhos de autoras reiteradamente citadas até hoje, como Carolyn Merchant, Evelyn Fox Keller, Helen Longino, Donna Haraway, Londa Schiebinger<sup>7</sup> - para mencionar algumas mais conhecidas, mesmo que pouco traduzidas no país. No Brasil, nem movimentos sociais, tampouco os cursos universitários ou pesquisas acadêmicas acompanharam de forma mais ampla e sistemática estes debates apaixonantes. A tradução recente de um livro de Evelyn Fox-Keller parece também um contraponto

---

<sup>6</sup> FAUSTO-STERLING, A. Books Reviews... Op. cit., p.780.

<sup>7</sup> Londa Schiebinger esteve a nosso convite no Rio de Janeiro, e proferiu uma Conferência no V Congresso Latino-Americano de História da Ciência e Tecnologia: "Gênero, Ciência e Tecnologia na História Latino-Americana", SLAHCT, Rio de Janeiro, 1998. Alguns de seus trabalhos foram traduzidos no Brasil: SCHIEBINGER, Londa. O Feminismo mudou a ciência? Bauru, EDUSC, 2000 e Mamíferos, primatologia e sexologia. In: PORTER, R. and TEICH, M. (orgs.) *Conhecimento sexual, ciência sexual. A História das atitudes em relação à sexualidade*. São Paulo. UNESP, 1998, pp.219-246. Além das versões para o espanhol, o Pagu tem traduzido algumas autoras desse campo de estudos: HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *cadernos pagu* (5), 1995, pp7-42; e "Gênero" para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. *cadernos pagu* (22), 2004, pp.201-246; FAUSTO-STERLING, Anne. Dualismos em duelo. *cadernos Pagu* (17/18), 2001, pp.9-80, primeiro capítulo de *Sexing the Body: Gender Politics and the Construction of Sexuality*.

emblemático das escolhas de traduções no país. Evelyn Fox Keller foi traduzida não pelos estudiosos de gênero ou feministas, mas pela Sociedade Brasileira de Genética. Em todo *O século do gene* há uma única menção que pode levar uma leitora mais atenta a relacionar Evelyn Fox Keller ao campo de estudos de Gênero e Ciências<sup>8</sup>.

No âmbito da História das Ciências, as análises de gênero se inseriram nas correntes principais presentes na disciplina nos diferentes momentos e marcaram sua retomada nas três últimas décadas. Por isso, as análises de gênero voltadas para a ciência consideraram não só aspectos institucionais da participação das mulheres nas práticas científicas, seus indicadores de produtividade, mas fundamentalmente aspectos contextuais, conteudísticos e de cultura científica de diferentes áreas disciplinares.

Longe de constituírem apenas uma resposta aos novos arroubos da época, às correntes deterministas da Biologia e da Sócio-biologia, as dimensões das análises de gênero, particularmente dos anos de 1980, quando se tornaram clássicas, voltaram-se para os pressupostos das ciências modernas, para os quais também se voltaram os textos fundacionais do campo dos estudos sociais das ciências (SSK). Como o fez Carolyn Merchant que, em *The Death of Nature* (1980), contextualizou diversos aspectos da historiografia das ciências construída a partir dos anos de 1930, questionando, na construção da idéia da "Revolução Científica", a marca dos preconceitos de gênero. Ou, ainda, para citar uma das autoras que mais contribuiu para a construção do campo disciplinar, Londa Schiebinger que, de modo brilhante, entre inúmeros aspectos do conteúdo das ciências naturais, destacou a influência das noções de gênero nas classificações lineares - feminilização e masculinização das

---

<sup>8</sup> FOX-KELLER, Evelyn. *O século do gene*. Belo Horizonte. Crisálida, 2003. (Trad. Nelson Vaz.)

plantas -, especialmente, sua invenção do termo mamíferos em substituição aos antigos quadrúpedes, em meio a todo o engajamento de Lineu em campanhas racistas pelo aleitamento materno<sup>9</sup>.

Nesse sentido, quando Ian Golinski<sup>10</sup> - em um exercício de fertilização cruzada, no quadro das discussões atuais sobre masculinidades que marcam os estudos de gênero - retoma os costumes sociais masculinos nas origens das ciências modernas, ele continuará a ter por parâmetros não só evidentemente Simon Schaffer e Steven Shapin, como também os textos fundacionais de Evelyn Fox Keller em sua análise do *Nascimento masculino e tempo* de Francis Bacon, Carolyn Merchant, Londa Schiebinger, etc.

Para aprofundar do campo de estudos no Brasil e em outros países latino-americanos, onde a área avança lentamente e tem se caracterizado pela dispersão de suas poucas publicações, é necessário levar em conta nesses esforços, ainda pontuais entre nós, algumas das primeiras tendências - que avaliamos de forma positiva, mas que merecem ser precisadas. A questão das relações entre mulheres e ciências tem sido, por um lado, apresentar os indicadores científicos que apontam para a pequena participação das mulheres nas áreas das ciências duras e, por outro, a indicação de sua ausência das práticas científicas ao longo da História.

Avançando muito brevemente sobre essas considerações, é preciso continuar - como estão os fazendo - a trabalhar sobre os indicadores científicos, primeiro, porque as pessoas reais, independentemente de todos os avanços das teorias de gênero, continuam assumindo identidades de gênero como Homens ou

---

<sup>9</sup> SCHIEBINGER, Londa *Nature's Body. Gender in the Making of Modern Science*. Boston, Beacon Press, 1993.

<sup>10</sup> GOLINSKI, Ian. The care of the self and the masculine birth of science. *History of Science*, 2002, p.125-145.

Mulheres nos sistemas de Ciência e Tecnologia e, como tais, continuam a ser discriminadas. Segundo, porque a ausência desses indicadores perpetua o falso mito da ciência como reserva quase exclusivamente masculina. E, finalmente, porque, de fato, tais indicadores não existem no caso de alguns países latino-americanos, não estão facilmente disponíveis no caso de outros, ou, como no caso do Brasil, embora disponíveis, não foram ainda implementados como subsídios para políticas de Ciência e Tecnologia.

A busca de razões para o equacionamento da participação das mulheres no sistema de Ciência e Tecnologia deve ser pesquisa da no interior do próprio sistema. Os recursos necessários para fazer pesquisa, preencher postos, obter espaços e laboratórios, conseguir financiamentos são limitados e distribuídos também em nossos países, consistentemente apoiados nos sistemas de julgamento pelos pares. Léa Velho (2001) chamou a atenção para o quanto, desde os anos de 1980, os fundamentos da tradição mertoniana em sociologia da ciência - que embasam as teorias e estudos empíricos, envolvendo indicadores científicos - têm sofrido inúmeras revisões no contexto das construções críticas dos estudos sociais das ciências. Também já chamamos a atenção para o quanto a questão se torna ainda mais complexa quando se busca incorporar perspectivas de gênero em análises desses indicadores, ou quando se ousa pensar em construir novos indicadores para elaboração de políticas científicas, que contemplem relações de gênero<sup>11</sup>.

No que diz respeito à tão decantada invisibilidade das mulheres ao longo da História, cabe precisar que esta ausência é também uma construção historiográfica. Na resenha de Anne

---

<sup>11</sup> LOPES, M.M. As grandes ausentes das inovações tecnológicas em ciência e Tecnologia. Resenha do livro: TABAK, F. *O Laboratório de Pandora. cadernos pagu* (19), 2002, pp.315-318

Fausto-Sterling, que inicia esses comentários, a autora a finaliza parafrazeando Joan Scott (1983), estabelecendo uma analogia direta entre as perspectivas da história das mulheres que então eram propostas e o campo de estudos de gênero e ciências. Como a História das Mulheres confrontou a política das Histórias existentes, inevitavelmente, começou a reescrever a História. Nos estudos de *gênero e ciências* as investigações entraram no terreno da política da História da Ciência e, também "inevitavelmente começavam a re-escrita" da ciência<sup>12</sup>.

Nesse contexto, desde o meados da década de 1980, historiadoras feministas se propunham, para o avanço do seu campo de estudos, ampliar não apenas as pesquisas descritivas, interpretativas, que contribuíssem para "acrescentar" as mulheres, suas histórias de participações sociais, lutas e trabalhos à História. O desafio estava em avançar abordagens analíticas, de pretensões, na verdade, não tão modestas quanto Joan Scott dizia serem as suas, admitindo a necessária parcialidade de seu enfoque, já que as explicações universais "não são e nunca foram possíveis":

Não pretendo uma visão totalizadora, nem ter encontrado a categoria que finalmente explicará toda desigualdade, toda opressão, toda história. Minha pretensão é mais modesta: é que gênero é tanto uma boa maneira. para se pensar sobre a história, sobre os modos pelos quais hierarquias de diferença - inclusões e exclusões - foram constituídas, quanto de elaborar uma teoria (feminista) política<sup>13</sup>.

Em História das Ciências as explicações universais, a-temporais, abrangendo "totalidades", foram possíveis por um longo tempo e aqueles que desde há alguns anos não acreditam

---

<sup>12</sup> FAUSTO-STERLING, A. Books Reviews... Op. cit., p.783.

<sup>13</sup> SCOTT, J. Prefácio... Op. cit, p.26.

mais nessa possibilidade encontram ainda enormes resistências na superação de tais visões. Talvez aí se localize um dos pontos de distanciamento de perspectivas hegemônicas entre a História e a História das Ciências (pelo menos no Brasil), se não entendermos a afirmação de Joan Scott, como uma ênfase retórica e se ela pode ser estendida para o caso da historiografia no Brasil e demais países latino-americanos.

Acrescidos das cores locais, podemos encontrar aqui alguns dos principais problemas ainda enfrentados para a consolidação do campo de estudos no país, e mesmo na América Latina. Cabe discutir o papel que os próprios estudos de gênero e a historiografia feminista locais têm jogado na construção da invisibilidade da área de estudos de gênero e ciências, em um quadro senão de negação, de ausência de qualquer valorização da História das Ciências como um todo no Brasil e em diversos países latino-americanos<sup>14</sup>.

Isto não significa qualquer demérito aos estudos feministas e de gênero, apenas aponta as limitações e dificuldades de consolidação mais ampla das perspectivas de análises adotadas. As teses de negação da existência de práticas científicas no Brasil, ou de sua pouca expressão e relevância para as análises culturais, sócio-políticas e econômicas sobre o país permanecem influentes mesmo entre muitos historiadores, feministas e estudiosos de gênero contemporâneos. Evidentemente, não seriam esses pesquisadores que poderiam contribuir para introduzir e incentivar tais estudos entre nós. E entre os historiadores e as historiadoras das ciências, mesmo entre os mais críticos, ainda

---

<sup>14</sup> LOPES, M. M. Contribution to the institutionalization of gender studies in History of natural Sciences in Brazil. Women Scholars and Institutions. International Conference. Prague, Czech Republic, June 8-11, 2003. ABSTRACTS. Commission Women in Science of the International Union of History and Philosophy of Science. IUHPS. <http://www.vcdv.cas.cz/women/prispevky/lopes.php> Atualizado em 21/09/2003.

são raros aqueles que admitem a possibilidade de engendrar suas análises.

No caso das discussões sobre gênero em ciências, se não se trata mais apenas de darmos a nossa versão ao "*Why so few*", como muitas continuam fazendo, cabe agora um maior engajamento nas discussões internacionais dessa década, problematizando nossas versões do "*Why so slow inside sciences*"<sup>15</sup>, acrescentando, ainda, nossas próprias especificidades de "por que a morosidade da inserção das ciências nos estudos de gênero?"

Se a pergunta busca uma razão, sua resposta pode estar no modo como estes campos de estudo se constituíram no Brasil e talvez em alguns países latino-americanos. A iniciativa de se introduzir os estudos de gênero em ciências em um doutorado interdisciplinar em gênero, pode iluminar, por um lado, os estudos sobre como a ciência foi construída sem levar em conta, ou mesmo apagando, as marcas de gênero, e por outro, sobre porque os estudos de gênero conferiram pouca atenção às ciências.

---

<sup>15</sup> VALIAN, Virginia. *Why So Slow? The Advancement of Women*. MIT Press, 1999, 424p.

## Gênero nos estudos do trabalho (Para lembrar Elizabeth de Souza Lobo)

Angela Maria Carneiro Araújo\*

Na segunda metade dos anos 70, sob o impulso do surgimento dos primeiros grupos e jornais feministas, o trabalho feminino passou a ser tema de um intenso debate político, apesar de sua presença ainda marginal na sociologia e na história do trabalho brasileiras. Os estudos do trabalho nestes dois campos estavam fortemente centrados, até então, no tema do sindicalismo. As primeiras pesquisas relativas à industrialização e atitudes operárias (destaco aqui os trabalhos pioneiros de Leôncio Martins Rodrigues e Juarez Brandão Lopes) não levaram em conta o trabalho feminino.

Nem a intensificação dos estudos sobre a história operária e sobre o ressurgimento do movimento operário na cena política a partir de 1978 e seu papel na luta pela democracia, trouxeram consigo algum interesse sobre o caráter sexuado da classe trabalhadora.

As abordagens predominantes nestes estudos baseavam-se em uma noção de classe que remetia a uma posição estrutural e pretendia constituir um nível explicativo com pretensões universalizantes. Nesse sentido, a classe enquanto "ser social" deixava na sombra as diferenças que, quando consideradas, eram tomadas como um segundo nível de explicitação. No entanto, como bem mostrou Elizabeth Lobo, os estudos sobre as práticas e a consciência operárias tornavam

---

\* Professora do Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas e pesquisadora do Núcleo de Estudos de Gênero - Pagu, ambos na Unicamp.

evidente que o conceito "se fundava numa generalização das práticas masculinas"<sup>1</sup>.

A invisibilidade das trabalhadoras persistia, apesar de estudos pioneiros como os de Arakcy Rodrigues e Eva Blay já terem chamado atenção para o fato de que a "classe operária tem dois sexos"<sup>2</sup>.

Alguns dos estudos sobre o trabalho feminino nos anos 60 e 70 se orientavam pelas teorias do desenvolvimento e da modernização, então dominantes na sociologia brasileira. A subordinação social e econômica das mulheres era vista como característica das sociedades tradicionais e poderia ser superada pelo desenvolvimento e/ou modernização do país. Os principais estudos do período focalizavam a mão-de-obra feminina como parte do exército industrial de reserva, dadas as características da sua inserção na indústria marcada pela descontinuidade, pela desqualificação e pelos baixos salários. De acordo com uma das teses prevalentes no período, defendida por Saffioti, essa situação das mulheres não seria solucionada pelo desenvolvimento capitalista que, ao contrário, reforçaria sua subordinação a altas taxas de exploração e sua exclusão do trabalho industrial.

Um outro núcleo de pesquisas relativas ao trabalho feminino, ainda subsidiário das teorias da modernização, e parte da preocupação que toma conta dos cientistas sociais nos anos 70, com as conseqüências da industrialização e da urbanização aceleradas está atento às migrações, à degradação salarial, à reprodução das desigualdades, que estariam na raiz do crescimento do trabalho feminino e infantil. Nestes

---

<sup>1</sup> SOUZA LOBO, Elizabeth. *A classe operária tem dois sexos*. São Paulo, Brasiliense, 1991, p.195.

<sup>2</sup> RODRIGUES, Arakcy. *Operário, Operária*. São Paulo: Símbolo, 1978; e BLAY, Eva. *O trabalho domesticado: a mulher na indústria paulista*. São Paulo: Ática, 1978.

trabalhos, sobressai a preocupação com o papel do trabalho das mulheres na organização das famílias operárias e nas suas estratégias de sobrevivência<sup>3</sup>.

Estes trabalhos deram uma contribuição fundamental para tornar visível o trabalho feminino, mas o questionamento de suas teses centrais e da visão estrutural sobre a natureza do trabalho feminino neles predominante só foi realizado nos anos 80, a partir da problematização da divisão sexual do trabalho e da categoria gênero<sup>4</sup>.

A difusão das idéias feministas e o crescimento do movimento de mulheres, com o envolvimento das mulheres das classes populares, de trabalhadoras, sindicalistas e de pesquisadoras vinculadas à universidade, teve uma influência decisiva na mudança de abordagem e nos novos aportes teóricos decorrentes da inclusão da categoria gênero nos estudos do trabalho.

A partir dos anos 80, constituíram-se dois núcleos temáticos fortes na sociologia e na economia do trabalho, nos quais a problemática das relações de gênero encontrou espaço:

---

<sup>3</sup> Ver, por exemplo, o trabalho de BILAC, Elizabeth. *Famílias de trabalhadores, estratégias de sobrevivência*. São Paulo, Símbolo, 1978.

<sup>4</sup> Ver BRUSCHINI, Cristina. Gênero e trabalho no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação? (Brasil, 1985-95). In: ROCHA, Maria Isabel B. da (org.) *Trabalho e Gênero - Mudanças, permanências e desafios*. Campinas-SP, Editora 34/ ABEP /NEPO-UNICAMP /CEDEPLAR-UFG, 2000, pp.13-18; Trabalho das mulheres no Brasil: continuidades e mudanças no período 1985-1995. *Textos FCC nº 17*, São Paulo, Fundação Carlos Chagas/DPE, 1998; Mulher e Mundo do Trabalho: Ponto de Vista Sociológico. In: BRANDÃO, Margarida e BINGEMER, Maria Clara. (orgs.) *Mulher e Relações de Gênero (Seminários Especiais do Centro João XXIII)*, São Paulo, Edições Loyola, 1994; BRUSCHINI, Cristina e LOMBARDI, Maria Rosa. Instruídas e trabalhadeiras: trabalho feminino no final do século XX. *Cadernos Pagu - Desafios da Equidade - (17/18)*, Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero - Pagu/Unicamp, 2002, pp.157-196; O trabalho da mulher brasileira nos primeiros anos da década de noventa. *Anais do Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, Belo Horizonte, ABEP, 1996.

os estudos sobre mercado de trabalho, sobre processo de trabalho e organização do trabalho fabril.

Os estudos do mercado de trabalho focalizaram inicialmente a segregação ocupacional das mulheres (os guetos de ocupação feminina), e a segmentação do mercado de trabalho que confere às mulheres as posições desprestigiadas, mais instáveis e desprotegidas.

Ao relacionar a divisão sexual do trabalho à dinâmica do mercado de trabalho, pesquisadoras como Elizabeth Lobo, Helena Hirata, Cristina Bruschini, entre outras, questionaram as teorias da mão-de-obra excedente e da segmentação do mercado de trabalho ao tratar as qualificações masculinas e femininas, as trajetórias profissionais, os setores e ocupações "destinados" a homens e mulheres como construções históricas, sociais e culturais<sup>5</sup>.

Nesse campo, os estudos se ampliam para pensar continuidades e descontinuidades na inserção da mulher no mercado de trabalho, dando maior visibilidade a formas diferenciadas do trabalho feminino: o trabalho doméstico, o trabalho remunerado realizado no domicílio, as relações entre o trabalho produtivo e o trabalho improdutivo, a presença crescente das mulheres em carreiras consideradas masculinas, as mudanças nos padrões salariais e nos vínculos empregatícios, bem como nos atributos e qualificações, incluindo aí a escolaridade, associados às ocupações ditas femininas e masculinas.

Os estudos sobre o processo de trabalho deram destaque aos lugares ocupados por mulheres e homens no trabalho fabril, às diferenças salariais e de condições de trabalho, bem como às qualificações e habilidades atribuídas aos postos definidos como femininos e masculinos, às políticas de recrutamento e de retenção de homens e mulheres pelas

---

<sup>5</sup> SOUZA LOBO, E. A classe operária tem dois sexos. Op. cit., p.200.

empresas. Além disso, pesquisas empíricas e estudos de caso mostraram com riqueza de detalhes a vivência diferenciada de trabalhadores e trabalhadoras nos distintos locais de trabalho, chamando atenção para impacto distinto causado pela mudança tecnológica sobre o trabalho de mulheres e homens.

A problemática de gênero penetra também nos estudos sobre sindicalismo, questionando a organização sindical como espaço masculino, as desigualdades e assimetrias de poder reproduzidas no espaço sindical, que excluía as mulheres e tornavam invisíveis formas específicas de luta e de resistência. As práticas coletivas passam a ser vistas como sexualizadas<sup>6</sup>.

Além de iluminar a atuação sindical e as lutas das mulheres, estudos do sindicalismo realizados sob uma perspectiva de gênero vão mostrar a influência do debate feminista sobre a ação sindical, principalmente a partir da emergência do "novo sindicalismo", alterando práticas e posturas sexistas e ampliando as pautas de reivindicações pela inclusão de novos temas e demandas femininas específicas. Trabalhos de Mary Castro, Maria Berenice Godinho Delgado, Ângela Araújo e Verônica Ferreira<sup>7</sup> mostram que a presença de uma atuação feminista e do debate de gênero no interior dos sindicatos, além de permitir o crescimento da participação das trabalhadoras, questionou a divisão sexual das tarefas e o

---

<sup>6</sup> CAPPELLIN, Paola. Viver o sindicalismo no feminino. *Estudos Feministas*, nº especial, Rio de Janeiro CIEC/ECO/UFRJ, 1994.

<sup>7</sup> CASTRO, Mary Garcia. Gênero e poder no espaço sindical. *Estudos Feministas*, vol. 3, nº 1, 1995; DELGADO, Maria Berenice G. A Organização das Mulheres na Central Única dos Trabalhadores: a Comissão Nacional sobre a Mulher Trabalhadora. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1995; ARAÚJO, Ângela M. C. e FERREIRA, VERÔNICA C. Construindo um Espaço: A Participação das Mulheres no Movimento Sindical (1978-1988). *Revista de Sociologia e Política*, nºs 10/11, Curitiba, 1998, pp.55-81; e Sindicalismo e relações de gênero no contexto da reestruturação produtiva. In: ROCHA, M. I. B. (org). *Trabalho e Gênero...* Op. cit., pp.307-346.

controle masculino do poder, introduzindo políticas afirmativas e contribuindo para a construção de uma nova cultura política nessas organizações de classe.

A redefinição da relação entre classe e gênero tem papel decisivo nas novas abordagens e na heterodoxia e começa a transformar a sociologia e a história do trabalho. Trabalhos de Helena Hirata e Daniele Kergoat<sup>8</sup>, Heleieth Saffioti, entre outras, tem grande influência sobre a importância analítica assumida por esta redefinição. Relações de classe e de sexo passam a ser pensadas como relações estruturantes da sociedade que se superpõem. Isto significa que relações de classe são sexuadas, assim como as relações de gênero são perpassadas por pontos de vista de classe. Assim, como diz Hirata, a idéia da transversalidade das relações de gênero permite pensar a "ligação indissociável entre opressão sexual (e de classe) e exploração econômica (e de sexo)"<sup>9</sup>.

Estudos da história social e da cultura deram uma contribuição fundamental na construção de nova linguagem para tratar a subjetividade no trabalho, o modo como as

---

<sup>8</sup> HIRATA, Helena e Kergoat, Daniele. A classe operária em dois sexos. *Revista de Estudos Feministas*, ano 2, 1º semestre de 1994. Ver também: HIRATA, H. Reestruturação Produtiva e Relações de Gênero. *Revista Latinoamericana de Estudos do Trabalho*, ano 4, nº 7, 1998; HIRATA, H. e KERGOAT, D. A divisão sexual do trabalho revisitada. In: MARUANI, M. (org.) *As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho*. São Paulo, Editora do Senac, 2002; HIRATA, H. Reestruturação produtiva, cidadania e gênero. In: COSTA, A. A.; ÁVILA, M. B.; LIMA, M. E.; SOARES, V.; MELHEIRO, W. P. (org<sup>as</sup>) *Um debate crítico a partir do feminismo: reestruturação produtiva, reprodução e gênero*. São Paulo, CUT, 2002; HIRATA, H. *Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade*. São Paulo. Boitempo, 2002.

<sup>9</sup> HIRATA, H. e KERGOAT, D. A classe operária em dois sexos. Op cit., p.277; ver também, SAFFIOTI, Heleieth I. B. *A mulher na sociedade de classe: mito e realidade*. Petrópolis, Vozes, 1979; e Rearticulando gênero e classe social. In: BRUSCHINI, C. e COSTA, A. O. (orgs.) *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro/São Paulo, Rosa dos Tempos/Fundação Carlos Chagas, 1992.

mentalidades e subjetividades se formam e se expressam no trabalho extra-doméstico e no trabalho reprodutivo, nas distintas novas formas do trabalho tecnológico, nos distintos setores onde o trabalho da mulher passa a ser crescentemente predominante, como no setor bancário.

Nos anos 90, a intensificação das mudanças econômicas, sociais e políticas decorrentes do movimento de reestruturação do capitalismo em escala mundial, a intensificação das transformações tecnológicas e nas formas de gestão da produção e do trabalho deram novo impulso aos estudos das relações de gênero no trabalho. A categoria gênero permitiu pensar as novas questões que passam a preocupar os sociólogos do trabalho: as metamorfoses do mundo do trabalho, as novas identidades dos trabalhadores, a questão da subjetividade, as mudanças nas formas de gestão da força de trabalho nas empresas e nas políticas sociais e suas conseqüências diferenciadas para homens e mulheres.

As transformações no mercado de trabalho decorrentes do crescimento do desemprego, do desaparecimento de ocupações e surgimento de novos setores e novas ocupações, bem como o aparecimento de relações de emprego atípicas (trabalho parcial, informal, temporário) e, principalmente, a crescente participação da mulher no emprego extra-doméstico ampliaram as pesquisas relativas às relações de gênero e trabalho, para novas profissões, setores econômicos, relações de trabalho.

A questão da reestruturação produtiva (que inclui também os setores financeiro e de serviços), e as importantes transformações advindas do desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação, bem como da introdução de novos métodos e estratégias de gestão do trabalho abriram espaço para o aprofundamento de estudos sob a perspectiva da divisão sexual do trabalho e da sua articulação com a categoria de gênero.

Sob essa perspectiva foi possível iluminar o bias de gênero presente nas novas práticas de gestão, de qualificação e formação profissional, nos modos de inserção de homens e mulheres nos novos postos de trabalho, sua vivência do trabalho poli valente ou multifuncional, da administração participativa, dos grupos e equipes de trabalho. Pesquisas sobre esses temas mostram como a categoria gênero fornece critérios para a definição das formas de organização do trabalho, das estratégias de gestão e de envolvimento voltadas para homens e mulheres, para a distribuição de postos, a definição de competências e salários mesmo quando as diferenças de gênero estão ausentes do discurso. Para lembrar Elizabeth de Souza Lobo, "a noção de gênero remete ao discurso sobre o masculino e o feminino naquilo que parecia ser exclusivamente uma relação técnico-organizativa"<sup>10</sup>.

Pesquisas em diferentes ramos industriais<sup>11</sup> mostraram a ocorrência de um processo semelhante de masculinização dos setores modernizados através da introdução de equipamentos de última geração ou da complexificação das tarefas, mediante

---

<sup>10</sup> SOUZA LOBO, E. A classe operária tem dois sexos. Op. cit., p.203

<sup>11</sup> Principalmente em empresas dos setores metal-mecânico, químico, têxtil e de confecções. Ver os trabalhos de RIZEK, S. C. e LEITE, M. P. Dimensões e representações do trabalho fabril feminino. In: ABRAMO, L. W. e ABREU, A. P. (orgs.) *Gênero e Trabalho na Sociologia Latino-Americana*. São Paulo/Rio de Janeiro, ALAST, 1998; AMORIM, E. R. A. e ARAÚJO, A. M.C. O Trabalho Feminino no Novo Paradigma Produtivo: Uma Análise das Trabalhadoras das Indústrias Têxteis e do Vestuário de Campinas e Americana. Relatório Final apresentado à FAPESP, Campinas, Unicamp, 1999; ARAÚJO, A.M.C. e AMORIM, E.R.A. Redes de subcontratação e trabalho a domicílio na indústria de confecção: um estudo na região de Campinas. *cadernos Pagu - Desafios da Equidade* - (17/18), Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero - Pagu/Unicamp, 2001/2002; ARAÚJO, Ângela M.C. e OLIVEIRA, Eleonora M. Economic Restructuring, Gender Division of Labour and Health Conditions of Brazilian Female Workers. Paper apresentado na Mesa: Symposium - Health, work and reproductive rights no *Third International Congress on Women Work & Health*, realizado em Estocolmo, Suécia, de 2 a 5 de Junho de 2002.

a aproximação entre operação, inspeção de qualidade e manutenção, processos que exigem treinamento e novas qualificações.

As investigações das mudanças ocorridas na divisão sexual do trabalho no interior das empresas e ao longo das cadeias produtiva permitiram verificar o deslocamento do emprego feminino para as empresas de menor porte, em função do enxugamento das grandes empresas e da intensificação da terceirização bem como a concentração das mulheres, tanto nas grandes quanto nas pequenas empresas sub-contratadas, nas linhas de montagem e na operação máquinas tecnologicamente pouco sofisticadas e muitas vezes, obsoletas, em postos de trabalho caracterizados, portanto, por um alto grau de repetitividade e pelo uso de capacidades manuais, visuais e auditivas.

Estudos clássicos em setores nos quais predomina o trabalho feminino, como os de Alice Abreu e Bila Sorj, mostraram que o façomismo e o trabalho a domicílio são velhos conhecidos das mulheres trabalhadoras<sup>12</sup>. No entanto, como sugerem investigações recentes, essas formas de uso do trabalho foram revitalizadas e "modernizadas" pelo movimento de reestruturação enquanto mecanismos centrais de flexibilização associados à redução de custos através da transferência de ônus e riscos para os elos inferiores da cadeia. Para as mulheres, a generalização dessas formas de trabalho (principalmente a terceirização) em distintos segmentos da economia, representou sua inserção predominante nos "novos"

---

<sup>12</sup> ABREU, A.P. *O Avesso da Moda: Trabalho a Domicílio na Indústria de Confecção*. São Paulo, Hucitec, 1986; ABREU, A.R. de P. e SORJ, B. (orgs.) *O Trabalho Invisível: Estudos Sobre o Trabalho a Domicílio no Brasil*. Rio de Janeiro, Rio Fundo, 1993.

postos precários, insalubres, mal remunerados e destituídos, em sua maioria, de direitos trabalhistas<sup>13</sup>.

Assim, o estudo das mudanças recentes no mundo do trabalho a partir de uma perspectiva de gênero permitiu dar visibilidade às formas e aos lugares da inserção crescente das mulheres no trabalho extra-doméstico. De um lado, observou-se o maior acesso das mulheres a postos antes ocupados apenas por homens, a postos de liderança e gerenciamento, bem como a definição de habilidades consideradas femininas como competências centrais associadas ao trabalho flexível, que tornaram preferencial o recrutamento de mulheres para cargos específicos nos bancos<sup>14</sup> e em distintos pontos do processo produtivo. De outro, as formas atípicas de contrato, a crescente informalidade, a precarização e a deteriorização das condições de trabalho incidem de forma especial e mais aguda sobre as trabalhadoras. Para elas, as novas formas de segregação e precarização se sobrepõem aos antigos mecanismos de exclusão de gênero, potencializando-os.

Finalmente, a preocupação com as conseqüências perversas dessas condições para a vida e a saúde de trabalhadores e trabalhadoras renovou um antigo campo de estudos pela associação interdisciplinar de sociólogos/as do trabalho e pesquisadores/as da saúde. Como observa Brito, a introdução das diferenças de gênero nas pesquisas sobre trabalho e saúde possibilitou

---

<sup>13</sup> Ver ABRAMO, Laís W. Um olhar de gênero - Visibilizando precarizações ao longo das cadeias produtivas. In: ABRAMO, L. W. e Abreu, A. P. (orgs.) *Gênero e Trabalho...* Op. cit.; ARAÚJO, A.M.C. e AMORIM, E.R.A. Redes de subcontratação. Op. cit.

<sup>14</sup> Sobre as mudanças nas relações de gênero no trabalho bancário ver: SEGNINI, Líliliana R. *Mulheres no trabalho bancário: difusão tecnológica, qualificação e relações de gênero*. São Paulo, EDUSP, 1998.

o tratamento mais abrangente de problemáticas como a atenção à saúde das trabalhadoras, a da divisão desigual dos riscos e das doenças e a da sobrecarga invisível do trabalho reprodutivo<sup>15</sup>.

o novo campo de estudos, revendo metodologias de pesquisa e conceitos, escrutou o crescente adoecimento no trabalho e os "modos sexuados de viver" as novas epidemias profissionais e o sofrimento mental, bem como seus impactos sobre a saúde reprodutiva e a sexualidade das mulheres<sup>16</sup>.

Pesquisas focando o stress e as lesões por esforços repetitivos (LER), por exemplo, desmascararam o discurso sexista de gerentes e médicos, que os definiam como "doenças femininas", ao colocar em relevo o nexo causal entre a maior ocorrência dessas enfermidades entre as trabalhadoras e as condições de trabalho, marcadas pela repetitividade, esforço físico e intensificação às quais estão submetidas. Outras abriram frentes inovadoras ao questionar o viés de gênero da ergonomia e do assédio moral<sup>17</sup>, conceito que permitiu identificar as distintas formas de agressão, de manipulação psicológica e de humilhação presentes hoje nos mais variados ambientes de trabalho.

Assim, sob o signo de uma necessária e crescente interdisciplinaridade os estudos do gênero no trabalho, além de impulsionar uma significativa ampliação temática, promoveram uma inflexão metodológica que não pode ser mais

---

<sup>15</sup> BRITO, Jussara C. de. *Saúde, trabalho e modos sexuados de viver*. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 1999, p.7.

<sup>16</sup> AGOSTINI, M. e D'ACRI, V. (orgs.) *Trabalho Feminino e Saúde*. Rio de Janeiro, Ensp/Fiocruz, 1994; OLIVEIRA, Eleonora M. e SCAVONE, Lucila. (orgs.) *Trabalho, Saúde e Gênero na Era da Globalização*. Goiânia, AB editora, 1997; OLIVEIRA, Eleonora M. *A mulher, a sexualidade e o trabalho*. São Paulo, Hucitec/CUT, 1999.

<sup>17</sup> Ver, por exemplo, BARRETO, Margarida. *Violência, Saúde e trabalho: uma jornada de humilhações*. São Paulo: Educ/Fapesp, 2003.

desconsiderada no vasto campo de investigações dos universos do trabalho, hoje continuamente desordenados e revolvidos pela velocidade das transformações.

## Estudios de género: los dilemas de la representación

Nora Domínguez\*

A finales del siglo XX se propagaron rumores sobre las ciudades. Algunos hablaban de su consunción; otros, de un raro renacimiento de los escombros. Grupos clandestinos y secretos cuchicheaban sobre ciudades todavía habitables, donde se podía caminar, ver un pájaro, recorrer un museo o contemplar el dolor del cielo. Pero eran las menos. Poco a poco se empezó a hablar de Berlín. No en público, ni en los días, ni en reuniones sociales. El nombre de Berlín empezó a circular como una clave secreta, una consigna mística, una cifra de iniciados sin sentido para los demás. Se hablaba de Berlín recogidamente, en la intimidad de la conversación luego del amor o en una habitación apartada, entre amigos escogidos. Una mujer desnuda, a la tenue luz de un cuarto privado, decía a su amiga, por ejemplo:

- He oído decir que en las calles de Berlín todavía crecen los tilos y hay cisnes en los lagos.

O:

- Los mirlos cantan entre la nieve, en Berlín, y se bebe té en tazas de porcelana, con manteles de hilo.

El hecho de que Berlín estuviera entre muros no desestimulaba a nadie: daba, a la ciudad, esa calidad de símbolo de los sueños que falta a tantas otras.

Las amigas se pasaban recetas de *strudel* entre ellas, como si de raros poemas se tratara, y al atardecer, detrás de las ventanas de metal o en los ásperos ándenes deletreaban *der traum in lebn*, a punto de comprender la lengua sólo por el deseo.

---

\* Universidad de Buenos Aires.

Otros hablaban de San Francisco, pero una horrible peste anuló su prestigio: los elegidos eran también los apesados y la ciudad se hundió en un letargo de sábanas y cloroformo, convertida, de pronto, en una célula cancerosa en el redondel del mundo.

Había ciudades - como Madrid - donde cundía una breve euforia, igual que la alegría antes de morir, y ciudades, como París, ensimismadas, vueltas hacia su antiguo prestigio, ahora llenas de indolencia.

Pronto no quedó adonde ir y quienes huían hacia El Cairo, Praga, Buenos Aires o Varsovia lo hacían sin ilusión, sólo para demorar un poco más la muerte. La declinación de las ciudades se extendió como una mancha de petróleo sobre las aguas.

Quien esto escribe, en las postrimerías del siglo XX, no sabe si hay futuro, no sabe si hay ciudades, no sabe si hay lectura<sup>1</sup>.

En este cuento de la escritora uruguaya Cristina Peri Rossi, publicado en *Cosmoagonías* en 1988, se puede distinguir no solo la cifra de un porvenir siniestro para el género humano, la llegada inminente de un final, sino la paradoja típica de todo cierre histórico que se revela como catástrofe. ¿Qué viene después? ¿Qué comienza cuando todo parece derrumbarse? ¿Cuál es la índole de los cambios o de los nacimientos que se vislumbran? ¿Cuál la esfera de sus invenciones? Preguntarse por lo que vendrá es preguntarse por el después, es decir, por la naturaleza de lo actualmente vivido, por la marca de lo todavía no procesado. Sin embargo, aún en esa inestabilidad, en el régimen de su no saber, en las entrañas de su incertidumbre, explorar el perfil de nuestros proyectos parece posible. Una manera de construirle datos, senas a esas zonas de cuya existencia se duda y que enumera el yo del texto de Peri Rossi:

---

<sup>1</sup> Rossi, Cristina Peri. Rumores. En *Cosmoagonías*. Barcelona, Editorial Laia, 1998.

el futuro, las ciudades, la lectura. Es decir, dichas de otra manera: el tiempo, el espacio, la cultura.

Walter Benjamin afirmó con convicción en *Tesis de la filosofía de la historia* que todo documento de cultura es al mismo tiempo un documento de barbarie. Actualmente frente a la falta de futuro y a un presente que exasperó el orden de sus violencias, de sus discriminaciones y desigualdades, que diseminó más opresiones, torturas y muertes la barbarie parece ocupar el primer plano. De modo que descubrir los signos de la civilización o volver a pensarla demanda un gran esfuerzo. Si el siglo XX asistió al ocaso de los grandes relatos de la modernidad, el feminismo que se planteó como un discurso impugnador de esas narrativas, también parece estar afectado por el orden de esas declinaciones. Las preguntas por el papel que les cabe al feminismo (como práctica política, como marca de identidad) y a la teoría feminista en la construcción del presente y del futuro tendrían que formar parte de una agenda de cuestiones a revisar. Diseñar proyectos en este contexto supone una apuesta imaginativa mayor ya que los rostros de la barbarie han renovado sus máscaras.

En este marco, plantearse un doctorado de género implica tener en cuenta diversas cuestiones.

1. En principio una apuesta que surge después de una serie de hitos político-académicos, especialmente en el contexto universitario de Argentina:

- tres décadas o más de movimientos feministas en América Latina, si solo se tienen en cuenta los que se fueron armando a partir de los años setenta<sup>2</sup>;
- una década de un proceso de institucionalización díspar en las universidades nacionales de centros, programas,

---

<sup>2</sup> Se deja de lado con fines metodológicos el primer feminismo de fines del diecinueve y los intentos emancipatorios y prácticas políticas de las primeras décadas del siglo veinte.

cátedras, institutos de la mujer o de género, con diversos grados y niveles de reconocimiento institucional;

- un desarrollo que ya lleva aproximadamente unos ocho años de maestrías en género;
- un aporte creciente y diverso de trabajos de producción científica, tanto académica como de divulgación, reflejada en revistas y en libros sobre diferentes temáticas.

Es decir que la imaginación de este proyecto viene a sellar, de algún modo, un recorrido hecho, un trayecto ganado. Y se ve autorizado por ese mismo proceso que está plagado de acciones múltiples y diversas.

2. En segundo lugar plantearse un doctorado de género implica preguntarse:

- a. por el perfil de los-las estudiantes que ingresen, reflejado en los requisitos que se soliciten en cuanto a entrenamientos disciplinares y en cuanto a formación en contenidos sobre estudios de género. Del mismo modo considerar que las procedencias disciplinares diferentes revelan colocaciones distintas frente a los datos de la realidad, un uso también distinto de las evidencias, unas operaciones de lectura y paradigmas de interpretación variados. En relación con esto sería deseable pensar también el perfil de los-las egresados, vinculando ese perfil con las alternativas profesionales posibles a las que puedan aspirar en un mundo altamente conflictivo en cuanto a posibilidades laborales y también con la intervención que como egresados-as especializados puedan tener en la formulación de políticas públicas,
- b. por las disciplinas, es decir, por las relaciones y competencias entre las mismas, por las disyunciones y conflictos posibles entre los saberes más volcados

hacia lo cuantitativo y empírico y aquellos vinculados con lo más teórico e interpretativo o los que estudian fenómenos sociales y situación y experiencias de sujetos "reales" y los que se centran exclusivamente en el orden de las representaciones y los discursos.

Es decir, cómo volver a pensar los vínculos y diálogos entre disciplinas después de haber protagonizado, sostenido con convicción y practicado en nuestros desempeños como docentes e investigadoras, con menor o mayor esfuerzo y éxito la interdisciplina. En este sentido, Joan Scott formula una diferencia interesante entre teoría y política. Piensa a la primera más ligada con la interdisciplina en la medida en que su articulación es conductora de preguntas y produce problemas teóricos y, en cambio, considera a las disciplinas y las políticas como generadoras de respuestas<sup>3</sup>. Un modo de explicar que las preguntas que se realizan en un nivel se resuelven en otro y que surge como una de las cuestiones a debatir. Un problema central presiona en las posibles respuestas: cómo seguir pensando a la mujer como objeto de preocupación teórico-conceptual después que, si bien hemos adquirido más derechos civiles y políticos en la mayor parte de los países, los índices de violencia, de desempleo, de pobreza, de prostitución han aumentado. ¿Qué relación pueden establecerse entre estos datos y la mayor presencia social, política y cultural de las mujeres en la diferentes escenas públicas?

3. Por último, plantearse un doctorado de género también implica pensar en la crisis de una serie de conceptos que actúan como la base de nuestras producciones. El concepto de representación no solo fue central en la época moderna,

---

<sup>3</sup> COOK, Kathryn and HENRY, Renea with Joan Scott. The Edge. Interview. *Differences*, volume 9, n° 3, Fall 1997, pp.132-155.

encontró en ella su autoridad<sup>4</sup> y además fue objeto de debate y problematización al interior de la teoría feminista.

Recorrer sus andariveles conceptuales implica aportar para esta primera reunión no un repertorio de respuestas sino, como corresponde al orden del después, apenas un conjunto mínimo de preguntas. Una de ellas y en un plano general podría formularse de este modo: ¿qué representaría un doctorado de género en las condiciones actuales de las universidades latinoamericanas, específicamente del Mersosur, después de los trayectos institucionales que se apuntaron más arriba?

La misma idea de representación implica una relación entre presencia-ausencia. En las representaciones estéticas una cosa toma el lugar de otra, en las representaciones políticas, una persona representa a otras. Siempre se representa algo: un objeto o un sujeto, y esto es representado por otro objeto u otro sujeto. Pero siempre se representa este algo o este alguien a alguien. Cuando se habla de representación se alude inevitablemente al problema del sentido, pensando particularmente que éste se hace presente solo para un sujeto (individual, colectivo, institucional), es producido por él y, a su vez, este sentido constituye a los sujetos en determinadas localizaciones.

Desde otro punto de vista y, al interior del pensamiento feminista el tema ha suscitado diversas cuestiones: qué es una mujer, cómo y quién interviene en su definición, quién puede representar a las mujeres en su conjunto - si fuera esto posible-, cuáles son las marcas de esa representación, cuál es el concepto que mejor representa al sujeto femenino y al sujeto del feminismo: el más fuerte y absoluto de Mujer o la Mujer como posibilidad estratégica y posicional, el más plural de mujeres, el

---

<sup>4</sup> Consultar DERRIDA, Jacques. Envío. En *La deconstrucción en las fronteras de la filosofía*. Barcelona, Paidós Ibérica, 1987.

relacional de género, el más político de feminista. En el orden de las representaciones artísticas el tema tuvo otras formulaciones: el estudio de las mujeres como objetos de representación encontró en un momento bastante temprano la dirección más justa de indagar en los cambios que podía producir la intervención y participación de las mujeres en las prácticas artísticas y culturales, en tanto sujetos activos de nuevas representaciones. Al mismo tiempo el espacio de las producciones artísticas resulta un espacio absolutamente fértil para ver las representaciones en sus formas excesivas, sobreabundantes o, por el contrario, en sus denegaciones. En la literatura, el cine u otras artes visuales lo no representado presiona también como instancia de significación en las lecturas avezadas. En este sentido, los traslados no son directos, los espejos reflejan siempre de manera imperfecta, el lenguaje no transparente sino su misma opacidad. Las relaciones entre presencias y ausencias complejizan así los términos a partir de los cuales se llevan adelante los análisis.

Si siguiéramos punzando estas cuestiones alrededor del sujeto tendríamos que compartir una pregunta que se hace Joan Scott: puede haber un doctorado de Women's Studies, puede considerarse a este espacio una disciplina o es un sitio desde donde pensar cuestiones diversas y volverías productivas y, a un mismo tiempo, rigurosas. Los estudios de las mujeres o los estudios de género<sup>5</sup> justamente crecieron al calor de una serie de preguntas que renovaron las disciplinas y lo hicieron de una manera radical, sin retroceso. Se trata entonces de ir hacia esos caminos inciertos pero abiertos del después. Tal vez una de las opciones sea mirando esa tierra que parece arrasada pero que sin embargo sigue disparando una serie de preguntas. Para ello

---

<sup>5</sup> Dejo de lado la historia de las discusiones entre una nominación y otra y los sentidos que se ponen en juego en sus aplicaciones. Un proyecto pedagógico e institucional como éste tiene que recuperar estas discusiones como parte del capital simbólico que lo funda y lo atraviesa.

recorro a algunas pensadoras, a algunas de sus ideas que en mi propio trayecto intelectual dentro de los estudios de género me marcaron por la creatividad de sus formulaciones. Me refiero a Teresa de Lauretis, Rosi Braidotti, Sigrid Weigel, Sylvia Molloy, Nelly Richard, Cristina Peri Rossi. La lista podría continuar.

En su artículo "Las tecnologías del género", Teresa de Lauretis dice que el género es una representación. Entiende al sistema sexo-género tanto una construcción socio-cultural como un aparato semiótico, un sistema de representación que asigna significado (identidad, valor, prestigio, ubicación en la jerarquía social, etc.) a los individuos en la sociedad. Las representaciones de género que se obtienen de estas posiciones sociales conllevan diferentes significados, de modo que para alguien ser representado y representarse como varón o mujer implica asumir la totalidad de los efectos de esos significados. De Lauretis dirá, entonces que "La construcción del género es tanto el producto como el proceso de su representación y de la autorrepresentación"<sup>6</sup>. Con este último concepto muestra el pasaje entre los dos modos de entender la representación como un funcionamiento estético pero también político. En este punto es interesante resaltar que son los sistemas de representaciones los que producen las diferencias en el mismo acto de representación, diferencias que no estarían dadas de antemano. Esta noción de género como una ideología opera como una representación social y como una representación subjetiva. Así,

deja abierta una posibilidad de agencia y de auto-determinación en el nivel subjetivo e individual de las prácticas cotidianas y micropolíticas que Althusser mismo podría claramente rechazar<sup>7</sup>.

---

<sup>6</sup> DE LAURETIS, Teresa. Las tecnologías del género. *Revista Mora*, nº 2, noviembre de 1996, p.15.

<sup>7</sup> ID., IB.

La incorporación del término agencia y autodeterminación, vinculados necesariamente con la conciencia de género, coloca a la representación en el plano político, sin sacarlo del todo del plano de la estética<sup>8</sup>.

Pero, una de las cuestiones que más me interesa de De Lauretis en esta formulación del género como una tecnología y de la representación como una construcción es que

El género, como lo real, es no sólo efecto de la representación sino también su exceso, lo que permanece fuera del discurso como trauma potencial que, si no se lo contiene, puede romper o desestabilizar cualquier representación<sup>9</sup>.

El interés por el tipo de representación política reaparece bajo la forma de la pregunta: "¿en qué términos y en interés de quiénes es producida la re-construcción?"<sup>10</sup> Las micropolíticas locales están, al decir de De Lauretis "en otra parte", un afuera que no

---

<sup>8</sup> Sin duda hay incompatibilidades y distancias entre autorrepresentación literaria y política. Sylvia Molloy encuentra modos originales de pensar la relación. Señala: "One is (and one writes) elsewhere, in a *different* place, a place where the female subject chooses to relocate in order to represent itself anew." Si bien los problemas de autorrepresentación no surgen como problema solo para las mujeres en el momento de constituir un sujeto femenino en la poesía, la narrativa o las autobiografías, las escritoras al encarar sus proyectos se enfrentan y negocian con las percepciones y la imágenes que la sociedad de su momento construyen para las mujeres en general y para las escritoras en particular. Estas formas de autorrepresentación son en realidad estrategias discursivas en las que "woman represents woman and constructs herself as subject of her text". Ver MOLLOY, Sylvia. Introduction. *Female Textual Identities: The Strategies of Self-Figuration*. En CASTRO-KLARÉN, Sara, MOLLOY, Sylvia y SARLO, Beatriz (eds.) *Women's Writing in Latin America*. Colorado and Oxford, Westview Press, 1991, pp.107-124.

<sup>9</sup> DE LAURETIS, Teresa. *Las tecnologías del género*. Op. cit., p.9.

<sup>10</sup> ID., *IB*, p.32.

implica un fuera de plano del discurso sino un fuera de plano, expresión que toma de la teoría del cine<sup>11</sup>. Esta operación es la puesta en acto de un modo de mirar: el modelo es un procedimiento artístico. Ese fuera de plano que impone el cine de vanguardia lo que le permite confirmar que el sujeto del feminismo debe perseguir ese modo de funcionamiento, de manera de vivir no solo un espacio de contradicción sino de tensión entre dos fuerzas contrarias - la negatividad crítica de su teoría y la positividad afirmativa de sus políticas. Por su parte, Sylvia Molloy señala que uno es y escribe en otro lugar, en un lugar diferente, un lugar donde el sujeto femenino elige recolocarse para representarse de una manera nueva. La crítica alemana Sigrid Weigel habla de utilizar el recurso de la mirada bizca, un mirar de reojo que sería tanto una estrategia de escritura como de lectura:

Las mujeres deberían permitirse mirar por el rabillo de un solo ojo, de esa manera estrecha y concentrada, para con el otro quedar libres de vagar por todo el ancho y lo largo de la dimensión social<sup>12</sup>.

---

<sup>11</sup> Este fuera de plano lo define como el espacio no visible en el cuadro pero que puede inferirse a partir de lo visible en él. "...el cine de vanguardia ha mostrado que el fuera de plano existe concurrentemente y a lo largo del espacio representado, lo ha hecho visible reparando su ausencia en el cuadro o en la sucesión de cuadros, y ha mostrado que incluye no sólo a la cámara (el punto de articulación y perspectiva desde el que la imagen se construye) sino también al espectador (el punto donde la imagen es recibida, reconstruida y reproducida en/como subjetividad)". Ver DE LAURETIS, Teresa. Las tecnologías del género. Revista *Mora*, nº 2, noviembre de 1996, p.34.

<sup>12</sup> WEIGEL, Sigrid. La mirada bizca: sobre la historia de la escritura de las mujeres. En ECKER, Gisela (ed). *Estética feminista*. Barcelona, Icaria, 1986, pp.69-98.

Las representaciones son, sin duda, hechos de lenguaje que se dan en un tiempo y en un espacio<sup>13</sup>. Pero no se reducen a él ni a sus soportes sino que son las dos cosas. La cultura posmoderna se construye como una cultura de hiperrepresentación donde la realidad misma comienza a ser percibida como un infinito esquema de representaciones. En un sentido, la representación parece haber derivado en su superabundancia para fijarse actualmente en una problematización extrema, la expresada en situaciones de catástrofe social, de trauma simbólico, en espacios límite, de excepcionalidad política. Espacios donde las representaciones mismas se ven amenazadas por su imposibilidad para convertirse en actos de palabra. En este sentido una de las contradicciones de esta época tal vez sea esta sobreabundancia de representaciones allado de la percepción de un agotamiento, de un desgaste máximo o de su imposibilidad.

¿Cómo situamos entonces frente a ellas? Tal vez partiendo de la aceptación de lo representativo como un hecho social y discursivo, psíquico y político. Negar el carácter de delegación que tiene la representación política implicaría quedarse con cierta idea inmediata del poder, es decir, la inmediatez de alguien que pueda decir yo soy el Estado y no un delegado, un representante ante el estado. Significaría apostar a la no representación. ¿Cómo situarse frente a esta sobreabundancia o desgaste? Aceptar esta capacidad de la representación implica aceptar también la idea de resistir aquéllas que se imponen, que se implantan como hegemónicas y, por lo tanto, bloquean y, en su lugar, explorar la posibilidad de construcción de otras más contestatarias. Lo que se cuele en este punto es el problema del sentido e interpretación que

---

<sup>13</sup> Estoy siguiendo el artículo citado de Derrida, "Envío" y LEFEBVRE, Henri. La presencia y la ausencia. Contribución a una teoría de las representaciones. México, FCE, 1983.

estimulan las representaciones y es en ese juego donde se da la posibilidad de intervenir en la construcción social del sentido ensayando otras configuraciones o modelos. Ensayos que deberían abarcar una revisión de los diferentes lugares de delegación que ofrecen las sociedades actuales pero, especialmente, una consideración del juego que se establece entre representaciones y autorrepresentaciones que han encarado y encaran los sujetos feministas o de las articulaciones que éstos asumen entre acciones teorías y lenguajes.

Molloy propone hacer relecturas "llamativas", "escandalosas, y a la vez eficazmente interpeladoras" con el objetivo de "abrir fisuras culturales en las perspectivas hegemónicas" pero no para construir otros relatos naturaliza dos de identidades y diferencias hasta el punto de que parezcan tan "centrales como los mismos conjuntos que se busca desestabilizar, olvidando que son inestables, móviles, necesariamente ambiguas, y que ahí reside precisamente su fuerza disruptora". Nelly Richard, por su parte, al delimitar cuál debería ser la búsqueda feminista de hoy, plantea un cruce de fronteras entre teoría, estética y política que permite:

entrar y salir de las composiciones de identidad mediante un zigzag entre diversos "yo" que muchas veces no coinciden entre sí como son por ejemplo el "yo" político (el yo de la acción social y de la lucha institucional: el yo de la decisión), el "yo" teórico (el yo del discurso metacrítico: el yo de la sospecha) y también el "yo" estético (el yo del arte y la literatura: el yo de la pulsión creativa y del desborde metafórico). Intercalar estos planos con todo el juego de atracciones y refracciones que esto supone permite que el "sujeto" del feminismo sea siempre otro para sí mismo, que no tenga que

comportarse siempre del mismo modo ni hablarse en el mismo tono<sup>14</sup>.

En síntesis, rotar las perspectivas, ensayar miradas dobles o divididas, atender a las flexiones y fisuras de las narrativas hegemónicas de género. Por lo tanto, actuar en un ámbito proclive a las renovaciones, en la antes ala donde se genera lo nuevo, en las fases promisorias que contiene el después. Casi en un laboratorio. Rosi Braidotti percibió a los Women's Studies como un laboratorio de ideas que autoriza entre otras cuestiones una reconexión de lo teórico con lo personal y con lo político. Tal vez ésa sea una de las razones de la seducción que ejerce para mí como ámbito de trabajo, y porque, como los estudios literarios, mi campo disciplinar de origen, admite y estimula acoplamientos y articulaciones diversas: de ideas, de saberes, de temas y perspectivas, de lenguajes. Braidotti afirma: "El rol del intelectual feminista es mantener abiertas áreas de exploración e investigación, de ejercicio crítico, y de resistencia."<sup>15</sup> Finalmente, continúa, lo que está comprometido en este proyecto es no solo el status de las mujeres. Lo que está en juego es una opción por la civilización, fundada en el

---

<sup>14</sup> NELLY, Richard. Feminismo y deconstrucción: otros desafíos críticos. Texto leído en Jornadas Límites, derivas y deslindes del género, organizadas por el proyecto de investigación UBACYT "Lenguajes del género en la construcción y representación de identidades contemporáneas y sus genealogías políticas. Argentina 1970-2000" (Directora Ana Amado), IIEGE, UBA, Y Universidad de New York en Buenos Aires, 11 de octubre de 2001.

<sup>15</sup> BRAIDOTTI, Rosi. *The Subject in Feminism. Nomadic Subjects*. New York, Columbia University Press, 1994. [Hay versión en español: *Sujetos Nómades*. Buenos Aires, Paidós, Colección Género y Cultura, 2000, pero no incluye este capítulo]. "The Subject in Feminism" corresponde al discurso inaugural de apertura Del departamento de Women Studies en la Universidad de Utrecht en 1990, p.242.

rechazo del sexismo y el racismo y en la aceptación de las diferencias<sup>16</sup>.

Un proyecto en el que regresan las preguntas por el después y que puede tener en el modo de funcionamiento de la literatura uno de sus modelos. La literatura como espacio de imaginación plena y poderosa puede convertirse en un terreno de ensayos e iluminaciones de lo que todavía no cobró forma ni representación. Entre sus capacidades, el discurso literario puede anticipar lo que vendrá. Cristina Peri Rossi lo supo muy bien cuando escribió *Rumores*, el texto con que inicié esta exposición. Como en otros libros anteriores<sup>17</sup>, la narradora anticipa algunas claves del orden futuro. En este caso supo predecir con suma maestría y perspicacia cómo el final del siglo XX asistiría a una destrucción de las ciudades<sup>18</sup>.

Las trayectorias posibles entre estética, teoría y política, entre literatura, crítica feminista y estudios de género pueden desplazarse juntos punzando cada uno la superficie y los bordes de los otros de modo de obtener de ellos lo mejor. En la complejidad de los escenarios actuales, estas articulaciones podrán recuperar el ritmo de un reloj que adelante, de un laboratorio que experimente, de un proyecto que anticipe. Lo que implicaría trabajar para que vuelvan a cobrar rostros vivibles y visibles las ciudades, las experiencias, las lecturas.

---

<sup>16</sup> ID., *IB.*, p.243,

<sup>17</sup> Me refiero a su libro *Indicios pánicos*, publicado en 1970, cinco años antes de la dictadura en Uruguay, y en el que imaginó en clave de literatura fantástica el horror de la dictadura que llegarían después.

<sup>18</sup> Paul Virilio se refiere y desarrolla la idea de que las ciudades que fueron cuna de la civilización se han vuelto el corazón de la desestructuración de la humanidad. Ver Entrevista a VIRILIO, Paul. Panic Attack. *Radar*, Página 12, 20 de junio de 2004.

# Tráficos de la teoría: apuntes sobre sujeto, identidad y sexualidad

Kemy Oyarzún\*

## Introducción

Nos situamos en un campo de perplejidad reflexiva que se interroga a partir de las tensiones de la producción neocolonial de cuerpos, sujetos y culturas, teniendo en cuenta que las identidades *son efecto de producción simbólica y material*. Las relaciones entre género y sexualidad han conflictuado los ámbitos de producción y circulación de la crítica feminista y del movimiento de mujeres en Chile, en México y probablemente en toda Latinoamérica. Temáticas como el aborto, la fertilización *in vitro*, la homosexualidad y el lesbianismo, la pornografía y la prostitución a menudo constituyen nudos gordianos de la teoría feminista y de la teoría crítica en general. En este trabajo realizo una lectura diacrítica de los heterogéneos y conflictivos registros del Sistema Sexo-Género en torno a un núcleo significativo de conceptualizaciones interdisciplinarias sobre el sujeto y la identidad.

Hoy, más que nunca, la propia cultura - en tanto producción simbólica y material - pasa por las transformaciones propias de las vicisitudes transnacionales del capital/flujo. Me refiero en particular al desplazamiento de la industria al desarrollo de mercados y capitales de servicios, información e informática<sup>1</sup>. Instrumentos financieros y otros

---

\* Universidad de Chile, Revista *Nomadías*.

<sup>1</sup> La propia América Latina es resultado de la internacionalización del capitalismo. El término post-colonialismo no es tampoco apropiado puesto que dicha internacionalización se ha venido produciendo en condiciones de

productos anclares van subordinando a las mercancías tradicionales y a la producción industrial masiva. A diferencia de la Ilustración, cuya resonancia privilegiaba el escenario de la Nación/Estado, se habla hoy de una inédita capacidad de "unir y dividir" el mundo a partir de los modos de producción y reproducción cultural. La cultura del sistema-mundo organizado en esta era neoliberal implica la subordinación de las demás tecnologías culturales a los medios de comunicación masiva, incluidas la videosfera y la cibernética.

Gran parte de los estudios sobre las condiciones hasta aquí descritas coinciden en mostrar que la tendencia a la homogeneidad mediática no excluye la proliferación de realidades, tipos de relaciones sociales y sexuales, y sobre todo subjetividades *otras*. En este intersticio contradictorio - homogeneidad/diversidad - se genera simultáneamente la identidad como deseo (*valuptas*) y voluntad política de diferencia. Luego, precisamente a partir de la crisis de las identidades clásicas de la Modernidad Ilustrada, la era postmoderna va dando paso a identidades más nomádicas,

---

"colonialidad". Coincido con Miyoshi al utilizar el término "globalización" para referir al grado de expansión del intercambio y transferencia del capital, del trabajo, la producción y el consumo, la información y la tecnología, expansión que constituye hoy un cambio cualitativo. Ver MIYOSHI, Masao. *Globalization, Culture and the University*. En: JAMESON, Fredrick y MIYOSHI, Masao. (eds.) *The Cultures of Globalization*. Durham/Londres, Duke University Press, 1998, pp.247-270. Anglo y eurocéntrica, la *globalización* se puede ver como una cadena que reproduce, eslabón por eslabón, los efectos de colonialidad interna y externa. Ni "paridad" interna ni internacional. No si la reorganización mundial implica que el "veinte por ciento más rico de la tierra consume el ochenta y dos por ciento de los bienes producidos por la humanidad; el ochenta por ciento más pobre sólo consume el dieciocho por ciento restante y el veinte por ciento más pobre en absoluto consume sólo el uno punto cuatro por ciento de dichos bienes". *Human Development Report*, 1992.

situacionales y relacionales que ponen en jaque las formas tradicionales de organizar y hacer política<sup>2</sup>.

Al interior de las Naciones/Estado - debilitadas, remapeadas, pero aún vigentes - el valor desagregado de las nuevas exportaciones y la reorganización de la producción genera nuevas identidades que intensifican las crisis de la familia tradicional y sacuden las bases del Sistema Sexo/Género vigente: maquiladoras y temporeras son escuetos pero dramáticos ejemplos de ello.

En suma, en las actuales estrategias de colonialidad no sólo se utilizan las imaginерías del sistema Sexo/Género tradicional para promover la adquisición de mercancías, sino que se *generan* identidades nuevas. El consumo organiza las culturas de la producción y de la reproducción, las de la creación y de la procreación, los *ethos* de rendimiento y de ocio, los procesos de identificación y los procesos de vinculación, incluidas las relaciones afectivas, sexuales, sociales. Las culturas asociadas al ocio y al consumo - presentes sobre todo en la publicidad, en las revistas "femeninas", en los suplementos periodísticos y en las producciones televisivas - todas ellas enfatizan audaces modernizaciones gráficas del diseño, de la puesta en escena y los montajes, de los grafemas, en general. Se propician imágenes porno, cuerpos sexualizados, "destapes" visuales que, sin embargo, contrastan con las predominantes imágenes desublimadas del melodrama ilustrado y con la moralina victoriana sostenida por las retóricas fundamentalistas de los discursos eclesiásticos y de muchos de los "cuerpos centrales" de periódicos y revistas. Por sobre todo, se consagran "la hipocresía, la ignorancia, la sexofobia, el ubicuo y fatigoso sermoneo, la prédica moralista que hace las veces de pacto

---

<sup>2</sup> Canclini dice, en este sentido, "tanto la homogeneidad como la hibridez desafían las definiciones más viejas de identidad nacional y comunidad". CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas. Estrategias para entrar y salir de la modernidad*. México, Grijalbo, 1990.

civilizatorio"<sup>3</sup>. A esta curiosa combinatoria de sexofobia y heterosexismo, familiocentrismo y fragmentación identitaria, "prédica moralista" y genitalia publicitaria hemos venido caracterizando como "modernización conservadora"<sup>4</sup>.

Gran parte de las transformaciones identitario-culturales hasta aquí descritas se introdujeron en condiciones de crisis política. En el caso chileno, como en el resto del Cono Sur, ellas se instalan sobre las erosiones del proyecto liberal acaecidas como consecuencia de los procesos dictatoriales de los años setenta. En México, ellas se insertan en el seno de una profunda agudización de la crisis económico-política vivida en el país a partir de los noventa: urgencia de la creación de un proyecto democrático participativo y popular, defensas de las conquistas logradas en la era del Estado Keynesiano ante la ola de jibarizaciones estatales, desprestigio de lo político-cupular, alianzas del PRI con los sectores más conservadores. En ambos casos, se trata de involuciones de los modelos culturales laicos y pluralistas que para los años setenta - pese dificultades múltiples - se habían venido legitimando en rivalidad con los paradigmas hegemónicos y oficialistas. En el caso de México, se trata de una secularización valórica, educacional y política que se ejercía a partir de la Constitución del 17 - consecuencia directa de la primera revolución popular del Continente.

Políticamente, los más radicales debates en tomo a los cambios identitario-culturales remitían a urgentes proyectos democratizadores de país: ciudadanías macro y micro, recomposición de movimientos plurales. Las ciudadanías de los cuerpos se sumaban a las ciudadanías públicas. La *res* pública resonaba en las cosas más cotidianas; la *polis* se subvertía en tanto *también* se tensionaba por dentro, desde los propios

---

<sup>3</sup> MONSIVÁIS, Carlos. *Debate Feminista*, 1997, p.14.

<sup>4</sup> Ver El ideograma de la familia. *Revista Chilena de Humanidades*, nº 20, 2000.

bastidores de la cocina y la casa: "para las feministas la democracia no ha existido jamás" - dice Carole Pateman<sup>5</sup>. Pero los riesgos del país eran también riesgos teóricos y movimientistas, nadie enfatizaba esto con más lucidez que Julieta Kirkwood en los años 80 en Chile. Las mujeres - era cada vez más evidente - tenían "algo importante que decide a los teóricos de la democracia". Las cuentas que hace Pateman coinciden con las tesis de Celia Amorós y otras españolas de la igualdad, en tanto ambas retoman la crítica a la Ilustración desde la deuda que ésta tiene con la mitad de la especie. Las ilustradas españolas proponen un "ajuste de cuentas" con el metarrelato de la Ilustración; profundizan en la lógica del contractualismo y develan el doble código de moralidad a través de una crítica al concepto rousseaniano de naturaleza como paradigma legitimador. Releer a Mill (de Pateman a Rosa Cobo) presupone una dura reflexión:

al no cuestionar la división del trabajo dentro del hogar, tan aparentemente natural, Mill hace que sus argumentos sobre la ciudadanía democrática - en mi opinión argumentos muchísimo más radicales que los de Rousseau - sólo sean aplicables a los varones<sup>6</sup>.

La crítica a las deudas pendientes de los contratos sociales burgueses con las mujeres y otros sectores marginales ocupa de lleno a la revista mexicana, *Debate Feminista*, cuyo volumen 14 del año 7 (1996), está dedicado al problema de las identidades y a los desafíos para construir movimientos plurales capaces de poner en jaque los desafectos y contracciones cívicos y políticos. El número contiene contundentes ensayos de Chantal Mouffe,

---

<sup>5</sup> PATEMAN, Carole. *Debate feminista*, vol. 1, 1990, p.7.

<sup>6</sup> MILL, John Stuart. *On the Subjection of Women*. Prometheus, 1986, p.17; ver Debates sobre el género. En AMORÓS(dir.) *Filosofía y feminismo*. Madrid, Ed. Síntesis, 2000, pp.255-284, COBO, Rosa. *Fundamentos del patriarcado moderno*. Jean-acques Rousseau. Madrid, Cátedra, 1995.

Liz Bondi, Antonio Camou y Eric Hobsbawm, entre otros. Uno de los problemas de fondo al que allí se alude es precisamente el debate en torno a una "política de identidades" múltiples, posicionales y relacionales, tal como la proponen en particular el feminismo de la diferencia y las teorías postestructuralistas. Para algunos, las identidades plurales constituyen un álgido punto de bloqueo en la construcción de movimientos amplios y por tanto resulta supuestamente desmovilizadora en la urgente tarea de profundizar las democracias (Eric Hobsbawm). Chantal Mouffe propone una redefinición de las identidades colectivas, dada la "desaparición de la oposición democracia/totalitarismo" en el contexto del derrumbe de los socialismos "reales" y frente al "aumento de los particularismos" étnicos. La crítica defiende la conexión entre identidad y diferencia, poniendo en el tapete una necesaria reflexión sobre alteridad y subalternidad a partir de una crítica a la política liberal de consensos excluyentes sustentada por concepciones racionalistas e individualistas<sup>7</sup>. Agonismo e hibridación están en la base de la constitución de identidades - procesos siempre expuestos a rediseños, modificación de estrategias y resignificaciones. Por su parte, Liz Bondi critica el humanismo liberal, igualitario, esencialista y universal y postula la emergencia de un sujeto radical capaz de instalar políticas identitarias desde la deconstrucción del binarismo privado/público - acordes con las subjetividades

---

<sup>7</sup> Chantal Mouffe habla de identidades agónicas: "transformar el antagonismo en 'agonismo' (...) La tarea de una política democrática no es eliminar las pasiones o relegarlas a la esfera privada para hacer posible un consenso racional, sino movilizar esas pasiones y ponerlas en escena según dispositivos agonísticos que favorecerán el respeto al pluralismo. En lugar de representar un peligro para la democracia, el enfrentamiento agonístico en realidad es su condición misma de existencia". MOUFFE, Chantal. Por una política de la identidad nómada. *Debate Feminista*, año 7, vol.14, octubre de 1996, pp.7-8.

descentradas, fracturadas y lábiles. Más que una tónica del ¿quién soy? una geopolítica identitaria del ¿dónde estoy? Pero Bondi advierte asimismo contra el riesgo del feminismo deconstructivo (de segunda ola) de producir nuevos universales sustentados en las experiencias de las mujeres blancas, occidentales, de clase media y heterosexuales.

### Sexualidad y género: dos registros heterogéneos

- ¿Qué cuerpo imaginaría un griego presocrático?
- ¿Una monja visionaria del medioevo?
- ¿Un cabalista español?
- ¿Un "rarito" del DF?
- ¿Qué cuerpos se dan las distintas culturas?
- ¿En qué condiciones se produce un cuerpo y cuáles son sus fronteras?
- ¿En qué condiciones se producen los saberes sobre los sexos, los cuerpos, la sexualidad?

La crítica mexicana, Marta Lamas, instala la discusión sobre el Sistema Sexo-Genero de modo abierto, inconclusivo y en dos modalidades<sup>8</sup>. *Explícitamente* en un volumen enteramente dedicado a la reflexión teórica sobre el género, compilado por ella y que contiene dos ensayos suyos. Segundo, en forma *implícita* a través de la política editorial de la revista *Debate Feminista*, de la cual es su directora. Respecto de lo último, refiero en particular a textos sobre la desnaturalización y medicalización de la sexualidad y de la función materna, a debates sobre la despenalización del aborto en México, sobre la infertilidad y la fertilización *in vitro*, a discusiones sobre homosexualidad y lesbianismo, sobre censura y pornografía.

---

<sup>8</sup> LAMAS, Marta. (ed.) *El género: la construcción Cultural de la diferencia sexual*, México, PUEG/Universidad Autónoma de México, 1996. Marta es la directora de la Revista *Debate Feminista*.

Somera y agudamente, en su ensayo, "Usos, dificultades y posibilidades de la categoría género", Marta Lamas sintetiza los aportes de Ann Oakley y Gayle Rubin a la teoría del género. En lo grueso, el objetivo primero y que cruza todos los ensayos sobre sexualidad y cultura es - en mi opinión - el de desnaturalizar las diferencias. El nudo gordiano aquí es la noción de una identidad sexual que en el proyecto de Lacan vía Marta Lamas queda referido al capítulo censurado y clausurado del inconsciente en la producción del sujeto individual. Así, si bien el género es concebido como constructo simbólico-normativo, éste no es "aculturable" del mismo modo que el sexo. La "sexuación" - proceso que debe articularse teóricamente con el de "individuación" - apunta al procesamiento desnaturalizador que pone en movimiento el moldeaje cultural de la anatomía a través de las operaciones del inconsciente<sup>9</sup>.

Al *interior* de los feminismos, el "género" ha venido planteando un concepto maleable y dúctil, apunta a la modernidad de la incertidumbre, a la secularidad de lo indeterminado, a la relatividad de los valores. Pero el "sexo" parecía convertirse en el gran enigma que impedía los consensos: algo tanto inquietante cuanto complejo, algo asociado a ese lenguaje *otro* (letra lacaniana, significante en cadena de *moebius*). No podía, pues, tratarse de algo "meramente cultural" (no si por cultura se entiende una mera representación), sino de toda una *economía política cultural y material* que apunta a intercambios y tráfico de registros orgánicos, tecnológicos, estéticos y políticos.

Salíamos de este laberinto de perplejidad por dos vías, por una parte, afirmando que los cuerpos son afectados *también* por los cortes y confecciones de la cultura, que se puede trazar toda una simbólica y una *materialidad* no sólo de género sino de

---

<sup>9</sup> Ver TUBERT, Silvia. *Debate Feminista*, vol. 8, setiembre, 1993, p.349.

sexo, y por otra signando toda una serie de operaciones desde el poder: tatuajes y rellenos a veces sublimes, a veces monstruosos movilizados en las estrategias desnaturalizadoras. Toda una economía política yacía aquí para dar cuenta de sus usos y abusos, bioética y biotecnologías de poder. Así, el concepto de género, vapuleado y deslegitimado hasta en ciertos parlamentos (en 1995 el Parlamento chileno vetaba el uso del vocablo en los documentos oficiales), no bastaba para incardinar concreta, social, históricamente el pensamiento postcolonial respecto de las diferencias sexuales. En mi opinión, los impasses del concepto de género eran los del culturalismo y los de cierta semiótica estructuralista.

### **Asaltos del cuerpo: crítica al encialismo del sujeto**

Asumir diacríticamente las principales tesis sobre el sujeto en la modernidad implica de suyo cruces interdisciplinarios: los aportes lingüísticos desde Saussure a Benveniste, la teoría psicoanalítica, el pensamiento feminista, los aportes de la Escuela de Frankfurt y las reflexiones en torno a las estrategias del poder en Foucault<sup>10</sup>.

La lingüística moderna pone de manifiesto con Saussure la función del lenguaje como articulador del mundo *para nosotros*. El lenguaje, en todo su estatuto sígnico, nombra ejercicio de bisagra entre las palabras y las cosas. Los aportes saussureanos a la lingüística, centrales al pensamiento estructuralista, serán la base desde donde se plantee el problema del sujeto. Así, "cualquier teoría del lenguaje es una teoría del sujeto"<sup>11</sup>. Es Benveniste quien instala plenamente el

---

<sup>10</sup> BENVENISTE, Émile. *Problemas de lingüística general* I. Madrid, Siglo XXI, 1991; México, Siglo Veintiuno Editores, 1997.

<sup>11</sup> VIOLI, Patricia. Sujeto lingüístico y sujeto femenino y CALEFATO, Patricia. Génesis de lo femenino y horizonte del sentido. En COLAITZZI, Giulia. *Feminismo y teoría del discurso*, 1990.

sujeto en el ámbito del lenguaje. Trastocando el aforismo cartesiano, *pienso luego existo*, él insistirá en que *ego es quien dice ego*. Ese sujeto en ellenguaje, no tendrá más referencia que el propio discurso: la realidad a la que remite, dice Benveniste, es la realidad del discurso.

Entonces, en esta línea de pensamiento el sujeto aparece *colonizado* por el signo lingüístico. No pareciera posible desde aquí un sujeto más allá del *sujeto lingüístico*; de forma que a través de diversas operaciones logocéntricas lo concreto es desplazado a una exterioridad inabarcable e inefable en tanto escaparía allaberinto sígnico estructuralista.

Por su parte, la teoría psicoanalítica nos plantea con Freud, una dialéctica - inconclusa y quizás sobre cargada de fisiologismo - entre energía y lenguaje. Para Freud habría un sujeto que tiende hacia lo pulsional, y otro sujeto adaptado, integrado por la Ley y por el orden simbólico; subjetividad "bipolar" esta tópica que da lugar, por un lado, al sujeto de la pulsión y del inconsciente, y por otro, al sujeto dellenguaje y la cultura.

El pensamiento lacaniano será el que instale en la perspectiva del psicoanálisis, un sujeto "barrado" y heterogéneo, pero asimilable desde esa polaridad a una teoría del lenguaje. Aquí, el inconsciente es estructurado como un lenguaje, de modo que la bipolaridad "energía/lenguaje" se ha desplazado hacia un sordo "dialogismo de dos tipos" de lenguaje. Dirá Lacan que el inconsciente es un lenguaje *otro*, pero que opera como lenguaje al fin<sup>12</sup>.

Justamente aquí, al desaparecer del esquema estructuralista la dialéctica energía/lenguaje surge la pregunta por el cuerpo: en qué tópica imaginar lo anatómico y pulsional, el sexo y la sexualidad, cómo se constituye desde este lugar la frontera entre lo cultural y lo natural, cómo replantear la

---

<sup>12</sup> LACAN, Jacques. *El Seminario*. Libro 20. Barcelona, Paidós, p. 101.

relación cuerpo/ sujeto en una teoría radical de la cultura. Y es que todo aquello parece quedar clausurado para el discurso, para el sujeto de la cultura, en tanto éste se instituye como tal a expensas del cuerpo. Aquello clausurado es para este sujeto la caída en el continente de lo oscuro, de lo amorfo, de lo no verbal y por tanto aterrador, lo que Freud llamó lo siniestro. Lo que estamos diciendo, entonces, es que habría un sujeto reprimido, ligado al orden pulsional, al inconsciente, al cuerpo y a las percepciones. Un orden imaginario bastante heterogéneo y de registros muy vinculados a distintas pulsiones que no se comunican en forma totalizadora entre sí.

Cuando llegamos a Kristeva empieza a aparecer una crítica al concepto de sujeto del psicoanálisis dentro del propio discurso psicoanalítico. Para Kristeva no es necesario caer en tales dicotomías: un sujeto del deseo pulsional totalmente clausurado, y por otro lado un sujeto totalizador, que alcanza coherencia en el ámbito de lo simbólico. Dice la crítica que a la hora de leer la escritura literaria (escritura que moviliza estas dos subjetividades, la pulsional y la de la cultura y las articula de una manera muy propia de lo estético) se articula una bisagra de dos registros que dentro del concepto psicoanalítico clásico, incluyendo el lacaniano, no han tenido modo de conjugarse. Esa bisagra es la significancia. Y la significancia no se refiere al sentido utilizado comúnmente en el contexto del ideograma del signo. La *significancia* es el modo de operar de dos registros que son heterogéneos, y que a la hora de la escritura se conjugan - como en un juego y de forma lúbil - dejando siempre un excedente para una lectura que va a ser indeterminada, inconclusa y abierta. En la significancia se está poniendo en juego la copresencia escritural de la sexualidad y de la cultura.

También Merleau-Ponty, que no está pensando tanto en la sexualidad, sostiene la posibilidad de trastocar la relación cuerpo-cultura. Esto es posible, dice, porque sé que mi

experiencia presente de mi escritorio no es completa, hay variaciones de iluminación, color, punto de vista. Lo percibido es aprehendido de una manera individual como en sí y para mí. El sujeto, dice, no vive en un mundo de estados de conciencia o de representaciones, desde donde creería poder por una especie de milagro actuar sobre las cosas exteriores o conocerlas. Vive en un universo de experiencias, en un comercio directo con los seres, las cosas y con su propio cuerpo. Merleau-Ponty, entonces, está replanteando lo mismo que Kristeva: el límite interno que se impuso el ideograma del signo para designar como "algo" exterior al sujeto todo aquello que no entra en la representación y en el discurso<sup>13</sup>.

La sospecha que se abre con la Escuela de Frankfurt y con una parte del pensamiento feminista, afectará a toda reflexión relativa al sujeto que esté basada en ciertos universales, tales como el de la naturalidad del cuerpo. En tanto naturalidad, el cuerpo queda en el paréntesis de lo Real; es *aquello* clausurado para el discurso. Se abre una amplia zona de sospecha ante la supuesta universalidad de la clausura del cuerpo y ante uno de los universales más tozudos: la propia represión. La pregunta será, entonces, en qué medida cuerpo y represión son tan transhistóricos como han venido representándose en Occidente. A esto Marcuse, en *Eros y Civilización*, dirá que no, planteando precisamente algunas claves para la historización de la Represión en la cultura<sup>14</sup>. A partir de allí entenderemos que si

---

<sup>13</sup> Merleau-Ponty, Maurice. *Fenomenología de la percepción*. Barcelona, Planeta-De Agostini, 26. Obras Maestras del Pensamiento Contemporáneo, 1984, cap. IV de la 2ª parte, pp.358-376.

<sup>14</sup> BUTLER, Judith. *Antigone's Claim: Kinship Between Life and Death*. Columbia University Press, 2000; *Hegemony, Contingency, Universality*. junto a Ernesto LACLAU y Slavoj ZIZEK, Verso Press, 2000; *Subjects of Desire: Hegelian Reflections in Twentieth-Century France*. Columbia University Press, 1987; *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*. Routledge, 1990; *Bodies That Matter: On the Discursive Limits of "Sex"*. Routledge, 1993.

bien es posible apreciar una economía represiva y detectar una pulsión cuyo "trabajo" es distinto del trabajo del signo, no por ello vamos a tener que pensar que el cuerpo es el mismo, que fue el mismo ni que será el mismo para todas las culturas y para todos los tiempos. Con Marcuse se nos ofrece una distinción no menor: una represión diferente, por ejemplo, en sociedades que no conocen el Estado como aparato represivo, y sociedades que sí. Desde esta distinción, no sería válido referir a "la" represión como una esencia; como tampoco es idéntica la relación entre los sujetos y los cuerpos. La represión, dice Marcuse, tendrá contenidos específicos en Estados de sociedades capitalistas, que tienen sus propias reglas y que hacen de la economía del cuerpo algo muy particular, *cuerpos para el rendimiento*.

Al historizar el cuerpo y la represión, nos acercamos ya a la posibilidad de abandonar la idea de sujeto. Al plantearnos los sujetos como *efectos* de cultura, estamos pasando desde lo ontogenético (cómo se genera el sujeto) a problemas mucho más sociales: en qué condiciones concretas se generan ciertas identidades, ciertos sujetos. Vamos pasado desde lo individual a lo colectivo, pero no sin antes habernos hecho parte de aquello que Adorno sostiene: "el concepto de individuación no es un concepto individual". Al llegar ahí, nos damos cuenta que el concepto de individuación, del cual pendía el sujeto tanto lingüístico como psicoanalítico, invoca un fenómeno social, histórico y cultural. En este sentido entonces, nos empezamos a mover desde el nivel ontogenético al nivel filogenético e histórico, en una línea de pensamiento muy marcada por lo que Marx denomina las relaciones sociales de producción, línea que resulta, a todas luces, la mejor manera de empezar a discernir entre sujeto e identidades, en tanto las identidades tienen que ver con relaciones sociales de producción (material y simbólica).

Ahora, por qué Foucault puede ser un puente importante. Lo que hace Foucault es decir "a mi no me interesa cómo se

constituye el sujeto" en términos abstractos. Foucault no parece interesarse en determinar en qué medida ese sujeto construido en distintas operaciones culturales es o no inconciente. Más bien, lo que se abre con el autor de *Vigilar y castigar* es un amplio espectro de intervenciones, tecnologías, estrategias, usos abusos y dispositivos que constituyen a un yo a partir de operaciones microfísicas de poder. Para Foucault, entonces, no es "yo" quien "dice" yo, sino aquello que ha sido objeto de una serie de dispositivos de poder a las que él denomina "tecnologías de yo" y de las cuales distingue cuatro tipo: de producción material, de producción simbólica, de poder, y tecnologías del yo, propiamente tales. Estas operaciones interactúan en la constitución de estas identidades individuales que él llama yo. La propuesta, entonces, es desindividualizamos y desnaturalizamos, instalando la reflexión sobre la base de una gran mirada de producción tecnológica que es tanto histórica como cultural y política. La crítica que le podríamos hacer a Foucault desde un feminismo "materialista" es que esas estrategias de poder nunca hayan quedado planteadas en términos de sistemas, relaciones o modos de producción<sup>15</sup>.

### **Identidades nómades: desconstrucción de las identidades esencialistas, feminismos y culturalismo material**

Hasta aquí, hemos abordado algunos problemas en tomo a las concepciones de sujeto e identidad a partir del cruce de distintas teorías contemporáneas: la lingüística que va desde Saussure a Benveniste y de éste a Patricia Violi, la teoría psicoanalítica, el pensamiento feminista, los aportes de la Escuela de Frankfurt y las reflexiones en tomo a las estrategias

---

<sup>15</sup> FOUCAULT, Michel. *L'Archéologie du savoir* (1969), *Surveiller et punir* (1975) y la *Histoire de la Sexualité* (3 vols. 1976-1984), *Tecnologías del Yo*. Barcelona, Editorial Paidós/I.C.E./Universidad Autónoma de Barcelona, 2002.

del poder en Foucault. Vimos en síntesis que el trayecto histórico descrito por estas teorías apuntaba a la necesidad de deconstruir el sujeto cartesiano desde la lingüística ("ego es quien dice ego" insiste Benveniste, la búsqueda teórica de un "sujeto incardinado" como en Violi), desde el psicoanálisis (escisión del sujeto del deseo y del sujeto del consciente con el "descubrimiento" del inconsciente en Freud), importancia de la estructuración del inconsciente como lenguaje (Lacan). El psicoanálisis acentúa una "economía pulsional, energética" que desborda el orden simbólico-discursivo, de modo que es ya imposible pensar a la simbólica como *estructura racional, estable, homogénea* ni mucho menos *abstracta*. Si entendemos el problema del sujeto en esa estructura a nivel individual, vemos que éste accede al sentido asintótica y provisoriamente en un proceso mutable, dinámico y sobre todo heterogéneo. Con Freud descubrimos la pluralidad subjetiva en el propio registro del "individuo". Recordemos que el vocablo individuo remite a lo indivisible, a lo que "no puede ser ulteriormente reducido mediante un procedimiento de análisis" (Boecio denomina individuo a aquello "que no se puede dividir por su solidez", cuando se reconoce que el individuo pierde su "solvidez", éste se proyecta al infinito y a la universalidad abstracta con Hegel).

Podríamos pensar con Jameson que tal descentramiento afecta grupalmente y no sólo al individuo, de ahí que el autor de la *Cárcel del lenguaje* refiera a un inconsciente político que bien pudiésemos inscribir en el registro de los sujetos colectivos y que es introyectado o intemalizado por los "individuos". Lo que se está socavando, a mi parecer, es el binarismo de un liberalismo ilustrado, excluyente, que plantea brechas irreconciliables entre lo individual y lo colectivo, lo racional y lo irracional, la materia y la cultura. Este fenómeno, para algunos desconstruccionistas, refiere al "descentramiento del sujeto" e

incluso a la "muerte" del mismo<sup>16</sup>. Marx (*Theories of Surplus Value*), concibe las contradicciones del sujeto en los siguientes términos:

al comienzo del desarrollo humano, éste tiene lugar a costa de la mayoría de los individuos y hasta de las clases. La Modernidad rompe esa contradicción y logra un desarrollo inesperado del individuo. Sin embargo, ese mayor desarrollo individual sólo se logra en un proceso histórico (capitalismo tardío, tensiones intracapitalistas y potencialmente socialismo), proceso en virtud del cual los propios individuos son sacrificados<sup>17</sup>.

Su crítica al sujeto desincardinado se expresa en una mirada crítica que concibe al sujeto en el seno de sus relaciones sociales y no como "un ser abstracto divagando fuera del mundo"<sup>18</sup>.

Desde un punto de vista epistemológico, Merleau-Ponty, Laqueur y Judith Butler trastocan el propio binarismo cuerpo-cultura<sup>19</sup>. Kristeva llega a plantear una dialéctica entre sexualidad y lenguaje/pensamiento, una co-presencia del cuerpo y de la energía en el "seno" del lenguaje. ¿Quién soy yo en el cuerpo? ¿Cuál es el referente del sujeto? ¿El cuerpo? ¿El sexo? ¿El "modo de ser"? ¿Lo percibido? ¿Lo simbólico? ¿No es un contrasentido hablar de sujeto del inconsciente, tópica en la

---

<sup>16</sup> JAMESON, Frederic. *La cárcel del lenguaje*. Ariel, 1980.

<sup>17</sup> Véase MARX, C. *El capital*. Buenos Aires, Cartago, 1956.

<sup>18</sup> Marx's *Critique of Hegel's Philosophy of Right* (1843). Cambridge University Press, 1970.

<sup>19</sup> KRISTEVA, Julia. *Sentido y sinsentido de la revuelta*. Santiago, Editorial Cuarto Propio, 1999.

cual todo lo subjetivo "se desvanece en el aire" (en tanto contención, sujeción, estructuración rígida y permanente)<sup>20</sup>?

Si la incertidumbre y la secularización caracterizan a la Modernidad, incertidumbre y perplejidad se han desplazado en el Capitalismo Tardío hacia el "yo", hacia el propio sujeto, instándonos a re-escribir sus relaciones (intra e inter subjetivas, sociales, materiales) con el mundo. Perplejidad de perplejidades ese territorio inconsciente en el cual no sólo no se es uno, sino muchísimo menos *idéntico a sí mismo*. Los momentos de conclusión que nosotros comúnmente llamamos "sujeto" no serían ahora sino resultado de una acción de las cosas sobre el cuerpo y del cuerpo sobre una fantasía, un cierto espectro llamado "yo"<sup>21</sup> el cual a su vez, se vuelca sobre las cosas. Lo que llamaríamos "sujeto" se aproxima más a un *momento* de la dialéctica de *lo vivido*, dialéctica que abraza al sujeto, a las cosas y seres con los que se relaciona, a su situación en el mundo, a la parcela de mundo que lo interpela y a la cual él/ella interpreta. Y cuando hablamos de dialéctica, no pensamos en síntesis, sino en *articulación*, nuevas miradas sobre los antiguos binarismos, nuevas bisagras - históricas, sociales, políticas y concretas. Articular los polos de una dialéctica implica poner en jaque subjetividades, instituciones, modos de ser, sentir y actuar, modos de vincularse. Nos afecta *subjetivamente como críticos* esta labor, en tanto sujetos *interesados*, ideologizados y deseantes. Y nos afecta en nuestras cómodas relaciones con el mundo, en las instituciones dentro de las que nos jugamos a diario, en los espacios en los que arriesgamos juicios, ideas, sentimientos, valores, prácticas, accionar.

---

<sup>20</sup> DELEUZE, Gilles y GUATTARI, Felix. *L'Anti-Oedipe: capitalisme et schizophrénie*. Paris, Minuit, 1973, (tradução espanhola: *El Antiedipo: capitalismo y esquizofrenia*. Barcelona, Barral, 1974).

<sup>21</sup> MERLEAU-PONTY, M. *Fenomenología de la percepción...* Op. cit., p.265.

Volvemos en este escueto trazado al sujeto en la teoría de género. A diferencia del deterioro crítico que ha sufrido el concepto de "género" (hoy comodín de ONG' s para referir a un sujeto "mujer" o "marginal" esencializado y nuevamente desincardinado), he optado por referir al sistema sexo-género con las siguientes acepciones: a) cuerpo/sexo para-sí, b) cuerpo/sexo para-nosotros (representaciones simbólicas), c) género como representación simbólica de la *diferencia sexual*, d) sistema de relaciones sociales (desde el parentesco a la familia nuclear, desde el pre capitalismo a hoy).

Butler criticaba la pretensión de categorizar un sujeto estable desde la marginalidad y / o desde el feminismo. El intento por instalar un sujeto estable, sin fisuras, comprendido como "hombre", "mujer" o sexo marginal resulta inaceptable. En este sentido, ella propone una mirada crítica del feminismo en tanto éste esté o no en condiciones de dar cuenta de las estrategias de constitución identitarias desde perspectivas desesencializadoras. No se trata, dice Butler, de instalar un sujeto esencializado del feminismo y sólo deconstruir los demás. Desde este lugar teórico, la crítica de *Bodies that Matter* sostiene que la distinción entre sexo y género sugiere una discontinuidad radical entre cuerpos sexuados y género, discontinuidad construida culturalmente, como si los cuerpos, la anatomía, el sexo no constituyeran a su vez, representaciones simbólicas, lenguaje, lecturas, desnaturalizaciones.

En otro trabajo he revisado en qué medida tanto los imaginarios como las simbólicas sobre los cuerpos y sobre el sexo pasan y han pasado por distintas grillas a través de la historia de la ciencia occidental. En este punto, Butler pareciera responder a Lamas, cuando esta última insiste en que el género es la construcción socio-cultural de la diferencia, en tanto el sexo es el inconsciente, y como tal clausurado para la historia, para las particularidades culturales y hasta para el propio sujeto. Butler cuestiona esta nueva naturalización, puesto que este

nuevo biologismo del inconsciente vuelve a relegar el sexo y el cuerpo a lo pre-discursivo. Ante este nuevo naturalismo, el desafío teórico-crítico es conceptualizar el sexo y el género más allá del *sustancialismo*: como un punto de convergencia relativo entre conjuntos de relaciones cultural e históricamente específicos.

Ahora continuaremos recurriendo a la tópica del sujeto en psicoanálisis, literatura, crítica de la cultura, pero lo iremos resignificando - desde una perspectiva sociológico-cultural - a través (en y por) de la revisión del concepto de *identidad*.

El concepto de *identidad* ha sido asociado a la lógica aristotélica ("las cosas son idénticas del mismo modo en que son unidad, ya que son idénticas cuando es una sola su materia (en especie o en número) o cuando su sustancia es una" (pp.640,1). Esta concepción de la identidad como sustancia es posteriormente apropiada por Hegel, para quien la esencia se definía como "Identidad consigo misma". Como se puede apreciar, tanto el concepto de identidad como el de individuo (en Aristóteles y Hegel) se vinculan a una "solidez" o "sustancia" que no se condice con el estadio actual de la Modernidad teórica. En derecho - para observar una sola disciplina - debemos pensar que nos hallamos ante el tercer estadio de declaraciones jurídicas, el que se vincula a la inscripción de la cotidianidad, de la vida íntima y lo "privado" en lo público; ciudadanías del cuerpo, de la sexualidad, de los modos de ser, de las relaciones sociales del género. Si se está legislando sobre la sexualidad, ésta empieza a perder su previo carácter de "íntimo" o de "natural", al menos en uno de sus registros, el del derecho.

¿En qué aspectos se opta por el concepto de identidad y con qué nuevos sentidos?

Existe una asociación lingüística entre identidad e identificación, concepto que es central al psicoanálisis, y que hoy no quisiese pasar por alto. El proceso de identidad se

traduce en una serie de identificaciones en la vida de un sujeto. Esas identificaciones - entre las cuales el Edipo ocupa un lugar axial - marcan la identidad, la tatúan y, en cierta medida la sobredeterminan. (cadena de objetos a partir de "mamá/papá"). Puede tratarse de identificaciones con objetos del deseo, pero también con otros sujetos o "modelos". La praxis precipita al sujeto a esas identificaciones: verdadera demanda de identidad. Los sociólogos hablan de "agencias socializadoras". La modalidad de las identificaciones responde a cierta lógica, a concretas formaciones sociales, a distintos modos de organizar y producir aquel primer o primario *socius* que es la familia. Espejo de socialización sin duda. De ahí, esas identificaciones "primarias" pueden hacerse coextensivas a otras formaciones grupales o colectividades (etnia, clase, territorio, nación). El psicoanálisis clásico demuestra que el Edipo "coloniza" esas formaciones identitarias: los sujetos se identifican o proyectan en relación con otros sujetos u objetos en función a paradigmas primarios, modalidades pre-verbales de identificación ("Estadio del Espejo").

La Escuela de Frankfurt y los movimientos teóricos antipsiquiátricos se interesan en develar hasta qué punto la lógica o paradigma de identificación es cambiante en la historia y en las diversas culturas. De modo que puede decirse que un "yo" se forma en diversas identificaciones con otros, se "cocina" para usar la metáfora de Levi Strauss, en agencias de socialización (familia, iglesia, escuela, medios comunicacionales) que son peculiares, que condensan y articulan las condiciones de materiales y simbólicas de una cultura dada. Baterías tecnológicas de los sujetos, esas instituciones. Un "yo" no se "cocina" en abstracto. Y jamás "en crudo". "Quién soy" se define en un campo de relaciones, tecnologías, tipos de discurso y estrategias de poder. Hemos heredado la tradición de "moralidad cristiana que convierte la renuncia de sí en principio de salvación", dice Foucault. Al

hacerlo, hemos dejado muy atrás las tecnologías de "autocuidado". Saber qué, quién se es ya no implica cuidarse sino conocerse, racionalmente, someterse a diversos dispositivos confesionales, autopunitivos, analíticos (del confesor al psiquiatra, sin dejar de mencionar las tecnologías disciplinadoras de la pedagogía y la penalidad).

La hermenéutica del "yo" tiene rasgos y recorrido propios en la cultura occidental y agencia para sí campos enteros de saber: economía, biología, psiquiatría, medicina, educación, criminología. En este sentido la tendencia al psicoanálisis social revela que la neurosis de la terapia es en esencia una "teoría de la violencia" - de una violencia epistémica e identitaria. El "texto" que ofrece el paciente puede - a partir de un psicoanálisis transformacional - avanzar en una reflexión y praxis crítica que permita identificar y disolver las condiciones de violencia. Y se postula una reapropiación reflexiva de la productividad psíquica tal que posibilite el poder de disposición de un yo capaz de acción transformadora)<sup>22</sup>.

De lo dicho, se puede observar que es posible (y necesario) usar ambos conceptos, el de sujeto y el de identidad y que, a su vez, no se trata de nociones intercambiables. En síntesis, podríamos decir que un sujeto construye identidad en un proceso de identificaciones, proyecciones e introyecciones, pero la "identidad" no es la única operación de los sujetos. Para Deleuze y Guattari, el sujeto desfila por las superficies de las inscripciones sociales. Se trata "de un extrafio sujeto, sin identidad fija"<sup>23</sup>.

El otro aspecto significativo que debemos introducir aquí es que la noción de identidad se constituye siempre en campo tensional y minado de relaciones y *diferencias*. Tanto Barthes

---

<sup>22</sup> JENSEN, Henning. Teoría crítica del sujeto. Ensayos sobre psicoanálisis y materialismo histórico. México, Ed. Sigla XXI, primera edición, 1986.

<sup>23</sup> Deleuze, G. y Guattari, F. *L'Anti-Oedipe...* Op. cit., p.24.

como Derrida enfatizan esta dialéctica de la identidad y la diferencia en un plano teórico. Diríamos nuevamente, como lo hicimos en relación a binarismos exduyentes tales como lo privado y lo público, lo individual y lo colectivo, lo femenino y lo masculino, la identidad y la diferencia, que todas estas oposiciones sólo adquieren su pleno sentido cuando se las inserta en sus concretas condiciones de producción de saber. Hay siempre una lógica que las articula; esa lógica es "sistémica" y por tanto, histórica y cambiante.

Quisiera recurrir a otras asociaciones. El vocablo **identidad**, vinculado a **identificación** remite a una dimensión directamente política, agenciación, fichaje, proceso de vigilancia y control. El Diccionario de la Real Académica indica dos sentidos desde el comienzo: a) cualidad de lo idéntico y b) cédula de identidad. En derecho, ser una persona o cosa idéntica a la/lo que se busca. Ya he criticado la asociación de identidad con algo fijo, idéntico. Es el segundo sentido el que me interesa en este momento. Es aquí que, a diferencia del concepto de sujeto, la identidad remite más directamente a agenciamiento, a proceso que marca un cuerpo, cosa o ser desde la exterioridad, desde un afuera que lo "busca", que lo indaga, lo vigila, lo archiva: fotografía, número de cédula, nombres, fecha y lugar de nacimiento, pulgar. Se le otorga "derechos" y se lo inscribe en una serie de operaciones de control, doblez de las ciudadanía actuales.

En Deleuze y Guattari, la exterioridad que *afectaba al sujeto* se precisaba como viajes, paseos, asociaciones, vínculos. Los sujetos podían ser concebidos con o sin "identidad fija" y los autores del *Anti-Edipo* optaron por una representación nomádica. En literatura chilena, la poesía de los ochenta (y anteriormente en Mistral, Brunet, Donoso y tantos otros) la poesía de los ochenta está cruzada por esa concepción: Elvira Hernández, Maqueira ("La Tirana"), Carmen Berenguer, Marina Arrate. Sin embargo, cierta narrativa de Diamela Eltit y

la plástica de Eugenio Dittborn acentúan lo segundo. En las capas arqueológicas de la ciudad de Santiagoesta, el antiguo edificio de los Servicios de Identificaciones es hoy el Instituto de Estudios Geográfico-Militar. Las tecnologías del "yo" no constituyen meras "convenciones", sino agenciamientos de poder. Un "yo" es visto, es dectado por un panóptico de vigilancia que bien podría asimilarse al *Big Brother* de 1984; al Proceso de Kafka. La propia fotografía - insistió Sontag - estuvo en sus orígenes vinculada a esos procedimientos detectivescos que se convierten en soportes estético-políticos del proyecto artístico de Dittborn o el film chileno, *La luna en el espejo*, basada en guión de Donoso.

Ahora bien, Gayatri Spivak, en *A Critique of Postcolonial Reason* abre un campo geográfico de posibilidades identitarias, el cual se conjugaría de forma muy particular, concreta y política, en el contexto de la razón colonialista (post y neo). Las prácticas discriminatorias grafican ("mapean") "las poblaciones de sujetos (sometidos) que son markados con visibles y transparentes trazas de poder"<sup>24</sup>.

En los sesenta, esta es la connotación más común: identidades latinoamericanas, marginales, periféricas. Se las nombraba y los nombrados resignificaban esas marcas, reapropiándose las (ej., chicanos, *niggers*, *queers*, *queens*, y en el caso de Lemebel, maricas en lugar de "gays"). En los 60 y 70, se trata de un mapa de posibilidades geopolíticas - la mas de las veces confrontacionales - en el que la noción de identidad se construye, conjugándose en oposición, cooptación o resistencias respecto a las diferencias etno-nacionales.

---

<sup>24</sup> BHABHA, Homi K. (ed.) *Nation and Narration*. London/New York, Routledge, 1990; Apologies for Poetry: A Study in the Method of Mill and Richards. *Journal of the School of Languages* 3.1, New Delhi, 1975, pp.71-88; y Representation and the colonial text: a critical exploration of some forms of mimeticism. En: GLOVERSMITH, Frank. (ed.) *The Theory of reading*. Brighton, Sussex, Harvester Press, 1984, p.96.

Posteriormente, con el feminismo, la conjunción de estrategias edípicas y de colonización constituye los principales motores de construcción y docilización identitarias. Es dentro de un campo tensional, en un socius político, que esas diferencias se declinan como ordenamientos jerárquicos produciendo identidades subalternas, subordinadas e identidades hegemónicas, vigilantes, disciplinadoras y docilizadoras. La dialéctica "amo / esclavo" se construye, produce y reproduce en ese territorio socio-político que es la cultura, y con todas las particularidades que respondan a las economías de dominio: sexo-genéricas, étnicas, nacionales, de clases. En su *Ética de la liberación*, Dussel aclara que no se refiere a un Otro esencialista, sino que se funda en un Otro "antropológico". El "Otro será la/ el otra/o mujer lhombre: un ser humano, un sujeto ético, el rostro como epifanía de la corporalidad viviente humana"<sup>25</sup>. Esta ética se yergue sobre la resignificación del sitio de la víctima en el marco de un proceso de globalización que ha excluido a las grandes mayorías de la humanidad, identidades que Dussel "identifica" con las víctimas del sistema-mundo vigente en la actualidad.

Entonces, se evidencia que el concepto de identidad puede tener dos inflexiones: la primera, ontogenética, individual, remitiría al cuerpo, a la sexualidad, a lo molecular; una inflexión más asimilable a la noción de sujeto "individual". La segunda, una acepción filogenética (especie) y social (suerte de estructura profunda del orden civilizatorio estatal, patriarcal, coercitivo, clasista y racista). En ambos casos, lo individual y lo colectivo han superado el yoismo de las psicologías funcionales, pero también al sujeto cartesiano, universal y esencializado. Al menos, esa pareció ser la tendencia. Se trata de efectos de cultura y no de un sujeto

---

<sup>25</sup> DUSSEL, Enrique. *Ética de la liberación. En la edad de la globalización y de la exclusión*, Buenos Aires, Editorial Trotta, 1998, p.16.

transcendental (individual o colectivo). No es del sujeto esencial desde el cual "emanaría" el sentido, ni psicológica, ni etnológica, ni lingüísticamente hablando. Si la concepción de "individuo" es socialmente producida, con mayor razón lo son las identidades colectivas.

Ya con Marx, pensábamos la sociabilidad de los sujetos al insertarlos en la economía política desde una crítica negativa. Las identidades colectivas - pensadas como efectos de producción simbólica y material - se expresan en y como relaciones sociales de producción. Lo que se nos abre con Foucault y las teóricas feministas es un acento en las cartografías de poder en las cuales se insertan las prácticas identitarias, el mapeo de efectos de tecnologías de regulación y de constitución del "yo". El deseo emerge como campo de disputa de los efectos y afectos subjetivos. Pero, más allá de las *Tecnologías del Yo*, en *Historia de la Sexualidad*, lo que Foucault ve surgir es una descentración del campo: una crítica profunda a La Ilustración excluyente. Foucault avanza del discurso a las prácticas discursivas, del "yo" a los cuerpos, de la "Ley" en abstracto a las economías políticas de los cuerpos, sus usos y abusos: el despliegue de las tecnologías que instituyen simultáneamente la permisividad y la prohibición, la seducción y la coerción. Lo histórico se distribuye ahora en la mirada sobre los siguientes registros de las identidades:

1. Su propia constitución en un plano ontogenético (no todos los "yo" se despliegan iguales).
2. La materialidad de "su" corporalidad (no todos los "yo" se inscriben en una zona universal de cuerpo); etno e historia (¿las pulsiones son históricas?)
3. La materialidad de La Ley, sus regulaciones y dispositivos<sup>26</sup>.

---

<sup>26</sup> Ver FOUCAULT, M. *Vigilar y Castigar*. Barcelona, Paidós, 1992, pp.123-154.

4. Los escenarios o campos tensionados en los cuales se realiza la performativa de sujetos y cuerpos
5. Los agentes, agenciamientos y políticas

En su artículo "Por una identidad nómada", Chantal Mouffe propicia la conexión entre *identidad y diferencia*, exigiéndose una necesaria reflexión sobre alteridad y subalternidad<sup>27</sup>. No toda identidad se constituye en un escenario de relaciones psico-sociales que impliquen jerarquía, coerción y dominio. Mouffe plantea la necesaria tensión entre la lógica de la identidad y la lógica de la diferencia. Esta tensión entre ambas lógicas no obstante requiere mayor articulación, sistematización y elaboración.

Atenta a las dos acepciones de la identidad que trabajábamos más arriba, Lorena Fries retrabaja la Constitución Política de 1980 de Chile (Constitución de la Dictadura Militar) en función de un reformado Código Civil que contemple el término de la discriminación de las mujeres primero y, luego, de todas aquellas *identidades diferentes*. Se trata de un proyecto que no excluya de su imaginario a las mujeres concretas y que de pie a la producción de dispositivos que posibiliten la constitución de *legitimidades otras*. Por su parte, Josefina Ludmer reexamina las relaciones entre delito y literatura y concluye que el delito es un generador ficticio de identidad. Al hacerlo, Ludmer plantea que el delito funda una legalidad fronteriza dentro de las culturas, zona que señala límites territoriales y ficciona una trama de relaciones entre estado, política, sociedad, sujetos y cultura. La crítica argentina distingue dos tipos de lógicas delictuales y sus consiguientes efectos en la constitución identitaria. En la segunda fase de la Modernidad, se transforman los pícaros delincuentes de la primera fase incorporando nuevos adores y nuevas tecnologías: locura y

---

<sup>27</sup> Mouffe, C. Por una política de la identidad nómada. Op. cit.

tortura. Aquí ya se vislumbra un estado que se ve afectado por una atomización y diseminación de poderes, fuerzas, leyes y justicias distintas.

Por su parte, Liz Bondi elabora una reflexión<sup>28</sup> desde el humanismo y el antihumanismo. A diferencia de Marx y Freud, el humanismo liberal desde el paradigma de la igualdad y de la universalidad eclipsa las reflexiones y planteamientos que establecen el lugar de la diferencia. Se insiste en articular planteamientos contra inmanentismo y esencialismo (universalismo). Bondi plantea la emergencia de un sujeto radical que asienta una identidad común que además se instaaura desde la deconstrucción de la dicotomía privado/público.

En el feminismo de la segunda ola (d. deconstrucción) se plantea el tema de la identidad feminista colectiva; pero se producen nuevos universales; las experiencias validadas eran las de las mujeres blancas, occidentales, de clase media, heterosexuales. Bondi critica el feminismo postestructuralista en la medida que imposibilita concebir la identidad ligada a algún tipo de esencialismo (la identidad es concebida como algo fluido y maleable); aquí la posibilidad de instalar una política de la identidad se vuelve casi imposible.

Con Alcoff, Bondi critica los universales liberales, allí donde las cuestiones de raza, clase y género parecen irrelevantes para los asuntos de justicia y verdad ya que "todos somos lo mismo". Pero también critica a cierto postestructuralismo, para el cual estas categorías son construcciones y por lo tanto irrelevantes para validar concepciones de justicia y verdad.

Bondi explicita la importancia que para ella tiene el potencial emancipatorio de las críticas al humanismo liberal, sin que por ello deba sucumbir en el relativismo apolítico del

---

<sup>28</sup> EN BONDI, Liz. Ubicar las políticas de la identidad. *Debate Feminista*, año 7, vo1.14, octubre de 1996.

postmodernismo. Con ella se enfatiza la importancia de idear una política emancipatoria de la identidad que postule la subjetividad como descentrada y fracturada. En este sentido la política de la identidad trata de deconstruir y reconstruir identidades necesariamente múltiples para poder, de esta manera, resistir y socavar los sistemas dominantes que establecen determinadas relaciones de poder. Bondi es quien elabora una tópica, un registro performativo de lo identitario: se pertenece o no a un lugar; las identidades se declinan como procesos concretos, conflictivos, situacionales y relacionales en el seno de mapas de poder o políticas de ubicación incitándonos a pasar de la pregunta ¿quién soy? a la de ¿dónde estoy?

Es en este punto, que la noción de identidad vuelve a repercutir en las formas de hacer política. El mayor contraste hasta aquí serían las posturas representadas por Hobsbawm y Butler respecto de lo que ésta última denomina "gestos totalizadores" o "colonizadores" de cierta concepción identitaria de izquierda o movimientista. ¿Es posible la "unidad" dentro de la "diversidad" identitaria para los proyectos políticos; ¿es posible la unidad en la fragmentación, la identidad en la diferencia? En todo caso, las nuevas formas de hacer política desde las identidades nomádicas, pluralistas, fragmentarias y descentradas ponen en jaque a las formas clásicas y generan una gran polémica en torno a la cuestión de si es posible construir movimiento (unitario). ¿Qué relación establecer entre la crisis de los universales abstractos y la demanda de "unidad" política a que convoca Hobsbawm? <sup>29</sup> Butler le responde con la noción de coaliciones abiertas, conjuntos heterogéneos y pluralistas que permitan flujos de convergencias y divergencias múltiples, sin coerciones pré-

---

<sup>29</sup> Ver HOBBSAWN, Eric. La política de la identidad y la izquierda *Nexos*, vol. 19, nº 224, agosto 1996, pp.41-47.

envasadas ni telos normativos. Establece una elaboración cuádruple: sexo, género, práctica sexual y deseo.

Dentro de la metafísica de la sustancia el género demuestra ser *performativo*, es decir, que constituye la identidad que se pretende que sea. Tomando como referencia a Nietzsche, Butler finaliza señalando que "no hay identidad genérica tras las expresiones del género esa identidad se constituye performativamente por medio de las mismas "expresiones" que se suponen como resultado".

Al problematizar la posibilidad de constituir una sexualidad antes, fuera o más allá de la ley, Butler acentúa el potencial transgresor del desplazamiento. Y señala que lo fantasmagórico de las identificaciones es inevitable dentro del campo de la sexualidad, abriendo un abanico de nuevas conceptualizaciones estético-políticas:

El género es la estilización repetida del cuerpo, un conjunto de actos repetidos dentro de un marco regulador muy rígido que se congela con el tiempo para dar lugar a una apariencia de sustancia, de una forma natural del ser<sup>30</sup>.

Hobsbawn insiste en la dificultad de construir desde la izquierda movimientos basados en la política de la identidad debido a la ausencia de posibilidad de totalización o universalización de los movimientos identitarios<sup>31</sup>. En relación con la izquierda Hobsbawm afirma que la identidad no es central para ella ya que la izquierda está conectada con causas generales y universales. En su hipótesis, el proyecto político de la izquierda es universalista, es para todos, no para algunos. La política de la identidad en cambio está centrada en la lucha de un grupo específico. Esta es la razón por la cual la izquierda no

---

<sup>30</sup> BUTLER, Judith, *Cuerpos que importan*. Buenos Aires, Paidós, 2002, p.18.

<sup>31</sup> En HOBBSAWN, E. La política de la identidad... Op. cit.

pueda basarse en una política de la identidad. La izquierda puede apoyar a grupos de identidad creando alianzas. El autor afirma a su vez que es peligroso ver a la izquierda como una coalición de grupos minoritarios. Señala que las conquistas de las mayorías no es lo mismo que la suma de minorías y elabora algunos puntos que argumentan su posición:

a) Los grupos de identidad son sobre sí mismos, para si mismos y para nadie más. Estos grupos se desintegran cuando ya no están unidos de la misma manera.

b) Sea cual sea su retórica los movimientos políticos de la identidad movilizan sólo a minorías. Obligar a la gente a asumir una y sólo una identidad divide a unos de otros, por lo tanto aísla a las minorías.

Por lo tanto comprometer a un movimiento general con las demandas específicas de grupos minoritarios, señala Hobsbaun, es políticamente "inviable". El problema de las "autonomías" identitarias queda en un impasse y a mi modo de ver son ya varios los "experimentos" movimientistas que están intentando articularlo potenciando las diferencias en un sentido pluralista y amplio de espectro. Los casos de Brasil, Argentina, Venezuela y recientemente, Uruguay dan cuenta de ello..

## **Conclusiones**

En términos generales, esta lectura quisiera sintetizar las siguientes conclusiones:

1. No hay cuerpo que no haya sido marcado por la cultura.

2. El cuerpo es un territorio sobre el que se construye una red de placeres e intercambios corporales, en condiciones de prohibiciones, regulaciones, toda una economía política o biopolítica, condiciones que pueden ser transformadas.

3. El concepto de género desencializa la diferencia, así como tiende a particularizar las nociones de hombre y de mujer

4. Las identidades son constructos culturales, ficciones necesarias para el sentido de pertenencia y de identificación. Las lógicas que las regulan responden a una tecnología del "yo" que es concreta, material, histórica y social.

5. Imperativo ético-político: "forzar el reconocimiento del carácter diverso e inesperado de la organización de las diferencias sexuales". Nuevas formas de hacer políticas implicadas por la producción actual de identidades.

6. Por último, se hacen necesarias una revisión y una puesta de manifiesto del modelo de cultura que estamos manejando cuando intentamos definir los términos "sujeto" e "identidad", sean éstos "individuales" o "grupales". La presentación de hoy, por ejemplo, intenta articular dos ejes, la naturaleza pulsional y las exigencias sociales que se movilizan en la constitución de sujetos y sus identidades. Se trata de dar cuenta de que la concepción unitaria y fija de las nociones de sujeto e identidad son relativas históricamente hablando. Aquí hemos intentado desconstruir dos tendencias: a) las nociones esencialistas y unitarias que han dominado las concepciones de sujeto e identidad en miradas metafísicas, idealistas, cierto culturalismo posmoderno y b) las nociones neo/positivistas que subyacen a la visión de "estructura de la personalidad" biológica. Quienes hablan incesantemente de la influencia de la sociedad en el individuo, "olvidan que no sólo el individuo, sino también la categoría de individualidad" son productos de la cultura y de la sociedad. El psicoanálisis radical hace contribuciones significativas para un materialismo cultural como el que está a la base de la presentación de hoy. Ese análisis se toma "denuncia" del orden civilizatorio vigente al demostrar la fragilidad de los procesos de "adaptación", la dialéctica de la sinrazón en la acción racional, la heterogénea y conflictiva producción de identidades y sujetos en la cultura.

No quisiera cerrar esta discusión sin demarcar que una teoría del materialismo cultural parte por reconocer que el lenguaje no es solo circulación e intercambio de valores culturales, sino sobre todo trabajo, fabricación de identidades y productos lingüísticos que se articulan (en forma homóloga o diferente) con la producción material. El lenguaje tiene estatuto material *también* (gráfico, mnemotécnico-oral, audiovisual). Lo que correspondería emprender es un tránsito del problema sobre la mimesis artístico-cultural (teoría del reflejo y crisis actuales del referente) al problema de las condiciones materiales y simbólicas, psíquicas y sociales, económicas y políticas de la producción de sujetos, identidades y prácticas. Me interesa auscultar todo proyecto cultural desde su propia *formación, invención y trayecto de energía, a partir de las formas materiales e inmateriales de una sociedad*. Rastrear las operaciones pulsionales más allá de los textos, en las acciones, prácticas, experiencias, he ahí nuestro desafío epistemológico, estético, político. La producción cultural identitaria es una conciencia práctica inseparable de toda actividad social material. Los sujetos son efectos de cultura, pero las prácticas discursivas culturales tienen a su vez efectos en la organización psico-social y económico-política de la vida humana. La resignificación de las estrategias y tecnologías del yo es parte constitutiva de una teoría crítica del sentido y forma parte de los procesos históricos de resistencia y transformación cultural.

# As viagens das teorias no embate entre práticas acadêmicas, feminismos globais e ativismos locais\*

Adriana Piscite Ili\*\*

## **Apresentação**

No âmbito do pensamento feminista há um crescente interesse pela compreensão dos processos envolvidos no trânsito transnacional de teorias. As análises voltadas para essa compreensão consideram os bloqueios e controles enfrentados pelos corpos de conhecimento nessas "viagens" entre Norte e Sul, no marco das formações culturais globalizadas, e chamam a atenção para a necessidade de examinar os processos de tradução cultural das teorias e conceitos feministas<sup>1</sup>.

Essas discussões, que levam seriamente em conta os aspectos políticos permeando esses fluxos de idéias, consideram relevante analisar a participação das diversas instâncias que operam como mediadores na difusão das

---

\* Uma primeira formulação de alguns argumentos presentes neste texto foi apresentada no GT Gênero, Sexualidade, Família, Sessão: Gênero, ativismo, poder, XXI Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia, USP, 01-09-1997. Agradeço os comentários das organizadoras, Albertina de Oliveira Costa e Mary Garcia Castro e dos participantes, particularmente, Marília Pinto de Carvalho.

\*\* Pesquisadora do Núcleo de Estudos de Gênero - Pagu e professora participante do Doutorado em Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, ambos na Unicamp; pesquisadora do CNPq.

<sup>1</sup> Ver COSTA, Claudia de Lima. Feminismo, tradução, transnacionalismo. In: Costa, C. L. e SCHMIDT, Simone Pereira. *Poéticas e políticas feministas*. Florianópolis, Editora das Mulheres, 2004 e Being Here and Writing There, *Signs: journal of Women in Culture and Society*, vol. 25, n° 3, Spring 2000 p.727.

teorias. No momento atual, e no que se refere especificamente às Américas, Claudia de Lima Costa chama a atenção para a relevância da academia e das organizações não governamentais<sup>2</sup> como mediadoras nesse processo. Ambas constituiriam lugares privilegiados para a produção, circulação e recepção de teorias feministas. Nessa percepção, o movimento feminista parece relegado a um lugar secundário. Essa idéia pode parecer paradoxal, mas é necessário considerar que, embora as teorias de gênero tenham surgido e se difundido no marco da estreita relação entre movimento feminista e academia (e vale lembrar, seguindo a Judith Stacey, que o feminismo acadêmico é um almejado produto do ativismo das feministas da segunda onda<sup>3</sup>) o contexto no qual esses conhecimentos "viajam", no momento atual, tem adquirido grande complexidade.

Entender esse contexto exige considerar a participação de diversos grupos de interesse na criação e difusão de teorias e conceitos, explorando suas diferenças e seu peso político. É necessário considerar não apenas as relações entre academia e movimento feminista, mas levar também em conta as maneiras como as instituições governamentais e do Terceiro Setor (uma força com impacto evidentemente crescente no Brasil), articulado em redes internacionais, se apropriam e re-significam os conceitos que surgiram no seio do pensamento feminista. E, do meu ponto de vista, é imprescindível levar em conta os efeitos das ações das agências de financiamento internacionais, cujas diretrizes em termos da incorporação de

---

<sup>2</sup> No que se refere ao Brasil, Millie Thayer analisa de maneira crítica essa difusão a partir de uma organização não governamental. Ver: THAYER, Millie. Feminismo transnacional: re-lendo Joan Scott no sertão. *Estudos Feministas*, vol. 9, nº 1, 2001, pp.103-130.

<sup>3</sup> STACY, Judith. Is Academic Feminism and Oxymoron? *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, vol. 25, nº 4, Summer 2000, p.1189.

noções de gênero estão freqüentemente vinculadas às pressões do feminismo global.

Tomando com referência alguns processos desencadeados pela incorporação do gênero como questão fundamental na agenda dos financiamentos internacionais, neste texto argumento que compreender as "viagens" das teorias feministas no momento atual requer levar em conta essa complexidade, prestando especial atenção ao papel desempenhado pelas agências doadoras internacionais. Se, de fato, no Brasil, academia e ONGs são instâncias privilegiadas em termos da difusão de corpos de conhecimento feministas, as agências de financiamento internacionais operam como agentes centrais não apenas em termos de promover a articulação entre diferentes grupos de interesse mas também como instância legitimadora da circulação de algumas dessas teorias.

Durante a década de 1990 participei, a título de portadora de um saber acadêmico, como integrante do Núcleo de Estudos de Gênero - Pagu, um centro de pesquisa universitário, em diversas experiências promovidas por agências de financiamento internacionais<sup>4</sup>. Nessas experiências, que articularam academia e ONGs, os corpos de conhecimentos centrais mediante os quais grupos de ativistas locais conseguiram referendar suas ações frente a essas agências foram as teorias que denomino desconstrutivistas. Da maneira como é utilizado por Derrida, o termo desconstrução refere-se ao processo de desvendar as metáforas de maneira que seja

---

<sup>4</sup> Essas experiências se relacionam com trabalhos realizados, com diferentes integrantes da equipe de pesquisadores do Pagu como parte de assessorias em questões de gênero. Essas assessorias possibilitaram conhecer o trabalho de diversas organizações não governamentais que, definindo-se ou não como feministas, recebem financiamentos internacionais de entidades declaradamente feministas e/ou que contemplam interesses feministas. Embora as reflexões que apresento sejam pessoais, elas estão intimamente relacionadas com um sério e intenso trabalho de equipe.

possível revelar sua lógica, que costuma consistir em oposições binárias simples. Embora não desenvolvendo estritamente a metodologia de Derrida, muitas das autoras envolvidas nos debates sobre gênero que se desenvolveram a partir de finais da década de 1980 consideram que trabalham numa abordagem desconstrutivista uma vez que olham criticamente para os supostos sustentados pelas diversas disciplinas, examinando e "desmontando" seus modos de discurso<sup>5</sup>. É nesse sentido que utilizo o termo aqui. A implementação dessas teorias por parte de grupos voltados para a ação em prol do bem estar das mulheres (uma utilização bem sucedida uma vez que ancorando-se nelas conseguiram renovar seus financiamentos) não deixa de apresentar um aspecto paradoxal. Refiro-me a que essas perspectivas teóricas, geralmente englobadas sob algum prefixo "pós"<sup>6</sup>, se tornaram, precisamente, o alvo preferencial

---

<sup>5</sup> É importante observar que esta acepção de "desconstrução" é criticada por feministas que só admitem sua utilização em sentido "estrito". Para algumas dessas críticas, ver Strathern, Marilyn. *Between a Melanesianist and a feminist. Reproducing the future, Anthropology, Kinship and the New Reproductive Technologies*. Routledge, New York, 1992, pp.69-71.

<sup>6</sup> Os problemas apresentados pelas denominações "pós-estruturalismo", "pós-modernismo", "*french feminism*", com que costumam ser englobados uma série de autores/as extremamente diversos, particularmente no debate feminista desenvolvido nos Estados Unidos, têm sido bastante discutidos. Eleni Varikas explicita essas objeções com extrema clareza, assinalando que o que nessa discussão é conhecido, criticado e debatido como pós-estruturalismo francês é o produto de uma apropriação seletiva e de uma re-elaboração, em certos círculos universitários americanos, do pensamento de uma série de intelectuais franceses, ignorando tensões sérias entre as obras dos diversos pensadores que dificilmente seriam assim agrupados na França e que provavelmente rejeitariam essa designação. Varikas também discute as incongruências da utilização do termo (pós)modernismo, que, ao mesmo tempo que propõe a crítica de uma temporalidade linear não consegue deixar de ter afinidades com essa mesma visão linear do tempo. VARIKAS, Eleni. *Féminisme, Modernité, Postmodernisme. Observations pour un dialogue des deux côtés de l'océan. mimeo*, 1993.

de críticas acirradas por parte de feministas interessadas em promover a ação.

Apresento, primeiro, uma reflexão sobre essas críticas. Em seguida, descrevo como essas teorias foram implementadas no marco das tensões que surgem no entrecruzamento entre diferentes grupos de interesse articulados em torno do trabalho com gênero. Finalmente, retomo as idéias iniciais aqui apresentadas sobre as "viagens das teorias" levando em conta os percursos do trânsito de conhecimentos feministas entre os países do Cone Sul.

### 1. Perspectivas de gênero, teoria e prática

No momento atual, os debates de gênero estão marcados pela ênfase na pluralidade, em suas diversas dimensões. Várias das autoras que participam nessa discussão, considerando-se explicitamente feministas ou reconhecendo sua dívida com a discussão feminista, tendem a coincidir nos esforços por pensar no gênero de maneira não identitária. Isto é, coincidem na tentativa de analisar criticamente os procedimentos através dos quais o gênero é concebido como fixando identidades, e de formular conceitualizações que permitam descrever as múltiplas configurações de gênero existentes<sup>7</sup>.

No âmbito das discussões feministas, essas perspectivas têm recebido diversos tipos de críticas. Entre os questionamentos melhor fundamentados contam-se aqueles que apontam para as incongruências presentes, no terreno filosófico, entre as versões que se apresentam como pós-

---

<sup>7</sup> Embora esta seja terminologia específica de Judith Butler (*Gender Trouble. Feminism and the Subversion of Identity*. Routledge, New York, 1990), diversas autoras contemporâneas coincidem nos esforços acima apontados. Ver, por exemplo, STRATHERN, Marilyn: *The Gender of the Gift*. University of California Press, 1988; HARAWAY, Donna. *Simians, Cyborgs, and Women. The Reinvention of Nature*. Routledge, New York, 1991.

modernas e o projeto feminista, considerado, enquanto crítica e projeto de sociedade, como inexoravelmente ancorado na tradição da "modernidade"<sup>8</sup>. Varikas sintetiza essas críticas mostrando que as noções e os supostos em torno dos quais desenvolveu-se o feminismo (a percepção da realidade como uma estrutura que a razão aperfeiçoada tem condições de descobrir através da pesquisa científica; a noção de um sujeito racional e unificado capaz de agir de maneira consciente e coerente para a sua própria liberação; a conceitualização homogeneizante e até etnocêntrica da categoria mulheres e a tendência a minimizar ou apagar a diversidade; a pretensão a um ponto de vista crítico que englobe o conjunto das relações sociais injustas e a visão de uma temporalidade linear) referem-se de maneira implícita ou explícita a uma filosofia moderna da história, centrada na idéia de emancipação como resultado de uma marcha progressiva do progresso ou da razão.

É importante observar, contudo, que este tipo de crítica não ignora a potencial riqueza que alguns aspectos das perspectivas desconstrutivistas apresentam, pela insistência em interrogar supostos implícitos da reflexão feminista freqüentemente não problematizados. Essas perspectivas afirmam a impossibilidade de uma universalidade elaborada ou definida a partir de um único ponto de vista. Neste sentido, os escritos das autoras que se auto-denominam "mulheres de cor" ou do Terceiro Mundo, nos países do Norte, têm recebido particular atenção, considerando que eles podem possibilitar a

---

<sup>8</sup> Varikas, E. *Féminisme, Modemité, Postmodernisme...* Op. cit., p.2. Nesta linha de argumentação ver também SORJ, Bila. O feminismo na encruzilhada da modernidade e pós-modernidade. In: COSTA, A. e BRUSCHINI, M. *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro, Fundação Carlos Chagas/Editora Rosa dos Tempos, 1992; TARUCCI, Mónica. Posmodernismo o posfeminismo? Una reflexión desde la antropología. In: TARUCCI, M. *La producción oculta, III Congreso Argentino de Antropología Social. Mesa de Trabajo: Antropología y Mujer*. Buenos Aires, Editorial Contrapunto, 1990.

superação dos problemas epistemológicos que dominaram os supostos teóricos feministas<sup>9</sup>.

As críticas as abordagens desconstrutivistas apontam também para o lugar que elas estão ocupando na economia política da construção e difusão do conhecimento. "Mulheres de cor" e/ou mulheres do Terceiro Mundo afirmam que essas perspectivas, apesar de chamarem a atenção para as experiências das diferenças, tendem a apropriar-se delas através de mecanismos, mais uma vez, excludentes. Bell Hooks, por exemplo, questiona não tanto o sentido do pós-modernismo mas a linguagem cifrada em que ele se expressa: codificada em termos dos interesses de uma audiência que alija as vozes das pessoas negras, deslocadas, marginalizadas<sup>10</sup>. Intelectuais do Terceiro Mundo assinalam que esses debates marginalizam, mais uma vez, o conhecimento das feministas nativas, sufocando outro tipo de aproximação<sup>11</sup>. Nesses escritos também se formulam sérias críticas às contradições colocadas pelas discussões consideradas pós-modernas.

Nesse marco, as discussões feministas sobre a relação entre teoria e prática parecem ter se acirrado. Os questionamentos elaborados pelas feministas voltadas para o ativismo mostram que, entre elas, essas perspectivas ocupam um lugar no mínimo ambíguo, quando não abertamente negativo. Entre os argumentos com que essas perspectivas são atacadas, afirma-se que sua procura radical de

---

<sup>9</sup> Ver VARIKAS, E. *Féminisme, Modemité, Postmodemisme...* Op. cit.; HARAWAY, Donna. *Simians, Cyborgs...* Op. cit, e DE LAURETIS, Theresa. Eccentric subjects: feminist theory and historical consciousness. *Feminist Studies*, 16, 1, 1990.

<sup>10</sup> HOOKS, Bell. Postmodern Blackness. *Yearning, race, gender and cultural politics*. South End Press, 1990, pp.24-26.

<sup>11</sup> OKEKE, Philomina. Postmodern Feminism and the Political Economy of Cross-Cultural Scholarship in Sub-Saharan Africa. Conference Paper: *Praxis Nexus: Feminist Methodology, Theory, Community*, janeiro 1996. University of Victoria, Victoria, B C.

desessencialização desestabiliza o "conceito / categoria" mulher(es), considerado como ponto de partida necessário para a teoria e política feministas<sup>12</sup>. Linda Alcoff explica com clareza o dilema que as perspectivas desconstrutivistas colocam para o feminismo. A teoria feminista, entendida como a reavaliação da teoria e a prática social desde o ponto de vista das mulheres, assim como a política feminista, voltada para a transformação da experiência vivida das mulheres na cultura contemporânea, perfeitamente coerentes com uma perspectiva que pensa na cultura como construída sobre a base da supremacia masculina e o controle das mulheres (o patriarcado), têm suas raízes num conceito, mulher, que agora parece ser preciso desessencializar em todos os aspectos. Mas a desconstrução, que pode desconstruir *ad infinitum*, ao não oferecer alternativas "positivas", dificultaria acionar um movimento. Assim, além de serem acusadas de dissolver o sujeito político "mulheres", as perspectivas desconstrutivistas também são percebidas como restabelecendo as distâncias entre reflexão teórica e movimento político<sup>13</sup>.

Entre os textos publicados na década de 1990 que tratam da relação entre teoria e prática feminista, uma discussão difundida pela revista *Signs* é particularmente significativa. Trata-se de um debate, organizado por Heidi Hartmann, que explicita o desgosto com que muitas feministas olham para as

---

<sup>12</sup> ALCOFF, Linda. Cultural Feminism versus post-structuralism: the identity crisis in feminist theory. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, vol. 13, nº 3, 1988, pp.414-415.

<sup>13</sup> Ver Mies, Maria. Liberating Women, Liberating Knowledge: Reflections on Two Decades of Feminist Research Action. No especial de *Atlantis. A women's Studies Journal Fevue d'études sur les femmes- Connecting Practices Doing Theory*, volume 21.1, 1996, pp. 10-25; LEE, Jo-Anne. *Power, praxis, positioning and subjectivities*, pp.142-153.

perspectivas desconstrutivistas de gênero.<sup>14</sup> Todas as participantes nessa discussão estão vinculadas a diversas organizações destinadas a "promover" as mulheres, no plano nacional ou internacional. Várias dessas feministas afirmam que, no passado, foram teóricas e ativistas, mas, nesse momento, sentiam-se apenas ativistas, porque as perspectivas teóricas lhes resultavam pouco úteis, inacessíveis, esotéricas, de difícil compreensão, excessivamente desconectadas da prática e, finalmente, paralisantes<sup>15</sup>.

No debate surge o consenso de que essas abordagens, que teriam monopolizado o discurso teórico feminista, sublinham exageradamente as diferenças, reagindo ainda aos primeiros momentos do feminismo. As participantes na discussão teriam interesse numa teoria que informasse as práticas feministas, que fossem úteis, colaborando para gerar e sustentar movimentos de mulheres, desenvolvendo, por exemplo, perspectivas que oferecessem meios para reconhecer essas diferenças e, ao mesmo tempo, formar uma nova base para a solidariedade entre as mulheres. Nesse sentido, o "feminismo global", pensado como a difusão do feminismo, entendido em sentido descentralizado, no mundo todo, é considerado, pelas participantes nesse debate, como um desafio, uma vez que exige traçar pontos em comum entre as mulheres, internacionalmente<sup>16</sup>.

---

<sup>14</sup> HARTMANN, Heide, BRAVO, Ellen, BUCH, Charlotte, HARTSOCK, Nancy, SPALTER-ROTH, Roberta, WILLIAMS, Linda e BLANCO, Maria. Bringing Together Feminist Theory and Practice: a Collective Interview. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, vol. 21, nº 4, 1996, pp.917-951.

<sup>15</sup> Paralisantes no sentido em que, na leitura que elas fazem dessas perspectivas, "nada pode ser nomeado, porque tudo se desloca [shifts]" e "torna-se impossível dizer nós". ID., IB.

<sup>16</sup> Haveria, em toda parte, mulheres ativamente envolvidas na resolução de problemas relacionados com sua condição de mulheres, trabalhando, para *empower* a si mesmas e a outras mulheres, em agrupamentos, que não seriam feministas, em sentido tradicional, uma vez que não são movimentos pela

A questão não seria procurar uma única visão ou voz, mas perguntar-se quais são os pontos em comum entre as mulheres. Nesse sentido, o "feminismo global" constituiria um espaço privilegiado para desenvolver tipos de teorias que essas feministas, orientadas para o ativismo, sentem que precisam. Isto é, teorias aproveitáveis, no curto prazo, para traçar caminhos compatíveis com um projeto feminista universalista e, ao mesmo tempo, capaz de "reconhecer" as diferenças.

Precisamente o interesse em não apagar a diversidade de vozes leva a essas mesmas feministas que criticam as perspectivas "pós" por sua exacerbada ênfase nas diferenças, a reconhecer a utilidade de uma série de trabalhos informados por essas abordagens. Trata-se da produção que discute a intersecção gênero/raça, uma vez que é percebida, apesar de desenvolver argumentos teóricos, como tendendo a responder perguntas concretas, e os trabalhos sobre multiculturalismo. Estes últimos são avaliados positivamente com um argumento sugestivo: neste caso as teorias seriam mais avançadas que a prática; elas outorgariam mais atenção ao assunto do que ele recebe no mundo real. A teoria, neste caso, seria boa, pois criaria um conjunto de valores úteis que serviriam de parâmetro para as pessoas e porque teria tido, como resultado, o aumento de atenção para essa questão. Reconhece-se também que essas perspectivas, quando operam com um foco internacional, enfatizam a compreensão da diferença tentando não converter o outro e, particularmente as feministas do Terceiro Mundo, em algo exótico.

---

igualdade das mulheres, mas que organizam as mulheres enquanto tais - e esse é um aspecto do feminismo -- em torno de uma diversidade de assuntos.  
ID., IB.

## 2. Financiamentos internacionais, "feminismo global" e perspectivas de gênero

Tanto a literatura sobre gênero e desenvolvimento como os critérios que orientam as linhas de financiamento de algumas agências internacionais que apóiam projetos a favor das mulheres mostram que a preocupação por sustentar uma perspectiva universalista levando em conta, ao mesmo tempo, as diferenças, difunde-se crescentemente nos espaços destinados especificamente a promover o desenvolvimento.

A produção (vasta e diversificada) que vem tratando, há décadas, do tema mulheres e desenvolvimento (*Women in Development - WID*), foi muito criticada por acreditar na necessidade de modernização global, na superioridade dos valores e sistemas ocidentais e por ignorar o conhecimento nativo<sup>17</sup>. A produção feminista mais recente, associada ao desenvolvimento, mostra esforços por superar esses problemas. Diversas autoras enfatizam a necessidade de trabalhar seguindo uma orientação "multiculturalista" que incorpore os saberes locais<sup>18</sup>. Evitar o que Spivak chama do "espetáculo das mulheres brancas salvando as mulheres escuras (*brown*) dos homens escuros", exigiria impedir que os "de fora" ditem normas sobre as culturas dos outros. Isto se resolveria incorporando as perspectivas das mulheres do Sul, cuja compreensão de suas raízes culturais lhes permitiria detectar e combater as situações de discriminação<sup>19</sup>.

---

<sup>17</sup> PARPART, Jane L. Who is the other?: A Postmodern Feminist Critique of Women and Development Theory and Practice. *Development and Change*, vol. 24, *apud* OKEKE, P. Postmodern Feminism... Op. cit., p.6.

<sup>18</sup> Claro que sem ignorar o perigo representado pela utilização da noção de cultura como justificativa para práticas que violentam os direitos dos grupos oprimidos. SWEETMAN, Caroline. Editorial. *Gender and Development*, vol 3, n° 1, February, 1995, pp.1-6.

<sup>19</sup> Dawit, Seble e Busia, Abena. Thinking about "culture": some programme pointers. *Gender and Development*, vol. 3., n° 1, February, 1995, pp.7-18.

Essa preocupação por respeitar os interesses e as estratégias locais das mulheres parece ser levada em conta na concessão de financiamentos de diversas agências internacionais. O *Fundo Global para Mulheres (Global Fund for Women)*, uma das agências relacionadas com as experiências que suscitaram esta reflexão, é um exemplo disto. A agência, criada em 1987, apresenta-se como um programa de financiamento internacional cuja missão é ouvir as preocupações das mulheres globalmente e apoiar grupos de mulheres, residentes fora dos Estados Unidos, particularmente em países em desenvolvimento. O interesse do Fundo Global é privilegiar ações que focalizem os direitos humanos das mulheres, explicitando que interpreta esses direitos nos termos em que são colocados pelos grupos que lhe pedem apoio. Assim, em algumas áreas, a alfabetização é considerada como a questão essencial dos direitos humanos das mulheres, em outras, como no Brasil, na segunda metade da década de 1990, a questão central era a atenção aos direitos reprodutivos, em outras, no acesso das mulheres ao processo político. A preocupação por respeitar a definição local de prioridades manifesta-se, também, no peso que a agência confere à participação de representantes dos diversos países no seu Conselho Consultivo<sup>20</sup>.

Nas experiências de assessoria acadêmica das quais participei, a heterogeneidade dos grupos financiados apontava para uma extrema abertura no que se refere ao apoio de iniciativas que beneficiassem as mulheres. Nesses casos, diversas agências internacionais financiaram ONGs cujos grupos alvo eram bem diferentes. Os objetivos e as estratégias desenvolvidas por essas organizações eram, também, extremamente diversos. Entretanto, no momento crucial das avaliações dos financiamentos concedidos, era possível

---

<sup>20</sup> <http://www.globalfundforwomen.org>.

perceber mecanismos através dos quais as "diferenças" tendiam a ser subestimadas.

Os critérios utilizados no planejamento dos projetos de avaliação oferecem um exemplo desse procedimento. Em alguns casos, os indicadores, recortes, modos de operação e estratégias tomados como referência eram aqueles considerados adequados nas perspectivas localizadas<sup>21</sup> dos financiadores. Esses elementos, tais como concepções de *empowerment* que associam essa noção ao abandono de papéis considerados como tradicionalmente femininos, ao ingresso das mulheres no mundo do trabalho fora da esfera doméstica, ou ao incremento do planejamento seriam, sem dúvida, considerados legítimos em termos do feminismo internacional. No entanto, e é para isso que quero chamar a atenção, ao elaborar critérios de avaliação com referências externas obscurece-se a compreensão de como operam as práticas locais e quais são seus efeitos em termos de distribuições de poder. Esse problema torna-se mais agudo pelo tempo limitado destinado, nessas avaliações, à observação de campo. Esse tempo restrito, que dificulta ainda mais a compreensão das práticas locais, e os critérios utilizados na seleção de avaliadores, colocando em lugares hierarquicamente superiores as pessoas ligadas, de alguma maneira, ao Norte, são expressões adicionais do estatuto ambíguo assumido pelas diferenças. Finalmente, quando as recomendações que resultam dessas avaliações redundam na exigência da assessoria de portadoras de saberes sobre gênero, particularmente saberes acadêmicos, elas põem em evidência outros desdobramentos dessa ambigüidade. À oposição (hierarquizada) entre "Norte" / "Sul", somam-se outras, entre

---

<sup>21</sup> Ver KAPLAN, Caren. The politics of location. In: Grewal, Inderpal e KAPLAN, C. *Scattered Hegemonies*. Univesity of Minnesota Press, 1994.

ativistas não-feministas e feministas, e entre estas últimas e acadêmicas.<sup>22</sup>

Nas experiências das quais participei, as tão criticadas perspectivas desconstrutivistas de gênero tornaram-se úteis em diversos planos do entrecruzamento entre essas oposições. Darei como exemplo, um projeto desenvolvido pelo Núcleo de estudos de gênero - Pagu, da Unicamp, junto a uma ONG, a partir da recomendação de avaliadoras (feministas) internacionais<sup>23</sup>. Embora sem considerar-se feminista, essa organização preocupava-se especificamente pelas mulheres, que eram maioria nas suas atividades, e desenvolvia um Programa a elas destinado. Quando essa ONG, financiada por diversas agências internacionais, procurou o Pagu, acabava de passar por uma avaliação. Após terem visitado uma única vez um dos grupos organizados pela ONG (de cozinha comunitária) as avaliadoras consideraram que o Programa das Mulheres poderia estar reforçando os papéis tradicionais das mulheres. Segundo essas avaliadoras, o *staff* da ONG não tinha uma idéia clara de gênero como conceito e recomendaram, portanto,

---

<sup>22</sup> As tensões criadas por algumas destas oposições são claramente detectadas por algumas feministas brasileiras. A discussão "ONGs, parcerias, agentes financeiros internacionais e ética feminista", que teve lugar em agosto de 1993, publicada no *Boletim* do CIM, de outubro de 1995, é um exemplo local particularmente interessante. No debate, do qual participaram feministas ligadas a ONGs, de diversas instâncias do movimento feminista e da academia, discutiram-se diversos efeitos do relacionamento entre financiadores internacionais e ONGs. Os argumentos levantados chamam a atenção para a hierarquização entre ONGs feministas "assessoras" e os grupos do "movimento feminista"; para como as ONGs acabam ratificando as prioridades dos financiadores, em detrimento das prioridades do movimento, e para a proliferação de programas com mulheres entre as ONGs não-feministas, como resposta instrumental à incorporação de gênero como questão na agenda dos financiadores.

<sup>23</sup> A equipe do Pagu envolvida neste projeto esteve integrada pelas professoras Mariza Corrêa, Suely Kofes, Carla Bassanezi e por mim.

que a organização procurasse uma assessoria em gênero para elaborar uma política de gênero adequada. A equipe da ONG solicitou, primeiro, a colaboração de outra organização não governamental, feminista. Quando a equipe do Pagu incorporou-se nessa experiência, a ONG já estava operacionalizando uma série de concepções feministas integradas a partir do trabalho como ONG feminista<sup>24</sup>.

Na leitura da equipe do Pagu, desenvolvida ao longo de um ano de trabalho, a organização vinha desenvolvendo um trabalho extremamente interessante. Em universos nos quais a domesticidade e a maternidade têm um peso extremo na vida das mulheres, e nos quais há uma forte ambigüidade em relação ao seu desempenho de atividades extra-domésticas, a organização colaborava para organizá-las em torno das atividades por elas escolhidas. Essas atividades resultavam-lhes atraentes, uma vez que ofereciam benefícios concretos, tais como a possibilidade de geração de renda, novos conhecimentos e uma apreciada oportunidade de interação social e, ao mesmo tempo eram "seguras" já que elas aparentemente continuavam desempenhando papéis tidos como tradicionais. No entanto, as atividades desenvolvidas estimulavam redefinições dos espaços masculinos e femininos e modificações concretas nas interações intra e extra-domésticas.

Nesse marco, a integração de noções feministas apreendidas no trabalho junto à ONG feminista, que estava

---

<sup>24</sup> Não é minha intenção descrever aqui o intenso trabalho conjunto que a equipe do Pagu e a da ONG realizaram ao longo de um ano. Interessa-me apenas levantar alguns pontos relacionados com esse processo, esclarecendo que quando me refiro as percepções da equipe do PAGU, estou falando de interpretações realizadas conjuntamente com as professoras envolvidas na equipe. O trabalho, desenvolvendo uma metodologia específica para cada fase, está detalhado no relatório "Linhas básicas para a sistematização acadêmica do trabalho com relações de gênero em setores populares", ADITEPP-PAGU, Curitiba, 1995.

permeando vários aspectos do trabalho da organização, dificultavam a percepção de alguns aspectos de suas práticas e obstaculizavam o desenvolvimento de outras. Materiais e registros atravessados pela idéia de uma identidade absoluta entre as mulheres e uma perspectiva fechada do patriarcado, que tornava qualquer situação envolvendo mulheres em expressões de subordinação, discriminação e machismo, sintetizavam essas noções. Essa perspectiva dificultava a percepção das diferenças presentes nos grupos e entre os grupos uma vez que as idéias pré-concebidas, fixas, sobre o "homem" e a "mulher" da "classe trabalhadora" dificultavam ouvir as vozes dissonantes. Isto redundava, por outra parte, em problemas localizáveis em diversos planos, inclusive na tentativa de ampliação do público alvo<sup>25</sup>. Essa perspectiva tinha também conseqüências na maneira como a equipe da ONG concebia a operação do poder e em dificuldades para avaliar a ocorrência de mudanças, em termos de gênero.

Diversos aspectos das abordagens de gênero apresentadas nos *workshops* que fizeram parte do trabalho conjunto entre as duas equipes colaboraram na reflexão que a equipe da ONG começou a desenvolver, e influenciaram também o uso que a

---

<sup>25</sup> Darei apenas um exemplo dessas dificuldades. A ONG estava procurando organizar novos grupos de mulheres rurais. Nossa equipe fez observação em um desses grupos. As mulheres integrantes de um deles participaram de uma reunião na qual foram estimuladas a reagir a um audiovisual que mostrava como uma mulher era recorrentemente "explorada" pelo seu marido até que, finalmente livra-se dele (esse audiovisual era utilizado também em reuniões de grupos urbanos). Quando as mulheres rurais não reconheceram uma situação específica como "exploração" (o marido volta à casa para jantar e fica zangado ao não encontrar a comida pronta) suas opiniões foram ignoradas. Elas achavam a reação do marido "certa" uma vez que, de acordo com a divisão do trabalho imperando nessa região, as mulheres deixam a roça mais cedo para preparar o jantar. Em lugar de serem ouvidas, essas mulheres recebiam lições, provocando bastante mal estar no grupo, sobre sua "dificuldade para reconhecer a opressão comum às mulheres na sociedade machista".

organização fez desses workshops. O diálogo crítico que algumas autoras inseridas nessas perspectivas estabelecem com as teóricas do patriarcado, a ênfase colocada em retirar o caráter de fixidez das construções de gênero, a concepção da inter-relação do gênero com outras categorias de diferenciação, a noção de poder difuso foram idéias extremamente estimulantes para a equipe da ONG<sup>26</sup>. Na listagem de aspectos estimulantes deve ser incorporada a discussão sobre as relações políticas envolvidas no desenvolvimento das diversas perspectivas feministas e sobre a elaboração de políticas de coalizão. Isto é, políticas que não assumam a priori o conteúdo da categoria "mulheres"<sup>27</sup>.

Na fase final do trabalho, a equipe da ONG tinha desenvolvido a convicção de que a opinião das avaliadoras internacionais sobre a possibilidade de que os grupos de mulheres reforçassem os papéis tradicionais das mulheres era inadequada. Essa equipe também refletiu sobre as diversas perspectivas feministas e como elas se relacionavam com as opiniões das assessoras internacionais e do trabalho do grupo feminista que colaborava com a ONG. O confronto com as

---

<sup>26</sup> Devo deixar claro que a formação antropológica da maioria das integrantes do Pagu, que participaram dessa experiência, orientou a maneira como ela foi desenvolvida. Acredito, entretanto, que se a antropologia oferece ferramentas para relativizar e desafiar a universalidade e superioridade de certos valores, o terreno no qual se realizam sérios esforços para tornar esse potencial numa força teórica concreta a partir de uma perspectiva de gênero é a antropologia influenciada pelo feminismo.

<sup>27</sup> Tratar-se-ia de encontros nos quais mulheres, posicionadas diferencialmente, articulam-se em coalizões emergentes nas quais a fragmentação, reconhecida, pode facilitar a ação precisamente porque a unidade da categoria "mulheres" não é pressuposta, nem desejada. Ou seja, deixando de lado o pressuposto e/ou o objetivo de unidade; unidades provisórias podem emergir no contexto de ações concretas com propósitos que não consistam na articulação numa identidade. BUTLER, J. *Gender Trouble...* Op. cit, pp.14-17.

noções presentes na diversidade de correntes do pensamento feminista possibilitou que a equipe fizesse uma leitura diferente de suas práticas, em termos de gênero, colaborando para redimensionar seu trabalho, enriquecendo sua reflexão sobre suas dificuldades e também sobre os mecanismos envolvidos nos seus "acertos".

Até certo ponto, estes aspectos falam do sucesso da experiência. No entanto, o indício de peso sobre esse sucesso, fundamental para a continuação das atividades da organização, foi o êxito obtido pela ONG ao mostrar aos delegados das agências financiadoras internacionais como seu trabalho estimulava mudanças em termos de gênero. A equipe tinha adquirido uma nova retórica para defender seu trabalho. Essa retórica, ancorada na interpretação de produção de autoras do Norte já legitimadas no meio feminista internacional, possibilitava que as vozes dos integrantes da ONG se deslocaram de um lugar subalterno, dando-lhes condições de serem ouvidos<sup>28</sup>.

### **Concluindo: diálogos...**

A história que acabo de relatar é apenas um exemplo que sintetiza alguns aspectos recorrentes de diversas experiências das quais participei. A incorporação do gênero como questão fundamental na agenda dos financiamentos internacionais é uma resposta às pressões exercidas pelo movimento internacional de mulheres. Entretanto, e apesar de boas intenções, no alargamento do leque de agentes localizados envolvidos na implementação dessa incorporação, as

---

<sup>28</sup> Estou pensando em subalterno no sentido que Spivak confere a esse termo, isto é, numa concepção muito mais ampla que "oprimido", um espaço de diferença habitado por tudo o que tem pouco ou nenhum acesso aos recursos do imperialismo cultural, num mundo pós-colonial. SPIVAK, Gayatri. *Interviews, Strategies, Dialogues*. Routledge, New York, 1990.

tensões inerentes ao pensamento feminista deslocam-se com efeitos problemáticos sobre as ações locais. Isto se torna particularmente delicado quando organizações locais, sensíveis aos interesses e às práticas das mulheres que constituem seus públicos alvos, mas pouco familiarizadas com o desenvolvimento e as nuances da discussão feminista internacional encontram-se pressionadas por noções de um feminismo global.

Muitos dos problemas e oposições assinalados (a tensão entre universalismo e particularismos; a difícil relação entre as feministas acadêmicas com o componente do movimento de mulheres voltado para a prática, falsamente sintetizada, segundo de Lauretis, como uma oposição entre teoria e prática) fazem parte da constituição do debate feminista<sup>29</sup>. Nesse âmbito, as dificuldades apresentadas por certas perspectivas feministas para prestar atenção aos pre-requisitos teóricos para tratar da diversidade têm sido atenuadas por um compromisso amplo no que se refere a aceitar as diferenças, em termos políticos<sup>30</sup>. Entretanto, no contexto ao qual me refiro, essas tensões, extrapolando o debate especificamente feminista, adquirem novas dimensões. Não se trata apenas de assinalar, mais uma vez, como o fazem diversas autoras, o caráter imperialista ou etnocêntrico do "feminismo global", mas de prestar atenção aos efeitos da apropriação de concepções feministas fora do âmbito de seu desenvolvimento<sup>31</sup>.

---

<sup>29</sup> Ver DE LAURETIS, Teresa. *Feminist Studies/Critical Studies. Issues, Terms, and Contexts*. In: DE LAURETIS, T. (ed.) *Feminist Studies/Critical Studies, Feminist Studies, Critical Studies*. Indiana University Press, 1986, p.7.

<sup>30</sup> Ver FRASER, Nancy e NICHOLSON, Linda. *Crítica social sin filosofía: un encuentro entre el feminismo y el posmodernismo*. In: NICHOLSON, L. (comp.) *Feminismo/posmodernismo*. Buenos Aires, Feminaria editora, 1992.

<sup>31</sup> Essas acusações destacam que o feminismo global tem elidido a diversidade de agências femininas a favor de um modelo Ocidental universalizado de liberação das mulheres que celebra a individualidade e a modernidade.

A discussão feminista tem realizado muitos esforços para mostrar o caráter simplista e até perigoso da concepção de um Norte em oposição a um Sul, assinalando a impossibilidade de enquadrar correntes de pensamento feminista e/ou etnocentrismos em associações lineares que liguem certas perspectivas (feministas) e atitudes frente às culturas locais ao Norte e outras ao Sul<sup>32</sup>. Elas se entre cruzam em estratégias desenvolvidas por grupos localizados de maneira diferenciada em diversos pontos do mapa internacional, adquirindo conseqüências concretas nas vidas das mulheres. Precisamente nesse entrecruzamento, que entrelaça práticas desenvolvidas em diversos âmbitos, a maneira como as perspectivas teóricas feministas são filtradas nas práticas dos ativistas locais podem levá-las a assumir lugares paradoxais. Na obrigação de incorporar gênero como questão, grupos ativistas defrontam-se com perspectivas feministas que poderiam abrir caminhos para a emancipação<sup>33</sup>, filtrando-as como se se tratasse de uma unidade monolítica a ser imposta às mulheres. Nesse mesmo

---

GREWAL, I. e KAPLAN, C. Introduction. In: GREWAL, I. e KAPLAN, C. *Scattered Hegemonies*. Op. cit., p.17. Mohanty, menos taxativa, criticando os princípios analíticos básicos presentes nos escritos feministas (ocidentais) sobre as mulheres do Terceiro Mundo, os considera como parte do universalismo etnocêntrico, estabelecido quando os discursos definem seus próprios sujeitos/autores como o referente implícito. Mohanty, Chandra Talpade. Under Westem Eyes, Feminist Scholarship and Colonial Discourses. In: MOHANTI, C. T, Russo, Ann e TORRES, Lourdes. *Third World Women and the Politics of Feminism*. Indiana University Press, 1991, pp.53-54.

<sup>32</sup> Martin e Mohanty mostram que esse tipo de polaridade é reafirmada na premissa de que o discurso feminista ocidental é irrelevante para as mulheres do Terceiro Mundo ou para as mulheres "de cor". MARTIN, Bidy e MOHANTY, C. T. Feminist Politics: What's Home Got to Do with It? In: De LAURETIS, T. *Feminist Studies...* Op. cit.

<sup>33</sup> Vale lembrar que nem todo processo de *empowerment* o é emancipatório: a emancipação envolve um horizonte moral. Ver PIETERSE, Jan Nederveen. Emancipations, Modem, Postmodem. *Development and Change*, vol. 23, nº 3, july 1992, pp.32-33.

contexto, as perspectivas desconstrutivistas, tão criticadas por feministas/ ativistas, mostram seu potencial para chamar a atenção, positivamente, para o leque de diferenças entre mulheres.

Minha intenção aqui, porém, não é fazer uma apologia das perspectivas desconstrutivistas em si. Interessa-me chamar a atenção para o fato de que no contexto específico ao qual me referi, o "sucesso" de certas ações locais, atestado por avaliadoras do Norte, é referendado pela utilização de uma linguagem oferecida por teorias que viajam desde os centros de produção desse hemisfério. E reconhecendo o caráter legitimador dessas teorias, as agências doadoras internacionais incidem em sua disseminação, participando diretamente na economia política da construção e difusão de conhecimentos nos países do Sul. É claro que esses corpos de conhecimento são lidos, interpretados e re-interpretados localmente. Mas são essas teorias e não, por exemplo, a produção latino-americana que circula regionalmente (e não a partir do Norte) aquelas que garantem legitimidade nesse contexto.

Este ponto vale uma reflexão particular no momento no qual pensamos sobre o marco no qual se insere a proposta de uma pós-graduação em estudos de gênero que, pela primeira vez, articule em termos de ensino e pesquisa, as nações do Cone Sul. O esforço realizado em cada um desses países para difundir a produção "regional" sobre gênero é evidente no crescente número de autoras do Sul que publicam nos periódicos sul-americanos (e, no caso do Brasil, cabe mencionar seu evidente aumento nos *cadernos pagu* e na revista *Estudos Feministas*). No entanto, ainda há um caminho a trilhar para dar legitimidade internacional a essa produção, suscitando um interesse que, longe de ser vampiresco (no sentido de apenas procurar material para as reflexões a serem realizadas no Norte), respeite seriamente a produção latino-americana. E esse caminho pode ser a articulação regional.